



VIDA INTERNACIONAL

Problemas da política externa, diplomacia e segurança internacional



**Petr
Balk-Poley,
ministro
plenipotenciário
do Império
Russo junto
da corte
do rei de
Portugal no
Rio de Janeiro**

Revista “Vida Internacional”

Fundador – Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa.

A revista “Vida Internacional”, principal publicação mensal russa da política externa, editada a partir do ano de 1922, goza do amplo conhecimento entre o público leitor da Rússia e dos países estrangeiros.

Vínculos sólidos com o Ministério das Relações Exteriores permitem à revista utilizar a linguagem profissional ao abordar questões da política externa e da diplomacia da Rússia, oferecer uma análise objetiva dos problemas políticos e econômicos que o país e a comunidade mundial enfrentam.

O Conselho da Revista é chefiado pelo ministro das relações exteriores da Rússia S. Lavrov.

O círculo de leitores da revista abrange desde a Administração do Presidente da Rússia e o Governo da Federação Russa até as esferas financeiro-econômicas e diplomáticas, científicas, sociais e estudantado universitário.

A revista “Vida Internacional” é editada em russo, inglês, francês, alemão, espanhol, português, polonês, chinês e árabe.

CONSELHO DA REVISTA

Serguei LAVROV,

Ministro das relações exteriores da Rússia

Aleksandr AVDEEV	<i>Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rússia no Vaticano</i>
Serguei VIAZALOV	<i>Diretor geral do Ministério das Relações Exteriores da Rússia</i>
Andrei DENISSOV	<i>Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rússia na República Popular da China, mestre em economia</i>
Aleksandr DZASSOKHOV	<i>Doutor em ciências políticas</i>
Igor IVANOV	<i>Presidente do Conselho Russo de Negócios Internacionais, Membro-correspondente da Academia de Ciências da Rússia, doutor em história</i>
Konstantin KOSACHEV	<i>Presidente do Comitê do Soviète da Federação para Relações Internacionais, mestre em direito</i>
Vladimir LUKIN	<i>Membro do Conselho da Federação da Assembleia Federal da Rússia, doutor em história, professor titular</i>
Mikhail MARGUELOV	<i>Vice-presidente da Sociedade Anônima de Capital Aberto “AK Transneft”</i>
Alekssei MESHKOV	<i>Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rússia na República Francesa e no Principado de Mônaco</i>
Aleksandr PANOV	<i>Doutor em ciências políticas</i>
Guergui PETROV	<i>Vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Rússia</i>
Alekssei PUSHKOV	<i>Mestre em história</i>
Serguei RIABKOV	<i>Vice-ministro das relações exteriores da Rússia</i>
Mikhail SESLAVINSKI	<i>Dirigente da Agência Federal de Imprensa e de Comunicações em Massa</i>
Vladimir TITOV	<i>Primeiro vice-ministro das relações exteriores da Rússia</i>
Anatoli TORKUNOV	<i>Reitor do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, acadêmico da Academia de Ciências da Rússia, doutor em ciências políticas</i>
Alekssei FEDOTOV	<i>Embaixador extraordinário e plenipotenciário da Rússia na Eslováquia, mestre em direito</i>
Vladimir CHIJOV	<i>Representante permanente da Rússia junto da União Europeia</i>
Iuri SHAFRANIK	<i>Presidente do Grupo de Companhias Interestatais “SojuzNefteGaz”, presidente da fundação “Política e Recursos Mundiais”</i>
Aleksandr IAKOVENKO	<i>Embaixador extraordinário e plenipotenciário da Rússia na Grã-Bretanha, doutor em direito, professor titular</i>

Redator-geral **Armen OGANECIAN**

ÍNDICE DA EDIÇÃO PORTUGUESA

DIPLOMACIA

- 3 **Serguei Lavrov**, *Ministro das Relações Exteriores da Rússia*. Em vista do 25-o aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas com os países da Ásia Central
- 15 **Serguei Riabkov**, *Vice-ministro das relações exteriores da Rússia*. Com o passar dos anos os EUA revelam disposição cada vez menor de buscar compromissos
- 35 **Aleksandr Schetinin**. Yo soy Fidel

POLÍTICA

- 39 **Aleksandr Orlov**. Experiência da Catalunha: do alvorecer ao ocaso durante um só mês
- 63 **Gleb Ivashentsov**. Crise coreana: existe a saída?
- 85 **Evgueni Astakhov**. O “além-fronteiras” latino-americano próximo dos EUA na época de administração de D. Trump

TENDÊNCIAS

- 97 **Konstantin Kosachev**. União Interparlamentar e Rússia: história através dos séculos
- 111 **Elena Veduta**. Economia digital levará ao cibernsistema económico
- 133 **Gabor Stier**. Mundo além do limiar da verdade

VETOR ISLÂMICO

- 147 **Andrei Yashlavski**. Muçulmanos europeus: questões difíceis da identidade

CENTENÁRIO DA GRANDE REVOLUÇÃO RUSSA

- 169 **Andrei Sidorov**. Revoluções de 1917 na Rússia e o Sistema Versalhiano- Washingtoniano: contradições e alternativas



**EM VISTA DO 25-O
ANIVERSÁRIO DO
ESTABELECIMENTO
DE RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS COM
OS PAÍSES DA ÁSIA
CENTRAL**

**SERGUEI
LAVROV**

Ministro das Relações
Exteriores da Rússia

“Vida Internacional”: Em 2017 completam-se 25 anos desde o estabelecimento de relações diplomáticas com os países da Ásia Central (AC). Quais são marcos básicos da formação das relações entre a Rússia e os Estados independentes da região?



Serguei Lavrov: Durante o quarto do século que se passou os países da Ásia Central tornaram-se membros, com toda a plenitude de direitos, da vida internacional. A Rússia estabeleceu relações de aliança ou de parceria estratégica com o Cazaquistão, Quirguízia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Temos hoje em dia uma base jurídica sólida, ou seja, mais de 900 tratados bilaterais e acordos intergovernamentais. É difícil de sobre-estimar o papel do diálogo confiável de alto nível nos esforços comuns.

Constatamos com satisfação que as posições dos nossos países em relação aos problemas básicos da ordem do dia regional e global coincidem ou são bastante próximas. Por exemplo, o Tratado de Boa Vizinhança e de Amizade entre a Federação Russa e a República do Cazaquistão de 11 de novembro de 2013 prevê a aplicação de uma política externa concatenada. Temos atribuído uma importância especial à interação na esfera de consolidação da segurança e da capacidade de defesa dos países da AC, incluindo a preparação dos quadros para os organismos encarregados da segurança.

Entre a Rússia e os Estados da Ásia Central foram estabelecidas relações econômicas e comerciais profundamente estruturadas. Em 2016 o seu volume ultrapassou 18,5 bilhões de dólares. Este índice é inferior aos anteriores, o que se deve a vacilações de taxas de câmbio. Todavia, quanto aos volumes físicos, conserva-se, de um modo geral, o dinamismo estável. Nesta região funcionam com êxito mais de 7,5 mil empresas russas e conjuntas. Avaliamos positivamente também o nível alcançado da colaboração inter-regional.

O avanço verifica-se também na esfera do intercâmbio humanitário. Mais de 150 mil cidadãos dos países da AC fazem cursos nas escolas superiores da Rússia, sendo os estudos de 46 mil deles custeados pelo orçamento público.

Encaramos com otimismo o futuro das nossas relações. Esperamos que os resultados das visitas do presidente da Rússia V.V. Putin ao Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguízia, realizadas



em fins de fevereiro do ano em curso por ocasião dos festejos do vigésimo quinto aniversário de estabelecimento de relações diplomáticas, contribuam para o seu ulterior aprofundamento.

“Vida Internacional”: No Ocidente há quem continue a afirmar que a Rússia não deixa tentativas de restabelecer a União Soviética ou, pelo menos, “subjugar” as antigas republicas – membros desta União, incluindo os países da AC. O Sr. poderia comentar estas afirmações a partir do ponto de vista do papel real da Rússia na formação dos Estados independentes da AC?

Serguei Lavrov: As afirmações sobre as ambições “neoperiais” e, ainda mais, sobre os planos de restabelecimento da União Soviética pertencem ao gênero de fantasia e nem sequer merecem uma discussão séria. A Rússia sempre respeitou a opção dos povos das antigas republicas soviéticas de seguir a via de independência e de desenvolvimento autônomo. Nós construímos a colaboração com elas em diversos formatos baseando-nos exclusivamente nos princípios de igualdade de direitos e de consideração dos interesses mútuos.

Isto diz respeito plenamente também aos Estados da Ásia Central. Hoje estamos colaborando frutiferamente tanto numa base bilateral, como no quadro de associações integrativas, incluindo a União de Estados Independentes (CEI), Organização do Tratado de Segurança Coletiva, União Econômica Euroasiática e Organização de Cooperação de Xangai.

“Vida Internacional”: Em algumas publicações fala-se da importante ajuda da Rússia aos países da AC. Em que consiste a nossa contribuição para o desenvolvimento dos Estados desta região, incluindo a contribuição no quadro da ONU?



Serguei Lavrov: Durante o lapso de tempo de pouco menos de dez anos a Rússia prestou aos Estados da Ásia Central ajuda no valor de 6,7 bilhões de dólares. A ajuda financeira a fundo perdido na base bilateral ultrapassou 4 bilhões de dólares; a ajuda no quadro da ONU excedeu 570 milhões de dólares; a ajuda fornecida por intermédio do Banco Mundial e de outras estruturas transcendeu 1,3 bilhões de dólares e a ajuda vinda através da União Econômica Euroasiática (à custa da contribuição da Rússia para o Fundo Euroasiático de Estabilização e de Desenvolvimento) foi superior a 592,3 milhões de dólares.

No fim do ano passado cerca de 3,8 milhões de cidadãos dos Estados da Ásia Central encontravam-se no território da Rússia. A maioria deles veio em busca do trabalho. Estas pessoas não somente prestam apoio a suas famílias transferindo importantes meios para as suas terras natais, mas também dão contribuição para o desenvolvimento da economia russa.

Durante os dois últimos anos deram-se importantes mudanças nos volumes da ajuda prestada pela Rússia ao desenvolvimento internacional no quadro da ONU no espaço da Comunidade de Estados Independentes, CEI, e, em primeiro lugar, na AC. Foi decidido financiar mais de dez importantes projetos. Temos nossas atenções voltadas para problemas de redução da pobreza e da miséria, para a esfera de saúde (diminuição dos índices da mortalidade natalina entre mães e crianças e luta contra enfermidades), para esferas de educação, ecologia, segurança alimentar e nutricional (programas “Alimento em troca do trabalho” e a organização de refeições escolares para 484 mil alunos das escolas secundárias do Tadjiquistão e da Quirguízia). Temos atribuído uma grande importância à criação e à modernização da infraestrutura e à consolidação do potencial nacional nos campos de luta contra o terrorismo e crime organizado e ao aperfeiçoamento do sistema de gestão estatal.

A Rússia continua sendo importante participante da atividade internacional no setor de prestação da ajuda humanitária aos



Estados necessitados da Ásia Central. No período de 2013 a 2016 o volume do financiamento destinado pelo nosso país ao fundo do Programa Alimentar Mundial da ONU para ajudar o Tajiquistão e a Quirguízia chegou a 65 milhões de dólares.

“Vida Internacional”: Quais são o papel e o lugar dos países da AC na etapa atual no desenvolvimento e na consolidação da colaboração internacional no formato da CEI?

“Serguei Lavrov”: Temos dado elevado apreço à contribuição dos Estados da AC para a elevação da eficiência do trabalho desta Comunidade. Os países desta região exerceram com êxito as funções de presidente da CEI (o Tajiquistão em 2011, o Turcomenistão, em 2012, o Cazaquistão, em 2015 e a Quirguízia, em 2016) contribuindo desta maneira para o incremento da interação no quadro desta organização.

Constatamos com satisfação que os Estados da Ásia Central estão unânimes na opinião de que é preciso conservar a CEI na qualidade de uma organização internacional prestigiosa. Por exemplo, o Cazaquistão toma frequentemente a iniciativa de apresentação de projetos conjuntos e trabalha ativamente na sua realização. Durante a presidência da Quirguízia em 2016 foi tomada uma série de importantes decisões com vista a aperfeiçoar a atividade desta Comunidade. O Tajiquistão participa ativamente da realização de iniciativas destinadas a manter a estabilidade e resistir à ameaça do terrorismo na região. O Uzbequistão e o Turcomenistão também estão interessados no avanço da colaboração internacional no quadro deste formato.

Neste ano é a Rússia que exerce as funções de presidente da CEI. Temos tido o apoio dos co-presidentes, a Quirguízia e o Tajiquistão, em diversas esferas, incluindo a elevação da eficiência



do funcionamento desta organização e a consolidação do seu prestígio no palco internacional.

***“Vida Internacional”*: Qual é a importância da União Económica Euroasiática para a região da Ásia Central?**

Serguei Lavrov: Faço lembrar que a ideia de integração euroasiática é do presidente do Cazaquistão N.A. Nazarbaiev que tinha a formulado ainda em 1994. E o Cazaquistão e a Quirguízia são membros plenipotenciários da União Económica Euroasiática.

As vantagens de incorporação na União Económica Euroasiática, que congrega 182 milhões de consumidores e cujo PIB ultrapassa 2,2 trilhões de dólares, são evidentes. Já hoje o funcionamento da União obedece em grande parte a regras e padrões únicos. Foram criados mercados comuns de mercadorias, serviços, capitais e mão de obra. A União Económica Euroasiática tem dado uma contribuição ponderável para a garantia da estabilidade regional e passa a ser um centro de atração econômica.

Consideramos a União um dos elementos-chaves de realização da iniciativa do Presidente da Rússia V.V. Putin que prevê a formação na Eurásia de um modelo integrativo multinível a fim de garantir o desenvolvimento estável de todo o continente, incluindo, como é natural, a Ásia Central. Ultimamente neste setor foram alcançados importantes êxitos. Entrou em vigor o Acordo de Comércio Livre entre a União Económica Euroasiática e o Vietnã. Vêm ganhando vulto as conversações sobre a conclusão do acordo de cooperação econômico- comercial entre a União Económica Euroasiática e a República Popular da China. Continua o avanço rumo à conjugação da edificação da União Económica Euroasiática e da “Faixa Económica da Rota de Seda”. Os membros da Associação de Estados do Sudeste da Ásia (ASEAN) apoiam ativamente a ideia do Presidente da Rússia.



“Vida Internacional”: O crescimento da atividade terrorista no Próximo Oriente e no Afeganistão exerce influência sobre a situação na Ásia Central no tocante à intensificação de riscos para a segurança. Qual é o nível da nossa colaboração com os países desta região no rechaço destas ameaças? Quais são as possibilidades da ulterior elevação da eficiência da interação neste setor?

Serguei Lavrov: A maior ameaça para a segurança na Ásia Central vem do território do Afeganistão. Causa de uma preocupação especial são as tentativas do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) de se estabelecer no norte da República Islâmica do Afeganistão enquadrando nas suas fileiras os jihadistas dos outros grupos terroristas. Em agosto do ano passado um jihadista-suicida, ligado ao EIIL, realizou ato de terror contra a representação diplomática da República Popular da China em Bisqueque.

Uma fonte de grande perigo é o índice bastante alto de migração transfronteiriça dos jihadistas-terroristas estrangeiros que pretendem retornar para os seus países depois da participação de operações militares no Próximo Oriente e no Norte da África. O número de pessoas, oriundas da CEI, que tinham se incorporado nas fileiras de jihadistas, chega a milhares. Um fator preocupante é a ligação entre o terrorismo, por um lado, e o crime organizado e o narcotráfico, por outro, o que é confirmado não somente pelas estimativas de organismos competentes da Rússia e dos países-membros da Comunidade de Estados Independentes, mas também pelos dados de organizações internacionais prestigiosas. Os serviços de inteligência da Rússia e dos Estados da AC cooperam estritamente nesta área.

Temos dedicado uma atenção especial à consolidação da colaboração no quadro da Estrutura Antiterrorista Regional da Organização de Cooperação de Xangai, de que participam na



qualidade de membros, observadores ou parceiros do diálogo praticamente todos os países da região, incluindo o Afeganistão. A nossa iniciativa, relativa à reforma da Estrutura Antiterrorista Regional e à atribuição a esta, na primeira etapa, de poderes de elaborar recomendações destinadas a resistir eficientemente ao financiamento do terrorismo a custo do narcotráfico, visa precisamente a solução desta tarefa.

É difícil de sobrestimar a importância da presença militar russa na Ásia Central e da barreira, criada pela Organização do Tratado de Segurança Coletiva, na neutralização das ameaças à segurança e na manutenção da estabilidade nesta região. A transformação da Organização do Tratado de Segurança Coletiva em organização universal, cujo mandato incluiria a resistência ao terrorismo, ao tráfico ilegal de drogas e a ameaças no espaço cibernético, deve contribuir para a consolidação do seu potencial. No ano passado foram dados passos importantes neste domínio. Em setembro foi adotada a Estratégia de Segurança Coletiva da Organização do Tratado de Segurança Coletiva que estará em vigor até o ano de 2025. No quadro do combate ao terror foram aprovadas também medidas complementares de luta contra o terrorismo, chegou-se ao acordo sobre a formação de uma Lista Única de Organizações Terroristas. Foi posto em funcionamento o Centro de Reação Anti- crise, está em fase de estudo a iniciativa russa sobre a criação de um "centro antidrogas".

"Vida Internacional": Na União Soviética nós éramos um povo único. Como é a situação hoje em dia dos nossos compatriotas que residem nos países da Ásia Central?

Serguei Lavrov: Uma das nossas prioridades incondicionais é a interação com os nossos compatriotas residentes na Ásia Central. De um modo geral, a sua situação é boa. Ao mesmo tempo, alguns deles deparam dificuldades no tocante ao estudo



dos filhos na língua materna, obtenção do acesso à instrução, aos sistemas de saúde pública e de seguro social. O Ministério das Relações Exteriores da Rússia, as nossas embaixadas e consulados gerais resolvem eficientemente os problemas que surgem tanto na base bilateral, como mediante a utilização de mecanismos multilaterais, existentes no quadro da CEI. A Comissão Governamental Encarregada dos Compatriotas Residentes no Estrangeiro coordena e controla coerentemente a execução de todos os programas de trabalho com as diásporas russas na Ásia Central, adotados tanto ao nível federal, como ao nível de sujeitos da Federação Russa.

Constatamos com satisfação que os compatriotas têm dado uma contribuição inapreciável para a conservação da memória das páginas comuns da nossa história. Uma prova disso são, em particular, os atos públicos sincronizados com os festejos da Vitória na Grande Guerra Patriótica e, especialmente, a ação "O regimento imortal".

Esperamos que os compatriotas que vivem nesta região continuem a contribuir para a ampliação da colaboração multivariada entre a Rússia e os Estados da Ásia Central.

"Vida Internacional": Qual é a situação da língua russa nos países da Ásia Central? O que temos feito para manter o interesse em relação a esta língua na região?

Serguei Lavrov: O idioma russo resguarda as suas posições na qualidade da língua básica de contato internacional na região centro-asiática. Os dados das monitorações anuais, realizadas nos países da AC, comprovam o elevado interesse em relação ao seu estudo, o que é confirmado, em particular, pelo número de requerimentos, apresentados via sistema "Russia. Study", por parte dos cidadãos estrangeiros que desejam receber instrução na Rússia.



Na Ásia Central funcionam mais de 3700 escolas em que as aulas são dadas em russo. Um dos últimos exemplos de esforços conjuntos neste setor é a abertura no dia 1 de setembro de 2016, em Biskeque, da escola "Tchekhov", fundada pelo Fundo Russo da Paz (Rússia) e pelo Fundo Social "Patrimônio Russo" (Quirguízia).

Uma atenção especial é dedicada no nosso país à preparação de professores da língua russa recrutados entre cidadãos estrangeiros. Por exemplo, em 2016, o total de professores – cidadãos dos países da CEI, que tinham elevado a sua qualificação profissional, foi igual a 4615 pessoas, sendo 2338 deles professores da língua russa. Foi criada uma base sistêmica de estudo da língua russa nos cursos que funcionam no quadro de centros russos da ciência e da cultura nos países da Ásia Central.

O órgão público "Rossotrudnichestvo", que é o contratante por parte do Estado do programa federal vinculado "Língua Russa", forneceu no ano passado mais de 7,6 mil exemplares de livros didáticos, manuais, livros e revistas referentes ao estudo da língua russa.

Um fator que contribui para a popularização da língua russa na AC é a atividade intensa dos estabelecimentos de ensino superior russos, que funcionam nesta região, e as feiras – exposições educacionais que eles promovem aí. Em abril do ano passado semelhantes atos públicos foram realizados com êxito em todos os países da região.

"Vida Internacional": Como se realiza nas condições do dia de hoje o intercâmbio cultural e o processo de enriquecimento mútuo dos povos da Rússia e dos países da AC?

Serguei Lavrov: Saudamos o interesse dos nossos parceiros centro-asiáticos em relação à ampliação do intercâmbio humanitário-cultural e contatos entre as pessoas. Um papel especial neste trabalho comum pertence aos centros russos da



ciência e da cultura no estrangeiro. Hoje em dia eles funcionam com eficiência em Astana, Biskeque, Duchambe e Tashkent. Em dezembro de 2016 foi inaugurada a filial do centro russo da ciência e da cultura na cidade de Osh. Continua o processo de concatenação do acordo intergovernamental entre a Rússia e o Turcomenistão sobre a fundação e condições de atividade dos centros de informação e cultura.

Realizam-se regularmente com o apoio do Ministério da Cultura da Rússia e com a participação dos centros russos da ciência e da cultura no estrangeiro programas de concertos de música, saraus artísticos e exposições, sincronizados com as festas estatais da Federação Russa e com datas memoráveis da história russa ou história comum.

Procuramos fazer com que os centros de cultura russos nos países da AC sejam interpretados por amplos círculos sociais como áreas procuradas por todos que se interessam pela Rússia moderna, pela sua cultura e língua russa, por todos que gostariam de receber instrução no nosso país ou promover projetos humanitários conjuntos.

Continua a realização do programa "Nova Geração" por meio do qual os jovens representantes dos círculos políticos, sociais, científicos e de negócios dos Estados estrangeiros realizam viagens de inteiração de curto prazo à Rússia. Em 2016 destas viagens participaram 200 jovens cidadãos dos países da Ásia Central. No ano passado foram executados projetos dedicados ao vigésimo quinto aniversário da formação da CEI, ao aniversário da Grande Vitória e ao septuagésimo quinto aniversário do início da Grande Guerra Patriótica.

"Vida Internacional": Ultimamente os países ocidentais, em particular, a União Europeia, têm revelado um interesse especial em relação à Ásia Central. Como a Federação Russa encara esta atividade?



Serguei Lavrov: Se os programas, levados a cabo pela União Europeia, contribuírem para a solução bem-sucedida dos problemas socioeconômicos da Ásia Central, poderemos apenas saudar esta atividade.

Ao mesmo tempo, existe também a experiência triste de realização no espaço pós-soviético da iniciativa da União Europeia, chamada "Parceira Oriental". Esta ação vem a comprovar que a política de Bruxelas em relação aos Estados da antiga União Soviética é arquitetada frequentemente dentro do espírito dos "jogos com soma zero" e não somente menospreza diversos vínculos multisseculares que ligam os nossos povos, mas visa amiúde a sua destruição.

Quanto à AC, verificam-se casos em que os investimentos europeus têm um caráter motivado por razões políticas e o objetivo principal da ajuda prestada é conseguir a abertura unilateral dos mercados da região para produtos procedentes da União Europeia.

Na nossa opinião seria muito mais prospectivo, no tocante à garantia de desenvolvimento estável de todo o continente euroasiático, o início de um trabalho concreto com vista a formar um espaço econômico e humanitário comum desde Lisboa até Vladivostok, tendo como base os princípios de indivisibilidade da segurança e da colaboração em grande escala. Em vista disso adquire uma importância especial a "integração das integrações", isto é, a organização da interação prática entre a União Europeia e a União Econômica Euroasiática.

Palavras-chaves: países da Ásia Central, Comunidade de Estados Independentes (CEI), Organização do Tratado de Segurança Coletiva, União Econômica Euroasiática, Organização de Colaboração de Xangai, União Europeia.



**COM O PASSAR
DOS ANOS OS
EUA REVELAM
DISPOSIÇÃO CADA
VEZ MENOR
DE BUSCAR
COMPROMISSOS**

SERGUEI RIABKOV

Vice-ministro das relações
exteriores da Rússia



Armen Oganecian, redator-chefe da revista "Vida Internacional": Serguei Alekseevich, ultimamente está sendo discutida ativamente a lei antirrusa, aprovada pelo Congresso dos EUA e assinada pelo presidente D. Trump. Será que o próprio fato de assinatura desta lei representa início de um longo período, em que os EUA fazem uma viragem rumo à confrontação política e econômica em relação ao nosso país, ou este documento sobre a restrição das opções do Presidente D. Trump seria, antes, um fator da luta política interna nos EUA?



Serguei Riabkov, vice-ministro das relações exteriores da Rússia: Ambas as coisas. O fato de que o Presidente D. Trump falou, ao assinar a lei, da inadmissão das tentativas de ambas as câmaras do Congresso de atentar contra os poderes constitucionais do presidente, fala por si próprio.

Quanto à confrontação entre os nossos Estados, preferiria não avançar tanto nas generalizações. Espero que a situação não chegue à confrontação. Vamos trabalhar tendo em vista se não superar totalmente o efeito destrutivo da lei, pelo menos encontrar as vias de minimização do detrimento causado.

Todavia, o problema consiste em que será muito difícil de livrar-se de tudo isso e serão necessários grandes esforços desde que não haja uma nova decisão de ambas as câmaras do Congresso que anule por via legislativa todo que eles acabam de amontoar nas relações russo – americanas. São estes os fatos. Trata-se de uma ação dos membros do Congresso dos EUA que terá consequências duradouras. Agora é difícil de prognosticar, quanto tempo será preciso para elaborar, pelo menos, um “modus operandi” mais ou menos normal com os EUA. Vamos procurar alcançar este objetivo.

Armen Oganecian: Em que medida o Presidente dos EUA pode seguir a sua própria linha de política interna e externa e em que medida está pronto para isso nas condições do dia de hoje?

Serguei Riabkov: Eu não diria que a administração de Trump já se apresenta em muitos aspectos como fator que determina a ordem do dia da política externa. Sim, o presidente tem, com efeito, um programa atrativo de política interna e, segundo entendo, este programa continua sendo requerido por uma grande parte dos americanos. Mas quanto à sua encarnação em feitos concretos, o avanço, a julgar pelo que se vê, não é tão bem-sucedido como a Casa Branca e o poder executivo em geral queriam.



Quanto à política externa, pelo menos quanto ao seu “componente russo”, por enquanto pode-se sentir apenas desilusão. Tenho que constatar que em grande parte esta política ainda é continuação do que havia de pior na herança de Obama. Verifica-se, inclusive, um certo recrudescimento da retórica no tocante a vários aspectos da linha política que tinha provocado problemas nas relações entre os EUA e o nosso país, da mesma maneira que com vários outros países, na etapa final da gestão da administração anterior. Portanto, resulta “em média” que enfrentamos a “sucessão negativa” na política americana em relação à Rússia e uma paralisação, ao que se vê a partir da posição de um observador imparcial, na realização de slogans, ideias e propostas que tinham sido formulados por Washington anteriormente. Vamos ver o que vai ocorrer a seguir.

Certamente, D. Trump é pessoa de força de vontade e experiente na vida a tal ponto que as “borrascas da política interna”, talvez, não cheguem a constituir um empecilho para ele. Vemos, todavia, que no tocante a certos enredos verifica-se deriva da administração rumo a tendências que predominam no Congresso. Por enquanto pode-se afirmar que a administração de Trump se encontra na fase de busca e de formação das suas abordagens. Mas é muito lamentável que as relações com a Rússia não resistiram à prova de solidez sob o ponto de vista de estabilidade a invectivas que vinham ganhando vulto nos últimos meses. Afinal de contas, as maiorias na Câmara de Representantes e no Senado acabaram, na realidade, por impor a sua vontade à administração.

Armen Oganecian: É indubitável que a história desconhece o modo subjuntivo. Mas se fosse Hillary Clinton a assomar o poder? Creio que estamos atravessando épocas que seriam melhores sob o poder dos democratas.



Serguei Riabkov: Admito que o Sr. tenha razão. Poderia ter lugar um agravamento dramático, mas não podemos verificar isso – podemos apenas tecer considerações abstratas e hipotéticas. Ao mesmo tempo, eis um fato que tem para mim uma grande importância nesta situação: foi precisamente do seio do Partido Democrata, isto é, do partido, cujo candidato tinha perdido as eleições, é que veio o “djim” antirrusso, foi aí que nasceu o fantasma de perseguição ao inimigo externo. Foi em resultado disso que surgiram os efeitos que vemos agora em forma de uma lei nova, em forma do ambiente paranóico geral, que se verifica nos EUA em torno da Rússia, em forma de arroubos de acusações, totalmente inexplicáveis nas categorias racionais, que nos atribuem todos os “pecados mortais”, e certa mania de perseguição que envolveu muitos políticos e dignitários em Washington.

Os democratas utilizaram de uma maneira sem precedentes a Rússia na qualidade de um espantalho e as relações com o nosso país como instrumento ou malho, por meio do qual pretendiam destruir a presidência de Trump, minando desta maneira por muitos anos a possibilidade de construção de relações arrazoadas conosco. Infelizmente, a situação é precisamente esta. E seja quem for o Presidente dos EUA, seja quem for o vencedor das próximas eleições, nas condições de vigor da lei, aprovada por ambas as câmaras do Congresso, ele ou ela vai sentir-se extremamente embaraçado no tocante à aplicação de uma política mais sensata em relação à Rússia. Este é um problema grande, que não existia anteriormente. Num certo sentido, é uma realidade nova.

Armen Ogancian: A envergadura de vínculos econômico – comerciais entre a Rússia e os EUA não é grande e as sanções americanas não podem afetar este aspecto das nossas relações. Portanto, não há razão para temê-las?



Serguei Riabkov: Realmente, nós aprendemos a viver nas condições de aplicação de sanções. A partir do ano de 2014 já se passaram trinta e cinco ondas de sanções, quase 400 organizações russas e cerca de 200 cidadãos do nosso país estão sujeitos a sanções. A nova lei impõe mais restrições para a aquisição de valores mobiliários russos, para o volume de investimentos nos projetos russos, assim como novas restrições para acesso a tecnologias não tradicionais de extração de hidrocarbonetos. Esta lei inclui, além do componente político, que por si próprio é indignante, também outros momentos. No tocante a muitos aspectos este componente é simplesmente desafiador. De um modo geral, neste quadro foram acrescentados muitos matizes sombrios. Consideramos, todavia, que se pode trabalhar mesmo nesta situação.

O intercâmbio comercial pequeno é um fator antes negativo que positivo. Se o intercâmbio comercial fosse maior, é possível que os interesses do “business” americano seriam mais patentes e um grupo de políticos mais rematados, que atuam de acordo com o princípio “quanto pior – melhor” e que já não têm mais nenhum freio, não poderia impor a sua vontade aos demais e conduzir as pessoas que, admito, não revelam grande interesse em relação à Rússia, mas foram arrastadas pela onda, criada artificialmente pelos russófobos, e acabaram por se incorporar também nos processos destrutivos.

A economia fará com que dela se lembrem tanto no sentido bom, como mau. Como é natural, temos intensificado o trabalho relacionado à substituição de produtos importados, à diminuição da dependência em relação aos sistemas de pagamento americanos, em relação ao dólar na qualidade de divisa de ajustes internacionais, etc. Agora isso se torna uma necessidade premente.

Armen Oganejian: Quais são outras restrições, prescritas pela lei?



Serguei Riabkov: Além daquilo que eu tinha mencionado, existem ulteriores interdições impostas a instituições de finanças e créditos russas no tocante ao acesso aos recursos no mercado internacional. Existe toda uma série de prescrições ao Ministério das Finanças no sentido de, como se diz, “pôr a nu” as fontes de rendas, por meio das quais foram realizados diversos investimentos russos nos imóveis dos EUA.

Existe um item, absolutamente insólito, quanto à sua desfaçatez política, que restringe as opções do poder executivo dos EUA de levar a cabo uma política externa autônoma. É que agora as mãos do poder executivo americano estão em grande parte atadas no que se refere à “temática russa”. Qualquer administração, seja qual for o nome do presidente, dispõe agora do espaço mínimo para manobra e para ações próprias. A liquidação de todo este amontoado de lances antirrussos requer a resolução conjunta dos dois partidos e das duas câmaras do Congresso. Ao que entendo, em vista das tendências que predominam agora no Congresso, a aprovação desta resolução por ambas as câmaras será bastante difícil. Aliás, nem se compreende de forma geral, quando é, em princípio, que isso pode ocorrer.

A lei prevê o controle contábil volumoso na esfera da “temática russa” que a administração deve apresentar obrigatoriamente. Diversos aspectos da execução desta lei e a atividade da Rússia no plano internacional serão examinados nas audiências do Congresso em intervalos de tempo variáveis, serão, também, redigidos relatórios. Portanto, o tema será não somente “aquecido” artificialmente, mas também mantido no estado inflamado para que o grupo de russófobos, que dá agora o tom, possa “trazer em rédea curta” todos que ainda estão capazes nos EUA de raciocinar de uma forma alternativa.

Armen Oganecian: Pior do que o macarthismo.



Serguei Riabkov: Sim, parece.

Armen Oganecian: Tem-se a impressão de que as sanções e a pressão, exercida sobre a Rússia, tornam-na ainda mais forte.

Serguei Riabkov: Esta lógica é correta. Com efeito, apesar da pressão a Rússia não faz concessões e, de um modo geral, não faz nada daquilo que se lhe impõe em forma do ditame, nada daquilo que querem os oponentes e o que eles pretendem conseguir.

A questão de adaptação dos nossos mecanismos econômicos à existência no quadro desta realidade é muito séria. Assevero-lhe que nós cuidamos disso, os órgãos econômicos do nosso governo também cuidam disso. A transformação de desgraças em benefícios é de um modo geral um fenômeno bastante comum na nossa história. É um traço do caráter. No passado percorremos mais de uma vez esta via e concretizamos este modelo de conduta.

Agora devemos pensar em como nos resguardar do voluntarismo total americano, que penetra em toda parte. Creio que a essência da lei e o seu sentido político consistem, de um modo geral, se não em reduzir o mundo inteiro à condição de reféns, então, pelo menos em assustar todos ao máximo. O texto contém propositadamente formulações flexíveis, "elásticas". Além das prescrições diretas, inclui um grande número de opções "de resolver de diversas maneiras". As decisões passam a ser monopólio do Ministério da Fazenda dos EUA: este órgão é que resolve se irá impor ou não as sanções contra os que colaboram com os russos. Espera-se que o business dos terceiros países tema isso e prefira ações que não favorecem a Rússia. A política dos nossos inimigos no monte Capitolino consiste em traçar novas e novas linhas divisórias. Acreditam que a Rússia pode ficar



“isolada” e se este isolamento não for direto, pode ser indireto, mediante a imposição da corda de laço de sanções ao business dos outros países.

Compreendemos perfeitamente estes “jogos”. O que nos importa é criar esquemas econômicos eficientes e produtivos, cuja “ligação” ao sistema americano de ajustes e de créditos seja menor. Não sou economista, mas na minha qualidade de trabalhador do Ministério das Relações Exteriores, simplesmente sinto isso. Caso contrário, ficaremos permanentemente engolindo a isca deles. E é disso que eles necessitam.

Armen Oganecian: Muitas pessoas questionam-se, por que o Congresso dos EUA, em que os deputados republicanos constituem maioria, deu início à guerra contra o seu presidente republicano?

Serguei Riabkov: Falando concretamente deste projeto de lei, o que sobreprou, foi a ideia de que a Rússia é a fonte de todos os males. Afirma-se que a Rússia teria interferido nas eleições americanas, a Rússia procederia “de um modo indecoroso” com os vizinhos, a Rússia teria criado uma situação tal em que se pode falar da derrocada do sistema dentro do qual os países ocidentais estão habituados a levar uma existência confortável.

O hábito de rotular deixou de ser uma mera ocupação dos propagandistas. Já é o “alfa” e o “ômega” da linha política dos que participam das reuniões do Congresso americano. Para estas pessoas a defesa dos valores americanos, falsamente interpretados, e a promoção destes mesmos valores ficaram, inclusive, acima dos interesses do seu próprio país. Não quero aprofundar-me na febre antirussa que já abrangeu a mídia americana e os seus políticos e politólogos de diversas laias empenhados em inventar e “repisar” com prazer aquilo que



jamais houve, nem podia ser em seu próprio princípio. Tudo isso é sujo e indigno de um país do porte dos EUA. Mas um fato é fato mesmo. Eles prejudicam-se a si próprios. Aquilo que se passa nos últimos meses no Congresso é por si próprio um prejuízo muito sério à imagem, renome e prestígio dos EUA na sua qualidade da principal potência do mundo e, em muitos aspectos, também da potência mais influente do mundo. É surpreendente que eles não compreendem coisas tão evidentes. Os “jogos” de mau gosto que os políticos americanos praticam num lugar vazio são um dos fenômenos mais espantosos dos últimos tempos.

Armen Oganecian: De acordo com os resultados da última pesquisa de opinião pública, realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais e de Análise Estatística “Forsa”, a maioria dos cidadãos da Alemanha apoia a política de oposição a novas sanções dos EUA contra a Rússia, levada a cabo pelo governo deste país. Será que Moscou obterá um campo para manobras a fim de consolidar os vínculos com Berlin? Em que medida a Europa poderá resistir à pressão por parte dos EUA?

Serguei Riabkov: Outrora, quando os europeus adotaram uma posição rígida em relação à lei Helms-Burton,* foram encontrados instrumentos jurídicos que a União Europeia utilizou no plano prático a fim de defender o seu business contra a aplicação extraterritorial das sanções americanas. Naquele caso a

* Em 1996 o Congresso dos EUA aprovou a lei “Pela Liberdade e Solidariedade Democrática com Cuba”, conhecida como lei Helms-Burton. A lei estabelecia sanções complementares contra companhias estrangeiras que mantinham relações comerciais com Cuba. Os navios que transportavam cargas de Cuba ou para Cuba foram proibidos de entrar nos portos dos EUA. Os EUA cessavam a concessão do dinheiro a organizações financeiras internacionais que forneciam recursos a Cuba. No documento consta “a discordância (por parte dos EUA) com a presença da instalação do serviço de inteligência russo em Cuba (em Lurdes)” – Nota da redação.



União Europeia construiu, guiando-se por motivos econômicos, políticos e outros, uma “cerca” jurídica e encontrou um antídoto jurídico tal que os americanos tiveram que adotar a resistência dos europeus como algo dado. E o embargo e bloqueio de Cuba, promovidos por Washington durante muitas décadas, não deram, grosso modo, o efeito desejado. Neste bloqueio americano surgiu uma grande brecha em forma de contramedidas por parte da União Europeia. Mas isto é uma coisa do passado.

Quanto ao presente, temos ouvido declarações que refletem as tendências de uma grande parte da população dos países europeus, especialmente dos que estão interessados mais do que outros em relações normais, incluindo relações econômicas, com o nosso país. É provável, todavia, que as declarações devam ser seguidas por certas ações. Se eu começar agora a fazer especulações sobre este tema, não se pode excluir que algumas pessoas nas embaixadas dos respectivos países, que trabalham em Moscou, irão analisar estas minhas declarações e avisarão as suas capitais que os russos fazem mais uma tentativa de “cravar cunhas” e de “debilitar a união transatlântica”. Sabemos que este é motivo direto para a consolidação daquele ou daqueles em que ou entre os quais se tenta cravar estas tais “cunhas”.

De um modo geral, não acredito na autonomia da atual Europa na qualidade de jogador, especialmente no campo russo. Infelizmente, nos últimos anos eles amontoaram tanto de negativo e criaram tamanho peso morto nas relações com o nosso país que agora será difícil para eles renunciar a isso. Vamos ver o desenrolar de acontecimentos. Mas o lóbi do business e a economia são, certamente, fatores. Prefiro, no entanto, não exagerar a sua importância na situação nova.

Armen Oganecian: Serguei Alekseevich, vamos passar à concretude “triste”. Tenho em vista o arresto de imóveis russos na América, expulsão de diplomatas e a nossa resposta. Como



acha, a parte americana entendeu adequadamente a nossa decisão? Será que isso pode resultar num diálogo construtivo, pelo menos sobre os nossos bens nos EUA?

Serguei Riabkov: Espero muito que a situação seja interpretada precisamente assim como acaba de a descrever. Em primeiro lugar, não fizemos nada daquilo de que os americanos não soubessem, pois nós os tínhamos advertido – publicamente e a portas fechadas. Em segundo lugar, eles não podem deixar de compreender que as nossas medidas são uma espécie de reembolso adiado da sua dívida a nós. Em 29 de dezembro do ano passado, quando foi realizada a apreensão ilegal dos objetos russos, defendidos pela imunidade diplomática, e se deu a expulsão pelas autoridades americanas dos nossos diplomatas de Washington e de São Francisco, advertimos que a ausência de uma reação imediata e brusca não significa que a tal reação não haverá em princípio. Levamos ao conhecimento dos americanos que o quadro do nosso pessoal efetivo nos EUA foi adotado na qualidade de limite em conformidade com o qual até o dia um de setembro deve ser reduzido o pessoal americano que trabalha na sua embaixada em Moscou e em três consulados gerais (em São Petersburgo, Yekaterimburgo e Vladivostoque). Vamos ver como eles irão cumprir esta exigência estrita. Quanto ao futuro, pretendemos manter a paridade.

Não creio que os americanos tivessem interpretado de alguma outra maneira as nossas ações, mas se pode supor que agora eles irão inventar mais algum pretexto para provocar a fase seguinte de agravamento e para dar novos passos negativos na esfera de garantia da atividade das instituições diplomáticas da Rússia nos EUA. Se isso acontecer realmente, eles irão mandar-nos um sinal evidente de que estão prontos a agravar a situação ainda mais. Já os prevenimos reiteradas vezes de evitar semelhantes ações.

Quero aproveitar o ensejo para fazer isso mais uma vez: queira Deus que Washington não tome semelhantes



decisões. Neste caso virá uma reação recíproca da nossa parte. Teremos como resultado um novo agravamento substancial do funcionamento normal das instituições diplomáticas, cuja atividade é precisamente a premissa primordial de qualquer diálogo e de edificação de relações sadias.

Vou assinalar que nós sempre temos seguido os americanos no tocante a medidas – contramedidas. Eles dão um passo para baixo, nós os seguimos. Jamais encetamos algo negativo e, quanto ao plano político mais amplo, jamais destruímos aquilo que existe. Os mecanismos de diálogo que agora não funcionam foram fechados e desmontados pela parte americana. Propomos dar início ao restabelecimento de várias esferas. Por enquanto, não há resposta. Estamos prontos a continuar o diálogo sobre a Síria e Ucrânia, sobre o controle de armamentos e a respeito da questão de não proliferação de armas de extermínio em massa. Não existe tema de que nós disséssemos: “Pronto, já está tarde demais – foram vocês que adotaram esta lei e doravante não queremos ter nada com vocês”.

Portanto, quem é que faz com que a situação se agrave? Quem é que se permite desatinos que não devem ter lugar nas relações interestatais? Quem é que demonstra ausência do domínio de si? Quem é que não pensa nas consequências?

As ações dos EUA são em grande parte um sinal de concorrência desonesta. A América utiliza o seu predomínio no sistema financeiro internacional e no sistema de ajustes de contas internacionais e a especificidade do seu sistema jurídico, que torna a “exterritorialidade” o elemento proeminente nesta esfera, a fim de exercer pressão sobre o business em qualquer parte do mundo, quer seja a China, a Europa, a Rússia, e obter vantagens desonestas. Temos deparado esta prática em muitas esferas. Os EUA procuram desalojar-nos dos mercados de produtos técnico-militares. Personalidades oficiais americanas declaram abertamente que a América vai lutar contra a construção dos gasodutos “Nord Stream – 2” e “Turkish Stream”,



isto é «Corrente do Norte» e Corrente Turca». E isso se declara sem acanhamento. É uma prática suja, sórdida e indigna que se tornou agora o fulcro da “política russa” deste grande país. Mas algo semelhante pode continuar somente até um certo limite, embora nós não queiramos o ulterior agravamento, nem a espiral de confrontação.

Armen Oganecian: Alguns peritos propõem na qualidade de ações econômicas de resposta a introdução de sanções recíprocas na esfera da importação crítica da Rússia para os EUA, ou seja, o fornecimento do titânio para a indústria de construções aeronáuticas dos EUA, do concentrado de urânio para centrais atômicas e do equipamento técnico para o ramo cósmico. Seria possível esta variante de desenvolvimento?

Serguei Riabkov: Devemos tornar os nossos interesses nacionais a tônica das nossas ações tanto na esfera econômica, como política e é isso que fazemos. É precisamente o caso em que “cada um puxa a brasa para a sua sardinha”. Não se pode atuar partindo do princípio: causar a alguém, custe o que custar, uma dor possivelmente maior. Esta conduta é incorreta e, de um modo geral, isto seria reflexão da incerteza ou do nervosismo político. E nós não sofremos disso. Se procedêssemos desta maneira, no Congresso não faltariam os que iriam constatar com prazer para si próprios: a nossa conduta foi correta, pois isso acabou por afetar os russos.

Eis a minha opinião pessoal: temos que dar provas de domínio de si e de paciência – se quiser, provas de paciência estratégica, e não se azafamar. Vamos recordar o “relatório de Armel” de 1967, em que estava formulado o modo de conduta que a NATO (OTAN) devia seguir naquele período em relação a Moscou. Há muito de edificante aí. Vamos aplicar agora o enfoque de Pierre Armel em relação a Washington de hoje:



em minha opinião, a Rússia necessita de uma atitude dupla nas relações com os EUA. Em primeiro lugar, a contenção (“deterrence”) lá, onde vemos ações agressivas dos americanos, os seus ataques, tentativas intermináveis de debilitar-nos, de que as personalidades oficiais dos EUA simplesmente se vangloriam, a aspiração de encher os territórios dos países que confinam com a Rússia com inúmeros objetos militares da NATO e com a infraestrutura militar deste bloco e o desdobramento maciço de contingentes militares bem munidos.

A segunda parte desta atitude dupla é a incorporação (“engagement”), isto é, incorporação dos EUA no diálogo, mas somente nas esferas de que necessitamos e que são vantajosas para nós. É preciso começar a pensar logo de manhã, o que é que devemos fazer para a nossa consolidação e para a defesa contra a pressão americana, e ir dormir com a mesma ideia. É preciso correlacionar as nossas ações e a política no setor americano com estas tarefas e atuar rigorosamente dentro deste sistema de coordenadas. Vamos ver o que vai acontecer a seguir. E vamos colocar esta “matriz” de atitude dupla no “forro” de paciência estratégica. Repito, todavia, que esta é minha opinião estritamente pessoal. Quem determina a política externa é o presidente da Rússia.

Armen Oganecian: Falando a propósito, na lei, aprovada pelo Sr. Trump diz-se, também que as sanções não devem contrariar os interesses nacionais dos EUA. Por isso, eles não interrompem a coparticipação na atividade cósmica. Por exemplo, não cessam a colaboração conosco na esfera cósmica?

Serguei Riabkov: Eles conhecem perfeitamente os seus interesses e jamais se acanham de inserir nos seus documentos o item, de acordo com o qual os EUA irão arrasar o país X partindo



nisso das suas razões de princípio. E podem escrever sem sombra de acanhamento logo no item seguinte: mas se o país X prestar a nós, isto é, à América, alguma ajuda na esfera Y, vamos apoiar este país ou, pelo menos, ele vai evitar sanções nesta esfera. Isto é normal. É isso que deve ser imitado como exemplo.

Armen Oganecian: Quais são as “janelas” de opções para a colaboração russo – americana e qual será o futuro dos nossos acordos sobre o desarmamento nuclear?

Serguei Riabkov: É um tema muito sério. Esta esfera requer a respectiva análise profunda e o planejamento para os anos futuros. Infelizmente, não entendemos bem, qual será a linha de Washington nesta esfera. O tempo corre e está se aproximando o dia 5 de fevereiro de 2018, isto é, data final indicada no Tratado sobre Armamentos Estratégicos Ofensivos de 2010. Há muitas especulações e azafama política indecorosa em torno do Tratado sobre a Liquidação de Mísseis de Raio Curto e Médio de Ação. As questões de estabilidade estratégica não se discutem há muito tempo. Estamos prontos para o diálogo a respeito de todos estes assuntos, mas é preciso compreender, quem será o nosso parceiro da parte americana neste diálogo e qual é a essência dos enfoques da parte americana. Até o fim do ano ali deve ser concluída uma sinopse de política nuclear. Este é um documento importante, ele vai revelar muita coisa no tocante a preferências e marcos dos americanos na esfera de controle sobre armamentos.

O cosmos deve continuar pacífico. As tendências que se verificam ultimamente na elite político-militar dos EUA, no seu pensamento e no planejamento militar americano inspiram uma grande inquietude. É que lá vem ganhando vulto a tendência de avançar rumo à instalação de meios de ataque no cosmos, de ampliar o uso militar de objetos cósmicos, etc.



Existem questões mais “rasteiras” no sentido direto desta expressão, mas que não deixam de ser por isso menos importantes. Por exemplo, estamos convencidos de que é preciso elaborar uma convenção internacional de combate a atos de terrorismo químico e biológico. É um tema excepcionalmente atual, em particular, por causa da sua ligação à situação no Próximo Oriente. O outro lado não respondeu até hoje também a esta proposta. Tem-se a impressão de que em Washington todos estão empenhados na luta contra moinhos de vento em forma de diversos lances informativos sobre a “influência russa”, “intromissão russa”, o que não existe, nem pode existir.

Será impossível consolidar a segurança internacional se os americanos continuarem a protelar o trabalho nas prioridades conjuntas. Trata-se da luta contra o terrorismo, da não proliferação, dos conflitos regionais e de muitos outros fatores. Surgem uma após outra situações que acarretam acontecimentos depois dos quais todos como que recordam: ora, era preciso cuidar disso antes. Não é preciso aguardar motivo – é preciso apenas resolver sistemicamente as questões. Exortamos a proceder desta maneira tanto no plano bilateral, como nas áreas internacionais.

Armen Oganecian: Serguei Alekseevich, como acha, poderia ser produtiva nas circunstâncias do dia de hoje a Norte? colaboração entre a Rússia, a China e os EUA em referência à questão nuclear da Coreia do Norte?

Serguei Riabkov: A situação no sudeste da Ásia é explosiva e não se compreende que rumo a sua evolução vai seguir. A questão consiste em encontrar o ponto em que irão coincidir os interesses e as possibilidades de Pyongyang e de Washington. Dada a contraposição das culturas políticas



destes dois “jogadores” e dos seus enfoques da situação, será impossível conseguir a solução construtiva do problema sem o seu consentimento mútuo. A intermediação é possível. Já tiveram lugar conversações hexalaterais que deram prova da sua eficiência numa determinada etapa. Elas permitiram manter a situação dentro dos limites admissíveis. Houve o documento bem conhecido de 1995 e muitos outros fatores. Mas, segundo entendo, agora os EUA estão prontos apenas teoricamente para travar o diálogo direto, pois impõem condições inadmissíveis para outra parte. Ao que se constata, a outra parte chega, respectivamente, à conclusão de que o único meio de fazer parar esta pressão é contrapor-lhe um certo fator de força. Este é um jogo perigoso de elevação de apostas e um beco sem saída.

Nós temos proposto certos esquemas. Os chineses fazem o mesmo. No fundo, estes esquemas reduzem-se à necessidade de congelar a situação e garantir, pelos menos temporariamente, o status-quo. A seguir, é preciso começar a “desparafusar” aos poucos, a abaixar esta fasquia e fixá-la. Isto é natural. Nisso não há nada que não fosse inventado antes de nós e utilizado muitas vezes em diversas situações na esfera diplomática. Infelizmente, este sistema por enquanto não funciona.

Paralelamente temos deparado reiteradas vezes no Conselho de Segurança da ONU situações em que o volume e o caráter das exigências que os EUA apresentam ao conteúdo de documentos sancionais resultam irrealis e ultrapassam de longe todas as “linhas vermelhas” possíveis. Com o passar dos anos os representantes dos EUA mostram-se cada vez menos dispostos a buscar compromissos. Nas áreas internacionais eles se guiam cada vez mais frequentemente pelo princípio “quem não está conosco, está contra nós”. Daí vem que os que “não estão conosco” devem ser simplesmente partidos em pedaços e nada de conversas sobre um certo compromisso, nada de busca de soluções na base do equilíbrio de interesses. Tem-se a impressão de que eles desaprenderam, inclusive, a fazer a redação habitual



dos textos e buscar em conjunto, numa base bilateral e coletiva, com lápis na mão, as formulações mutuamente admissíveis. Às vezes parece que eles simplesmente não sabem fazer isso. Em resultado disso o número de problemas aumenta cada vez mais. Entre outros fatores, inflige-se um golpe contra o prestígio de organizações internacionais. Impõe-se a questão: como devemos portar-nos futuramente?

Armen Oganecian: Será que existem, todavia, algumas opções de colaboração?

Serguei Riabkov: Quanto aos chamados desafios globais, trata-se, em particular, da segurança de tecnologias de informação e de comunicação. Nesta esfera o diálogo profissional com os EUA não avança, embora tivéssemos dado vários sinais bem claros aos americanos explicando o que consideramos correto e necessário para a realização nesta esfera.

Existe um grande número de outros problemas que se deve continuar a resolver em conjunto: regularização de vários conflitos, migração ilegal, questões relativas a condições de funcionamento do business internacional e nacional, tendo-se, inclusive, em vista as tendências de protecionismo, assim como os inquéritos antidumping, impostos artificialmente, o que já temos deparado. Tudo isso requer discussão dentro de um espírito construtivo.

Não somos dogmáticos, sabemos que os EUA têm interesses próprios, compreendemos que depois da vinda de cada nova administração em Washington começa o processo de reconsideração dos enfoques, de uma nova colocação de tónicas e de introdução de novas prioridades. Ao mesmo tempo, não se pode riscar tudo que foi acumulado até agora, não se pode



sacrificar muita coisa à conjuntura política e aos seus próprios conceitos deturpados sobre o mundo em redor, como acontece, por exemplo, na esfera de relações russo-americanas. Mas estes nossos apelos continuam por enquanto apenas apelos. Travamos a duras penas o diálogo, inclusive sobre o tema que, segundo declaram os próprios americanos, é importante para eles – a questão de regularização na Ucrânia. Eles designaram o seu representante especial, mas o diálogo não começou até hoje.

Armen Oganecian: Os americanos disseram que a Rússia tinha solicitado designar um representante especial do Presidente dos EUA, encarregado da Ucrânia. O que significa isso e será que esta designação venha a contribuir para a execução de acordos de Minsk?

Serguei Riabkov: Segundo entendo, o Presidente da Rússia disse várias vezes aos líderes americanos que estamos prontos a travar diálogo com a parte americana sobre os problemas ucranianos, sobre a situação no sudeste da Ucrânia, sobre a execução, em primeiro lugar, por Kiev, dos compromissos, assumidos no quadro do “pacote de Minsk”.

Não “solicitamos” nenhuma designação de um representante especial americano. Foi dito que em vista da ausência deste vis-a-vis é bastante estranho ouvir da parte americana considerações intermináveis de que é preciso um diálogo. Durante a gestão de Obama estas funções estavam a cargo da vice-secretária de Estado V. Nuland. O Sr. Walker obteve o título de “representante especial dos EUA nas conversações sobre a Ucrânia”. Falando verdade, não compreendo bem, o que significam estas “conversações sobre a Ucrânia”? Quem e com quem trava estas conversações? Creio que esta questão poderia ser feita ao próprio Sr. Walker desde que e quando ele aparecer em Moscou e, de um modo geral, na Rússia.



Armen Oganecian: Agora fala-se muito sobre a possibilidade de fornecimento de “armas letais” americanas à Ucrânia....

Serguei Riabkov: Fazem-se esforços intensos a fim de empurrar a administração de Trump neste sentido. Durante as suas visitas à Ucrânia e a outros países o já mencionado Sr. Walker também se pronunciou publicamente a favor desta decisão.

Gostaria de assinalar que uma torrente de equipamento militar e dos meios que não podem por si próprios causar lesões mortais aos milicianos vem já há muito tempo e em volume enorme para a Ucrânia. E este equipamento vem não somente dos EUA, mas também de muitos outros países que são ou não membros da OTAN. Instrutores militares dos EUA, Canadá e dos outros Estados treinam intensamente os militares ucranianos e ensinam-lhes o uso deste equipamento e de meios especiais.

O fornecimento hipotético de “armas letais” seria um passo qualitativamente novo. Será dado este passo? Ultimamente temos notado uma certa “deriva” de Washington neste sentido. A respectiva decisão acarretaria o desenrolar altamente perigoso dos acontecimentos. Está claro que no plano político o “partido da guerra” em Kiev iria interpretar isso como um potente sinal de apoio. No plano prático isso acarretaria uma desestabilização substancial da situação no sudeste da Ucrânia. Neste caso nós também abordamos a análise de todas as circunstâncias de uma maneira sensata e ponderada, sem emoções, e advertimos Washington contra novos erros.

Palavras-chaves: relações russo-americanas, Rússia, EUA, sanções americanas, D. Trump, lei antirrusa.



YO SOY FIDEL

Vim a Havana três dias depois dos funerais de Fidel Castro. A cidade retornava para a vida normal. Apenas nas ruas havia muitos retratos do Comandante.

Nestes dias as divisas conhecidas «¡Hasta la Victoria Siempre!» (Sempre até a vitória!) и «¡Hasta Siempre!» (Você está para sempre nos nossos corações!) surgiu mais um – “Yo soy Fidel!” (Sou Fidel!). Comprei camiseta com esta inscrição que refletia aquilo que estava no fundo da alma nestes dias.

Durante os nove dias de luto nacional, declarado por cubanos, na nossa televisão travavam-se discussões sobre a herança de Fidel. Não sei, quem é que teve a ideia de “esmiuçá-lo” ainda antes do momento em que os restos mortais do Comandante passaram a dormir o sono eterno? Quem é que necessitava desta “dança macabra”?

Um apresentador de TV, bem conhecido, calculou o número de cubanos que vivem nos EUA em percentagem da população da ilha, tendo “esquecido” por alguma razão fazer comparação com o número dos nossos compatriotas que há 25 anos ficaram num abrir e fechar

**ALEKSANDR
SCHETININ**



Diretor do Departamento
Latino-Americano do Ministério
das Relações Exteriores
da Rússia
lad@mid.ru



de olhos fora dos limites da sua Pátria. Um jornalista jovem indagava-se sobre a “conversibilidade” de documentos cubanos relativos à instrução. Um político que falava bem alto num tom peremptório tentou pôr em dúvida as realizações de Havana na esfera de saúde, sem falar do sistema de medicina preventiva, desenvolvido em Cuba, que foi durante muitas décadas objeto de orgulho precisamente da Rússia. Um certo escritor chegou à beira do racismo considerando que de um modo geral a atual Cuba não tinha nada para se orgulhar e que na época de Batista a sua vida era melhor.

Eu ouvia tudo isso e pensava: em que mundo nós vivemos?

Saiu da vida o homem que durante mais de meio século dominava espíritos de milhões de pessoas em muitos países, que se tornou para elas símbolo da dignidade, da justiça e da libertação da ditadura. O político que exerceu influência sobre o desenrolar da história mundial da segunda metade do século XX. Ele sobreviveu a muitos presidentes dos EUA e secretários gerais do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética. Será que eles podem equiparar-se a ele quanto ao lugar ocupado na história? Pode-se não gostar dele, mas não se pode deixar de reconhecer!

Tive a oportunidade de participar das conversações com a participação de Fidel. Ficou na memória a frase: “Tive divergências com Khrushchev, e discuti com ele». Quem mais dos que viviam na nossa época podia dizer algo semelhante?

Durante os últimos cinquenta anos Cuba tornou-se um jogador prestigioso da política mundial. O seu peso e prestígio reais não podem ser atribuídos aos seus parâmetros físicos – área do território, número de habitantes ou volume do PIB. Depois de defender a possibilidade de ser autônoma estando apenas a 90 milhas dos EUA, Havana conquistou o direito a que o seu ponto de vista alternativo fosse atendido e levado em consideração no mundo e o seu território fosse utilizado ultimamente para a busca de soluções incomuns de problemas mundiais arraigados. O histórico encontro do Papa de Roma com o Patriarca de Moscovo e de toda a Rússia deu-se precisamente em Cuba. As vias de regularização da guerra civil de meio século na Colômbia também foram encontradas em Havana.



Fidel era, certamente, filho da sua época – da época do socialismo soviético e da guerra fria, da época do mundo bipolar e de movimentos de libertação nacional. Vivia de acordo com a lógica daquela época e apesar das dificuldades, contradições e defeitos era o seu soldado fiel de características marcantes. Não permitiu que o seu país fosse quebrantado pela intervenção de mercenários, pelo embargo econômico e financeiro, pelas tentativas de impor o isolamento externo. Por isso, aquilo que ele fez pode ser avaliado somente pelas realidades daquela época, cujo entendimento talvez seja difícil para muitos jovens do dia de hoje.

E mais. Fidel era personalidade forte, singular e autossuficiente. Mas isso não exclui que fomos precisamente nós que fizemos em grande parte o Fidel - tal qual como é conhecido no mundo. Nós quer dizer a União Soviética com o seu sistema de economia comandada, falta de alimentos e de bens de primeira necessidade, com o seu sistema unipartidário e perseguições aos discordantes.

Ligamos a economia cubana à nossa e fizemos com que o seu funcionamento fosse deformado da mesma maneira que o da nossa. Fidel não era anjo. Mas nós o convencemos e ele acreditava sinceramente na inabalabilidade do socialismo e da solidariedade internacional, acreditava mesmo quando agourava a desagregação da URSS.

Depois nós o “vendemos”. Na realidade, completamos as sanções americanas com as nossas. Forçamos os cubanos a “emagrecer”. Mas eles resistiram embora todo o campo socialista da Europa Oriental tivesse se desmoronado. Precisamente por isso eles encaram agora com o máximo de cautela as propostas de Obama sobre a abertura de Cuba. Os atuais cubanos dispõem de uma vantagem – graças à experiência de vida de uma só geração eles sabem qual pode ser o resultado das promessas bem-intencionadas do Ocidente.

Durante aquela década ensinamos os cubanos a viver sem nós. Conseguimos restabelecer a confiança somente na primeira década deste século. Afirma-se que “Fidel perdoou-nos”. Vou acrescentar com plena certeza: “Mas não se esqueceu de nada”.



Por isso, sejamos honestos para consigo mesmos. Ao avaliar Fidel e formar conceito acerca dele, nós formamos, em primeiro lugar, o conceito acerca de nós próprios – tais quais éramos há ainda um terço do século. Aliás, é bem provável que formamos o conceito acerca de nós próprios hoje em dia.

Agora vou dizer três coisas duras.

O grande francês A. de Saint-Exupéry escreveu: “Temos que responder por aqueles que foram domesticados por nós”. Não se deve pensar que somos “limpinhos” e não respondemos por Fidel e por Cuba de hoje.

Começamos a temer “de repente” que depois da normalização das relações com os EUA Cuba vai virar costas a nós. Começamos a pôr em dúvida a realidade dos interesses russos na ilha. Não esqueçamos que durante os últimos vinte e cinco anos nós próprios também mudamos – o internacionalismo proletário passou a ser para nós uma coisa do passado. Mas deixemos também de medir os cubanos com a nossa lógica da década de 1990. Já esgotamos o nosso limite de traições deste país.

E o último. Perdoe, Fidel. Perdoe que nós, os nossos países, nem sempre compreendemos um a outro.

Cuba – a “ilha da aurora rubra” – é uma parte da nossa vida, da nossa história, do nosso dia de hoje e, é de se crer, do nosso futuro. Aprendemos a colaborar de uma maneira pragmática e manter uma amizade estreita, mas já sem afetação. Demonstramos que temos lá os nossos interesses. Cuba tornou-se novamente o nosso aliado firme e coerente nos assuntos mundiais.

Os cubanos não são ideais. Da mesma maneira que não somos ideais nós e qualquer outro país. Todavia devemos crer que o povo e o seu líder podem ser sinceros e fieis. Pelo menos, enquanto não foram convencidos do contrário.

Será que Cuba vai mudar? Certamente. A vida impõe novas exigências. Em Cuba está crescendo uma geração nova, para a qual Granma, quarteis de Moncada e Sierra-Maestra já são história longínqua. Esta geração merece uma vida melhor e, estou certo, é assim que será. Já sem Fidel. Mas, acredito, na amizade conosco.

Palavras – chaves: Cuba, Fidel Castro, relações soviético – cubanas.



EXPERIÊNCIA DA CATALUNHA: DO ALVORECER AO OCASO DURANTE UM SÓ MÊS

NO dia um de outubro por decisão e sob os auspícios das autoridades regionais da Catalunha (isto é, do seu governo e do parlamento) na região foi promovido referendo sobre a independência desta Comunidade autônoma em relação à Espanha. O governo da Espanha fez o possível para impedir a realização deste ato público e quando o plebiscito foi, apesar de tudo, levado a cabo, proclamou-o ilegal e destituído de qualquer força jurídica. O presidente do governo espanhol Mariano Rajoy referiu o referendo como "show"¹.

Por outro lado, o presidente da Generalidade ("Generalitat"), governo autônomo da Catalunha, Carles Puigdemont qualificou o plebiscito como evento que terá consequências jurídicas provenientes dos seus resultados, isto é, a proclamação da independência da Catalunha.

Cada uma das partes confrontantes da Catalunha

**ALEKSANDR
ORLOV**



Diretor do Instituto de Pesquisas Internacionais do Instituto Estatal de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Professor titular do departamento de diplomacia



apoiava-se numa base jurídica que assegurava a legalidade (ou, pseudolegalidade) das decisões por ela tomadas e dos passos práticos que provinham destas decisões. O governo da Espanha punha em realce a Constituição do país, de 1978, cujo artigo 2 reza que "A Constituição é baseada na unidade indissolúvel da nação espanhola, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis, e reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que o compõem e a solidariedade entre eles"².

Ao mesmo tempo a Lei Básica da Espanha não prevê a possibilidade de separação do país de alguma unidade administrativo-territorial e, respectivamente, a realização do referendo regional com este objetivo. O artigo 155 da Constituição estabelece, "Se uma Comunidade Autónoma não cumprir as obrigações, o Governo da Espanha com a aprovação por maioria absoluta do Senado poderá adotar as medidas necessárias para obrigar àquela ao cumprimento forçoso de ditas obrigações ou para a proteção do mencionado interesse geral."

As autoridades da Catalunha apoiavam-se, por sua vez, nas leis, aprovadas pelo parlamento regional em setembro num ambiente muito espalhafatoso, pois todos os deputados-partidários da preservação da unidade da Espanha tinham abandonado a sala de reuniões. Estas leis deviam gerar a base jurídica para a tomada de medidas necessárias com vista a conseguir a separação pacífica desta autonomia da Espanha e para a criação de um Estado catalão independente em forma da república. Cumpre assinalar por este motivo que estas leis foram anuladas imediatamente pelo Tribunal Constitucional da Espanha na base do artigo 153 da Constituição do país³.

Espero que este preâmbulo conciso ajude o leitor a compreender mais profundamente a essência de processos complicados que se passam na Catalunha.

Ao mesmo tempo é conveniente constatar que os atuais eventos nesta Comunidade autónoma da Espanha não são uma



eclosão casual de emoções e do enfrentamento entre Madrid e Barcelona, mas resultado da longa confrontação entre elas, cujas raízes se adentram no fundo da história. Esta confrontação atravessou tanto épocas relativamente tranquilas, como períodos de agravamentos bruscos e agudos. Note-se que as tentativas de proclamar a independência da Catalunha se deram também anteriormente.

No século XX uma destas tentativas foi empreendida em 6 de outubro de 1934, isto é, há precisamente 83 anos antes do atual ataque dos nacionalistas catalães contra a integridade do Estado espanhol. Naquela época, da mesma maneira que em outubro deste ano, o tempo na Catalunha estava quente e nos locais ao sol, inclusive, abrasador. Muitas pessoas repararam nesta coincidência, pois no outono nesta região da Espanha o tempo é frequentemente chuvoso e frio. Mas, como é natural, esta coincidência não é única. Existe também uma diferença substancial – naquela época as autoridades regionais da Catalunha lutavam formalmente contra o radicalismo da direita que levantava a cabeça na Espanha, tendo apoio por parte das forças francamente pró-fascistas. Naquela época estas forças sujeitaram o governo da Espanha e o próprio fato do seu domínio no palco político do país era inadmissível para os nacionalistas catalães, que na sua maioria seguiam tendências esquerdistas. Ao intervir da sacada do palácio da Generalidade (“Generalitat”), situado no bairro histórico de Barcelona, o seu presidente Lluís Companys i Jover proclamou naquele dia a criação do Estado Catalão no quadro da República Federativa da Espanha e convidou o governo provisório da tal república (que, como é natural, não existia) a instalar-se na Catalunha onde teria o apoio fraternal do povo catalão na “aspiração comum de criar uma República Federativa – livre e bela”.

Mas os planos de criação do Estado Catalão e da República Federativa da Espanha não chegaram a realizar-se. Os nacionalistas contavam com o apoio do capitão-general



Batet, mas ele ocupou uma posição rigorosamente inversa e em poucas horas esmagou o motim dos nacionalistas tendo utilizado para o restabelecimento da ordem forças armadas, incluindo a artilharia. Na manhã do dia seguinte Companys e todos os membros da Generalidade foram presos e internados a bordo do navio de guerra "Uruguai", que se encontrava no porto de Barcelona. A própria independência da Catalunha existiu naquele caso durante apenas dez horas. Por acaso do destino na ocasião foi preso também o futuro presidente da Espanha Manuel Azaña que tinha vindo a Barcelona a fim de tratar de um assunto pessoal. Mais tarde todos os participantes do "putsch" foram condenados. O próprio Companys foi condenado pelo Tribunal de Garantias Constitucionais⁴ a 30 anos de prisão, mas foi posto em liberdade em pouco menos de dois anos, depois da vitória da Frente Popular nas eleições de 1936, na Espanha. Todavia o seu ulterior destino foi trágico: em outubro de 1940, depois de várias semanas de torturas e ultrajes, Companys foi fuzilado pelos franquistas, que tinham vencido a esta altura na guerra civil na Espanha⁵, por ter participado da "insurreição armada". Esta acusação afigurava-se extremamente hipócrita pois provinha de um regime novo que tinha chegado ao poder em resultado de um "putsch" militar e da guerra civil sangrenta que o seguiu.

Nesta mesma ocasião, isto é, em outubro de 1934, no decurso de dissipação de "nacionalistas-insurretos" 70 pessoas foram mortas e mais de 250, feridas. Muitos historiadores coincidem na opinião de que estes eventos na Catalunha foram prenúncio da guerra civil na Espanha, pois demonstraram o crescimento brusco do nível da confrontação e da repulsa mútua entre as forças que dois anos mais tarde iriam engalfinhar-se no "combate corpo a corpo da guerra civil". Durante a guerra civil a Catalunha foi o principal elo da resistência aos rebeldes. Esta região sofreu grandes perdas humanas e um enorme prejuízo material. Depois do estabelecimento da ditadura franquista as novas autoridades



organizaram na Catalunha um expurgo exemplar punindo severamente todos que tinham apoiado o governo da Frente Popular.

Embora depois daquela época tristemente famosa já decorreram oito décadas, os eventos trágicos deste período histórico ficaram de uma ou outra maneira na memória do povo e não podem deixar de alimentar hoje em dia as tendências nacionalistas, embora os círculos oficiais de Madrid procurem não as perceber.

Nos últimos anos redigi toda uma série de artigos dedicados a problemas da Catalunha atual e ao nacionalismo catalão. Os títulos de alguns deles (com os respectivos "endereços" na Internet) constam no rodapé. Eles podem ser úteis para os leitores que desejam ir ao fundo da "crise catalã" e acompanhar o seu amadurecimento e evolução⁶.



O início da atual eclosão do nacionalismo/separatismo catalão remonta para o ano de 2010, quando para a presidência da Generalidade foi eleito Artur Mas que representava a "Convergência e União", uma coalizão moderadamente nacionalista (antes disso) do centro direita, que tinha alcançado naquele mesmo ano vitória nas eleições regionais. A experiência histórica, e não somente da história catalã, mas mundial, demonstra que para realizar a transição da retórica nacionalista para ações práticas é preciso um líder ou grupo de líderes capazes de atizar a pequena chama de nacionalismo que arde lentamente na sociedade e conduzir as massas para o assalto da cidadela convencional. Este papel de líder foi desempenhado por Artur Mas. Antes da vinda dele o nacionalismo local permanecia no Olimpo político da Catalunha no estado latente, obscuro. Uma prova disso já é o fato de que quando uma outra região espanhola "em estado de combustão lenta", o País Basco,



vivia no período de 2004 a 2009 a fase de “agravamento do nacionalismo”, o que se devia em grande parte ao surgimento e à atividade do líder separatista carismático J.J. Ibarretxe, que chefiava naquela época o governo autônomo do País Basco, os catalães não deram nenhum apoio na ocasião à aspiração dos bascos de conquistar a independência e este ímpeto extinguiu-se por si próprio depois da derrota do partido de Ibarretxe nas eleições regionais e desaparecimento do próprio líder da vida política do país⁷.

Uma particularidade do atual enredo catalão é o fato de que o “motor” do separatismo é a coligação, antinatural a partir das posições da cultura política clássica, constituída por nacionalistas de orientação centro-direita que representam, em primeiro lugar, a burguesia catalã (até agora eles eram considerados nacionalistas moderados) e por seus adversários tradicionais no campo político – o “Partido Republicano de Esquerda” da Catalunha. Esta coligação, cujo nome pode ser traduzido como “Juntos por Sim” (Junts pel Sí” – em catalão) é apoiada pelo grupo anticapitalista de extrema esquerda CUP⁸ (ou “antissistema”- no léxico da mídia espanhola). É notável que precisamente o CUP é que “dá frequentemente o tom” neste “triumvirato” incomum que faz lembrar o “trio constituído por um cisne, lagostim e lúcio” – personagens do famoso fabulista russo Krilov. Precisamente devido à recusa do CUP de apoiar por razões ideológicas a candidatura de Artur Mas para o cargo de presidente da Generalidade, ele teve que renunciar depois das eleições regionais de setembro de 2015 à atividade política e o movimento separatista passou a ser liderado, praticamente, por casualidade, pelo candidato compromissório Carles Puigdemont que ocupava até então o cargo bastante modesto de prefeito da cidade de Gerona.

Puigdemont, da mesma maneira que o seu braço direito no quadro da coligação e dirigente dos republicanos esquerdistas Oriol Junqueras e o terceiro personagem-chave dos separatistas



– a presidente do parlamento catalão Carme Forcadell, não são líderes carismáticos: antes, pelo contrário, são inexpressivos. É difícil de incluí-los na categoria de personalidades de destaque, capazes de dar ritmo da época. São “gente do povo” típica, do mesmo tipo que “todos os demais”. Nos dias de hoje semelhante aspecto de políticos europeus é fenômeno bastante comum e os catalães não constituem nenhuma exceção neste plano.

Todavia Artur Mas conseguiu imprimir um determinado algoritmo de desenvolvimento da situação que evoluiu depois seguindo, em grande parte, as suas leis intrínsecas. Os nacionalistas-separatistas publicaram outrora um “mapa viário” de ações com vista a conquistar a independência da Catalunha. Tanto Madrid, como amplos círculos sociais sabiam bem da sua existência. Mas até um certo momento as autoridades centrais praticamente não reagiam a este “mapa” deixando que a situação chegasse até uma fase francamente crítica.

Impõe-se a impressão de que os círculos oficiais de Madrid nem sequer tinham um plano preparado de ações para reagir ao “desafio” dos partidários da independência e que o governo da Espanha empenhou-se na elaboração dos respectivos passos somente nos últimos dias, atuando, textualmente, em regime de emergência. Falando a propósito, esta circunstância passou a ser um dos principais elementos das críticas, feitas pela oposição, em primeiro lugar, pelo influente Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE) à atividade do gabinete do premiê Mariano Rajoy na regularização da crise catalã. Convém chamar também a atenção para o fato de que até um certo momento a própria oposição reagia com indolência ao desenrolar dos acontecimentos na Catalunha, esperando, evidentemente, que Rajoy e o seu Partido Popular, uma facção conservadora, dessem um passo falso na Catalunha, o que permitiria criar condições para afastar os “populistas” do poder no seguinte pleito nacional. E somente a gravidade extrema da situação, quando se tornou evidente que a independência da Catalunha



não era uma abstração ilusória, mas, caso nada fosse feito, uma perspectiva perfeitamente real, fez com que a oposição, personificada pelo PSOE, assim como pelo partido "Cidadãos", pertencente ao centro-direita, apoiasse a linha do governo espanhol na questão de resistência ao separatismo catalão.

Atualmente a Catalunha está cindida realmente em duas partes. Metade dos seus cidadãos apoia mais ou menos ativamente a ideia de independência e esta metade inclui uma ala muito ativa e bastante numerosa que representa a força motriz do movimento separatista. Por isso, a atitude indecisa e ambígua de Puigdemont depois do referendo, as suas tentativas tímidas de sustar e de dar um passo pequeno para trás sob o pretexto da necessidade de promoção de conversações com Madrid depararam poderosa resistência por parte desta ala do separatismo catalão que insistia exclusivamente no avanço, rumo ao objetivo sagrado. Quanto ao próprio objetivo, esta gente imaginava-o mais próximo e realizável do que nunca. A sua conduta podia ser expressa concisamente no slogan: "Hoje ou nunca!". Ao que tudo indica, estas pessoas consideravam que a Catalunha não teria numa perspectiva visível uma outra chance de conquistar a independência.

Mas existe, também, uma outra Catalunha, cuja base é constituída, de acordo com a definição das autoridades de Madrid, pela "maioria silenciosa". Esta parte da Catalunha está a favor da preservação da unidade da Espanha e não pretende absolutamente separar-se dela. Estas pessoas consideram-se simultaneamente espanhóis e catalães e sentem-se perfeitamente confortáveis na qualidade de cidadãos da Espanha. Uma das tarefas principais da Madrid consistia em despertar esta "maioria silenciosa" e ela foi, afinal de contas, resolvida. Os "calados", outrora passivos, começaram a desfilar nas ruas (as suas manifestações em Barcelona em princípios e em fins de outubro congregaram mais de 300 mil participantes; de acordo com os dados dos organizadores o número de



participantes de cada manifestação chegava a um milhão, mas estes dados são evidentemente exagerados) e a sua voz agora é atendida por todos. Mais do que isso: as declarações de personalidades mais conhecidas deste segmento a favor da preservação da unidade da Espanha, em particular do socialista José Borrell, antigo presidente do Parlamento Europeu, e de José Pique, antigo ministro das relações exteriores da Espanha, são, inclusive, mais acirradas do que as declarações de alguns representantes do “establishment” de Madrid.

Um importante momento no quebra-cabeça catalão foi linha tática das partes opostas. O governo da Espanha dava relevo a vários postulados. Primeiro: a Espanha é um Estado democrático de direito, cujas leis devem ser cumpridas rigorosa e escrupulosamente. Segundo: a Constituição da Espanha não prevê a possibilidade de separação de alguma das suas partes. Por isso, pode-se discutir apenas o grau de autonomia da Catalunha e travar esta discussão exclusivamente nos limites da legalidade constitucional. Convém apontar por este motivo que o governo tinha exortado reiteradas vezes Puigdemont e os membros da sua “equipe” a retornar para o campo legal (isto é, renunciar à ideia de proclamação da independência). Os representantes dos círculos oficiais de Madrid afirmavam que no quadro deste campo se podia discutir qualquer questão. No entanto, as autoridades da Catalunha ignoravam estes apelos. Terceiro: as ações dos dirigentes da Generalidade da Catalunha foram qualificadas como uma tentativa de golpe de Estado e estas pessoas foram reputadas, respectivamente, como um grupo de conspiradores, contra os quais podiam ser aplicadas as mais severas punições que pressupunham, inclusive, a prisão por um prazo de até 30 anos.

Por outro lado, a posição dos nacionalistas-separatistas catalães não pode ser qualificada como espontânea e mal argumentada. Acontece precisamente o contrário. Até um certo momento esta posição parecia bastante bem estruturada



e nela se via uma lógica interna. Existe, porém, questão – se admitir ou não esta lógica.

Os separatistas colocam as tônicas no direito histórico da Catalunha à independência. Somos piores do que Portugal que também foi outrora uma parte da Espanha, mas existe perfeitamente como um Estado independente? Esta pergunta foi feita frequentemente e em diversos escalões da sociedade catalã. Os catalães têm sua própria língua, o seu território tem fronteiras estáveis, a história das estruturas regionais de poder da Catalunha talvez seja a mais longa no território da Espanha...

Os círculos oficiais de Madrid procuravam fugir à discussão de temas históricos, tendo adotado praticamente na qualidade de ponto de partida para a interpretação da situação que se formou a criação na época pós-franquista do Estado democrático na Espanha. Ao que se vê, a lógica neste caso é seguinte: aquilo que se dava na época do franquismo ou, inclusive, antes disso, quando não existiam leis democráticas é uma outra história que não está relacionada diretamente ao atual estado de coisas. Vivemos agora numa realidade nova e é preciso partir disso.

O ulterior desenvolvimento da crise vai mostrar se esta linha é correta ou não. É de se crer que a tentativa de renunciar à história e de reduzi-la aos últimos quarenta anos é uma via bastante espinhosa. Em minha opinião, procedem de uma forma mais sensata os que ressaltam que a sociedade catalã moderna é multinacional na sua própria essência e que a própria Catalunha próspera é um produto de esforços de todos os espanhóis e não somente dos catalães. É isso que afirma permanentemente em particular o já mencionado Josep Borrell.

Os nacionalistas catalães escolheram uma via notoriamente pacífica de luta, uma via destituída da violência. Eles indagam a si próprios, por que os cidadãos de Québec no Canadá e da Escócia na Grã-Bretanha tiveram a permissão de realizar referendos de separação, concatenados com as autoridades



centrais, enquanto que as autoridades da Espanha impediram este processo? Na sua opinião, no século XXI o único critério legal da justiça e da legalidade de um certo evento é a vontade do povo e as leis, caso não correspondam à nova realidade, devem ser alteradas. Por isso, os apelos permanentes das autoridades centrais à Constituição do país afiguram-se aos teóricos do separatismo catalão pouco convincentes. É preciso apontar que os separatistas catalães propuseram várias vezes a Madrid concatenar as condições de realização de um referendo “legal”, cujos resultados (tanto positivos como negativos para os nacionalistas catalães) seriam reconhecidos e, caso vencessem os partidários da preservação da Espanha única, a questão de separação da Catalunha seria fechada em princípio. Portanto, foi proposto aplicar o esquema que tinha sido concatenado outrora entre o governo da Grã-Bretanha e as autoridades autônomas da Escócia. A terceira força do parlamento espanhol, o partido esquerdista “Podemos”, que é contrário à separação da Catalunha da Espanha, também exortou o governo de Rajoy a proceder desta maneira.

Neste caso na posição de separatistas catalães estava presente uma malícia evidente. Para eles o diálogo com o governo central, um referendo “concatenado” e outras medidas semelhantes tinham sentido para eles somente como meio de alcançar o seu objetivo, isto é, legalizar o processo de separação da Espanha. É pouco provável que eles se contentassem com alguma outra perspectiva.

No dia um de outubro a polícia nacional e a Guarda Civil, subordinadas a autoridades centrais da Espanha, recorreram à força contra os participantes do referendo na Catalunha a fim de impedir a sua realização, enquanto que a polícia autônoma da Catalunha⁹ esteve praticamente inativa. Isto colocou numa situação difícil os círculos oficiais de Madrid porquanto o uso desproporcional da força da sua parte foi condenado mesmo pelos seus parceiros mais próximos da União Europeia e pelas



estruturas da ONU que cuidam dos direitos humanos. As ações da polícia nacional e da Guarda Civil afetaram cerca de 900 pessoas. Cenas de espancamento em massa de pessoas desarmadas, irrupção de policiais, que utilizavam malhos pesados, nas escolas, onde devia ser realizada a votação, etc. foram transmitidas amplamente pela televisão espanhola e nos noticiários dos principais países do mundo. Tudo isso fazia lembrar muito cenas dos "blockbusters" de Hollywood sobre o futuro que mostram guardiões da lei medonhos de certos Estados totalitários dissipando cruelmente os participantes de protestos pacíficos. É preciso render por este motivo o devido aos catalães que não responderam com violência à violência e conservaram a paciência e a presença do espírito.

Agora é difícil de prognosticar a influência destes eventos sobre o ulterior desenrolar da situação na Catalunha, mas normalmente semelhantes episódios ficam por muito tempo na memória do povo e adquirem com o correr do tempo a forma de uma lenda ou de algo semelhante. Não se pode excluir a possibilidade de que os acontecimentos do dia um de outubro de 2017 sejam interpretados mais tarde como episódio de uma miniguerra civil e utilizados na qualidade da prova de esmagamento por Madrid das aspirações profundamente arraigadas na alma do povo catalão (pelo menos, de uma grande parte do povo) de obter um dia a independência.

A Catalunha é uma das partes mais evoluídas da Espanha. É responsável por cerca de 22% do PIB do país, sendo a sua população igual a 7,5 milhões de pessoas (enquanto que a população de toda a Espanha é igual a 46,5 milhões). Os impostos pagos pela Catalunha para o orçamento nacional superam substancialmente as transferências que vêm de Madrid. Por outras palavras, a Catalunha é uma região-doadora que cobre as despesas das regiões menos desenvolvidas da Espanha. Na Espanha isto se chama política de solidariedade entre as nações e regiões, o que está consagrado no artigo 2 da



Constituição do país. No entanto, isto permite aos separatistas locais afirmar que a Espanha estaria espoliando e roubando a Catalunha e caso esta se tornar Estado independente o povo catalão vai viver melhor.

Como é natural, semelhantes argumentos dos partidários da independência estão “edificados na areia”. A experiência de outros países que enfrentaram as consequências da desagregação de Estados únicos comprova que somente alguns deles conseguiram adaptar-se a condições de independência autônoma e que este processo foi bastante demorado e acarretou baixas substanciais do nível de vida da população. A maioria destes Estados continua “entre o céu e a terra” em busca da sua identidade nacional e a sua população sofre por causa da queda brusca dos padrões econômico, cultural e educacional de vida. Portanto, não existe nenhuma garantia de que a Catalunha e a sua população irão ganhar algo no plano econômico no caso de obtenção da independência – tudo isso não passa da ilusão. Uma prova de que o grande “business” não estava absolutamente entusiasmado com os planos separatistas da direção da Generalidade foi a fuga da Catalunha dos maiores bancos e companhias que transferiram às pressas os seus quartéis-generais sociais para outras regiões da Espanha. Por exemplo, durante outubro saíram da Catalunha mais de mil e quinhentas companhias que determinavam em grande parte o seu aspecto econômico. Se o processo continuar, então, segundo opinam os maiores economistas espanhóis, este desenrolar dos acontecimentos acarretará inevitavelmente a diminuição brusca de investimentos na economia catalã e criará condições propícias para o início da recessão que poderá prolongar-se por muitos anos.

Os eventos que a Catalunha esta vivendo representam, de um modo geral, uma tela multicolor e extremamente ambígua, cujos episódios um pintor desconhecido desenha todos os dias de acordo com um plano que somente ele conhece. Nesta



tela não existem malfeitores empedernidos, nem portadores da verdade “em última instância”. Pelos vistos, os líderes dos separatistas catalães acreditam sinceramente que a conquista da independência pela sua Pátria vai beneficiar a Catalunha e o seu povo. Mas seria isso verdade? Será que vale a pena destruir em prol deste sonho irrisório, que faz lembrar muito uma utopia, a vida normal de milhões de catalães, dividir novamente o seu próprio povo em duas partes irreconciliáveis, como foi na época da guerra civil, e atizar o ódio de catalães aos espanhóis com os quais eles não têm nada para dividir?

Apesar de toda a peculiaridade e unicidade dos atuais acontecimentos na Catalunha, a pessoa que acompanha o seu desenrolar não pode evitar um sentimento estável de “*déjà-vu*”. Centenas de milhares de pessoas nas ruas, um mar de bandeiras drapejando sobre elas, discursos ardorosos dos oradores a partir de tribunas improvisadas na cidade e no parlamento, discussões calorosas dos politólogos nos estúdios de rádio e de televisão – conhecemos tão bem tudo isso graças à nossa própria história das três últimas décadas e à história dos outros povos e países, alguns dos quais eram para nós há ainda pouco irmãos. Jamais, salvo algumas exceções muito raras, as desagregações dos países resultaram em consequências univocamente positivas. Antes disso, acarretaram tragédias, cuja superação não pôde ser consumada em alguns anos – foi preciso décadas.

O presidente da Rússia V.V. Putin teve plena razão ao afirmar anteriormente que a desagregação da URSS tinha se tornado a maior catástrofe geopolítica do século XX. Certamente, a envergadura e as possíveis consequências da eventual saída da Catalunha da Espanha seria incomparável com o colapso da União Soviética, mas este fenómeno também poderia se tornar cataclismo muito sério, pelo menos, ao nível europeu.

Ao analisar a situação na Catalunha e em seu torno, os políticos e politólogos espanhóis e, de um modo geral, os



européus procuram evitar a analogia com a desagregação da URSS, apontando que não se pode, supostamente, comparar um Estado autoritário e um Estado democrático e, respectivamente, colocar o sinal de igualdade entre os processos centrífugos naquele caso e agora por força da sua heterogeneidade. Vamos citar, para confirmar esta ideia, um trecho de um artigo de fundo do influente jornal espanhol "El País", de 7 de outubro de 2017, intitulado "Processo antieuropeu: o desafio dos partidários da independência gera ameaça à estabilidade da União Europeia". Neste artigo diz-se literalmente o seguinte: "Alegar o fato de que outros países pequenos obtiveram a independência e incorporaram-se na União Europeia significa deturpar a história: o processo europeu abrigou os países bálticos e balcânicos, mas a única razão disso é que não existia outra saída para alguns territórios, inundados, devido a esforços do nacionalismo xenófobo, de sangue, ou devido ao colapso do império-ocupante que esmagava as liberdades, como a antiga União Soviética"¹⁰. É de se compreender que se trata do desejo dos nacionalistas catalães de permanecer, depois da separação da Espanha, na União Europeia. Mas é evidente que para eles não haverá lugar nesta organização ao contrário dos novos Estados independentes que se formaram depois da desagregação dramática da Jugoslávia e da URSS.

Mas será que tudo é tão simples, como o descreve o respeitável jornal? O próprio fato de que a Espanha multinacional se formava durante séculos está fora de dúvidas, da mesma maneira que o fato de que a Catalunha ficou no quadro deste Estado por força de processos históricos. Por isso, hoje a separação da Catalunha da Espanha seria um fenômeno em grande parte antinatural. Da mesma maneira que antes disso foi antinatural a desagregação da União Soviética¹¹, que tinha surgido no espaço do antigo Império Russo. Este império também se constituía durante séculos no formato



de um grande Estado multinacional e não foi absolutamente por força de uma casualidade que os povos que habitavam o seu território ficaram precisamente lá. É preciso constatar que a atitude do Ocidente civilizado para com estes dois acontecimentos, separados um do outro pelo espaço de tempo de um quarto do século, é diametralmente oposta, variando desde a alegria oculta ou aberta, num caso, até a atual recusa de apoiar as aspirações da Catalunha de obter a independência, no outro. Pode-se supor, todavia, que há precisamente um quarto do século no fundamento de Estados multinacionais foi instalada a bomba-relógio de separatismo. E as “escapadas” de Madrid no sentido de que um Estado democrático de direito é garantia, já por força da sua existência, contra o advento do separatismo não passam de torneios da frase ou de ilusões ingênuas. O separatismo catalão existia também na época da monarquia, na época da ditadura e nas condições de democracia. Tem, por conseguinte, raízes históricas profundas. Pelos vistos, as autoridades espanholas deveriam analisar mais profundamente as causas deste fenômeno em vez de reduzir tudo exclusivamente a artimanhas de um grupo de separatistas rebeldes.

Ao comentar os acontecimentos na Catalunha V.V. Putin ressaltou que a proclamação da independência da Catalunha suscitou “condenação unânime dos partidários da independência por parte da União Europeia e de toda uma série de outros Estados”. “...será que ninguém sabia destas contradições dentro da Europa que continuam há séculos? – indagou-se o presidente. – Sim, sabiam. Mas outrora eles praticamente saudaram a desagregação de toda uma série de Estados na Europa, sem ocultar a sua alegria por este motivo”. “E para que foi preciso apoiar incondicionalmente, de maneira tão impensada, partindo da conjuntura política corrente e, vou dizer abertamente, do desejo de agradar ao irmão mais velho de Washington, a separação de Kosovo e provocar processos



em outras regiões da Europa e, inclusive, no mundo”, – colocou mais uma questão o líder russo. O presidente qualificou isso de manifestação de padrões duplos, o que encerra sério perigo para o desenvolvimento da Europa e de outros continentes e para o avanço de processos de integração no mundo inteiro¹².

Vamos alegar, na qualidade de ilustração a estas palavras de V.V. Putin, as declarações dos dirigentes da União Europeia preocupados com o fato de que “caso a Catalunha obtiver a independência, os outros farão o mesmo” e dentro de próximos 15 anos o número de membros da União Europeia pode chegar a 98. Se agora é difícil controlar os 27 membros (sem contar a Grã-Bretanha depois do “brexit”), então “com 98 membros isto será simplesmente impossível”¹³. Ao mesmo tempo eles não ficaram absolutamente perturbados, por alguma razão, com a duplicação do número de membros da União Europeia depois de 1991: pelo contrário, isso provocou profunda satisfação.



O desenlace da crise da Catalunha chegou rápido e, inclusive, inesperadamente, o que não correspondia absolutamente ao ambiente de tensão que era agravado pelos partidários da independência durante últimos anos, e atingiu ao seu apogeu no dia do referendo, em um de outubro. Muitas pessoas tinham impressão então que o passo seguinte das autoridades da Catalunha seria a proclamação imediata da independência desta região. Mas isso não se deu. Foi apenas no dia 10 de outubro que Puigdemont fez, ao intervir no parlamento autônomo, uma declaração bastante ambígua de que ele “na qualidade de presidente da Generalidade, encarrega-se da realização do mandato popular de tornar a Catalunha um Estado independente em forma da república”, mas propõe na ocasião que “o parlamento adie a realização das consequências da declaração da independência



a fim de promover diálogo (com o governo da Espanha) nas próximas semanas”¹⁴. Os zombeteiros políticos da Espanha gracejavam por este motivo que se em 1934 a independência da Catalunha tinha se prolongado por dez horas, em 2017 ela durou apenas 8 segundos, que tinham separado as duas frases acima mencionadas de Puigdemont. E embora depois da conclusão da reunião “histórica” do parlamento catalão os deputados de todos os partidos do bloco separatista tivessem assinado nos bastidores certa declaração de independência, todos compreendiam que mesmo os que a assinaram não consideravam este documento como algo juridicamente válido. Este desenrolar dos acontecimentos foi o primeiro sinal de alarme para numerosos partidários da independência que aguardavam do seu líder ações decididas, mas tiveram, em vez disso, uma compensação puramente simbólica.

O governo da Espanha também estava em dúvida, pois não compreendia se a independência da Catalunha tinha sido proclamada ou não. O algoritmo dos seus posteriores passos dependia da compreensão correta da ação que se deu em Barcelona. O premiê Rajoy mandou uma mensagem a Puigdemont indicando o prazo final para dar uma resposta clara e precisa: sim ou não. Mas Puigdemont preferiu novamente usar de evasivas, encobrendo a sua indecisão com uma cortina de declarações empoladas, passando toda a culpa a Madrid e acusando-a da falta do desejo de levar em consideração a vontade do povo catalão. A troca de mensagens continuou até o fim de outubro. As autoridades centrais propuseram a Puigdemont, na qualidade de uma solução admissível para todos, que marcasse, ele próprio, a realização de eleições antecipadas para o parlamento da Catalunha, mas ele recusou-se a fazer isso. Afinal de contas, a maioria separatista no parlamento autônomo encheu-se de coragem e proclamou, já formalmente, no dia 27 de outubro a independência da



Catalunha. Portanto, o Rubicão foi atravessado. Depois deste ato as autoridades da autonomia atravessaram os limites da "terra incógnita" e, respectivamente, os limites do campo jurídico da Espanha. Imediatamente depois da votação nas ruas de Barcelona começaram festejos em massa por motivo da vitória alcançada que continuaram noite adentro. Mas, como era de esperar, a vitória resultou uma vitória de Pirro.

A reação das autoridades espanholas foi imediata. O Senado das Cortes Gerais aprovou, em conformidade com os seus poderes constitucionais, a resolução que punha em ação o artigo 155 da Constituição do país. Imediatamente depois disso foi realizada uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros da Espanha que resolveu dissolver o governo catalão (a Generalidade) e o seu parlamento e promover no dia 21 de dezembro as eleições autônomas antecipadas. O chefe da polícia autônoma de Catalunha Trapero foi afastado do seu cargo e os órgãos competentes da Espanha estão investigando a sua atividade no decurso do referendo de 1 de outubro. A maior parte dos poderes do chefe do governo autônomo da Catalunha foi conferida a Soraya Sáenz de Santamaría, vice-chefe do governo espanhol.

A decisão demonstrada pelas autoridades centrais foi recebida jubilosamente pelos partidários catalães da preservação da unidade da Espanha. Eles substituíram nas ruas de Barcelona os partidários da independência que tinham se rejubilavam aí antes deles. Todavia uma certa intriga continuava a existir: como iriam portar-se nesta situação nova Puigdemont e a sua "equipe". É que sob um ponto de vista formal eles tinham proclamado a independência da Catalunha e de acordo com a lógica dos acontecimentos a partir daquele momento as decisões da Madrid já não eram mais obrigatórias para as autoridades da Catalunha. Todavia não se deu nada que comprovasse que a Catalunha se tornara realmente independente. Na realidade, todos os ramos do poder da Catalunha concordaram rapidamente, sem



discussões e alterações, com o seu novo status – o status dos “ex-, dos aposentados” e ninguém objetou contra a realização de novas eleições autônomas no dia 21 de dezembro. Quanto ao próprio Puigdemont, este, em vez de comparecer, como tinha prometido, no seu lugar de trabalho na Generalidade, na segunda-feira, dia 30 de outubro, emergiu inesperadamente em Bruxelas e fez lá novamente uma série de declarações contraditórias. Aliás, desta vez era encarado como um azarado, que se emaranhou definitivamente, e ninguém mais o considerava político sério.

A julgar por tudo, agora os principais iniciadores da experiência separatista, que já foram indiciados sob a acusação de preparar o golpe de Estado, provocar motim e esbanjar recursos estatais, têm pela frente uma conversa longa com o procurador.

No entanto, o projeto catalão ainda não está concluído na íntegra. Estou certo que nós ainda teremos pela frente muitas sinuosidades deste processo complicado ziguezagueado. Contudo, já se pode tirar as primeiras conclusões.

A julgar pelo que se vê, a mais importante delas consiste em que as autoridades do Estado devem reagir a tempo a processos potencialmente perigosos e não deixar que avancem tanto que a superação de problemas surgidos ou criados artificialmente requeria medidas extraordinárias. Esta é uma regra geral que diz respeito não somente à reação ao nacionalismo/separatismo.

Madrid perdeu evidentemente o tempo necessário para a solução tranquila e ponderada das questões relacionadas ao desenvolvimento de tendências separatistas na Catalunha, embora as opções de que dispunha para isso fossem mais do que suficientes. Na realidade, na Catalunha realizava-se o processo sistemático de “catalonização” de diversos aspectos da vida da sociedade local, apesar das declarações em contrário das autoridades locais. O sentido deste processo consistia em



tornar gradualmente a sociedade homogênea no plano de identificação, isto é, torná-la totalmente catalã, embora hoje pelo menos metade dos habitantes da Catalunha se considere simultaneamente espanhóis e catalães. Será que isso não faz lembrar, quanto à sua metodologia nacionalista, aquilo que se passa em vários Estados-límitrofes da Rússia (reconhecidos pelo Ocidente como democráticos), que faziam parte anteriormente da URSS na qualidade de republicas federadas? Creio que neste caso os paralelos estão presentes, embora as autoridades espanholas estejam convencidas de que o fenômeno catalão e, antes disso, o fenômeno basco sejam algo absolutamente excepcional. A Catalunha é uma parte do problema mundial de crise de Estados multinacionais e de implantação em seu lugar de um sem número de Estados nacionais (unitários), embora o “material puro” para um Estado constituído exclusivamente por uma só nação talvez possa ser encontrado hoje somente nos limites de uma determinada aldeia – e só se tiver muita sorte. Na realidade, trata-se da aspiração de uma nação pequena (mais exatamente, da sua elite) que vive nos limites de um Estado grande de se tornar nação dominante no quadro da formação estatal nova. E nada mais do que isso. É pouco provável que neste caso alguém leve em consideração os interesses do povo.

Uma das duas questões principais que preocupou historicamente a intelectualidade russa foi e continua esta: o que fazer? Hoje esta questão deve ser respondida circunstanciadamente tanto pelas autoridades espanholas, como pela sociedade espanhola em geral, cuja parte inalienável são os catalães. É possível que a unidade do governo espanhol e dos maiores partidos oposicionistas do país fosse o principal fator que permitiu encontrar a via de superação da crise catalã. Admito que o plano dos separatistas consista precisamente em utilizar de acordo com os seus interesses as contradições entre os partidos e cindir a frente única das principais forças políticas da Espanha



criada em defesa da integridade do país. Um dos principais itens do pacto anti-separatista convencional, concatenado em outubro entre o Partido Popular, que está no poder, e o Partido Socialista Obrero Espanhol, foi o consentimento mútuo de que durante os próximos seis meses deve ser iniciada a elaboração da nova redação da Constituição da Espanha, pois na opinião da maioria dos políticos e politólogos espanhóis algumas das suas disposições já são obsoletas. Isto diz respeito diretamente ao capítulo da Lei Fundamental que estabelece os princípios da estrutura territorial da Espanha. Muitas pessoas na Espanha consideram que a estrutura federativa deste Estado iria corresponder mais a realidades do dia de hoje e que se as autoridades dessem atenção a isso mais cedo, talvez seria possível evitar a atual crise catalã.

Puigdemont e a sua "equipe" resultaram "azarentos" políticos que praticamente traíram os habitantes da Catalunha que tinham acreditado neles e no seu projeto. Por enquanto não está claro, como as autoridades espanholas irão proceder em relação a numerosos funcionários públicos da autonomia, militantes do movimento pela independência, etc. Teoricamente pode ser iniciado um processo de "caça às bruxas", o que seria altamente indesejável para a Catalunha cindida que necessita, antes de tudo mais, da reconciliação interna. E, certamente, a Catalunha necessita, tanto quanto do ar, de um projeto do ulterior desenvolvimento no quadro da Espanha que seja conveniente para diversos segmentos da sociedade catalã.

-
1. De acordo com os dados das autoridades autônomas da Catalunha, deste referendo participaram cerca de 2 300 000 pessoas (isto é, 43% dos eleitores); 2 044 000 (90,2% do eleitorado) votaram "a favor" e 7,8% "contra".
 2. Espanha. Constituição e atos legislativos. Tradução do espanhol. – M.: Progresso, 1982, página 30.



3. No artigo 153 da Constituição Espanhola consta, em particular, o seguinte: “Monitorar a atividade dos órgãos das Comunidades Autónomas serão exercidos: a) No Tribunal Constitucional, sobre a constitucionalidade das suas disposições normas com força de lei... (Espanha, Constituição e atos legislativos. Tradução do espanhol. – M.: Progress, 1982, página 88).
4. Tribunal de Garantias Constitucionais.
5. A guerra civil na Espanha prolongou-se desde julho de 1936 até o dia um de abril de 1939 e resultou na vitória de rebeldes-franquistas.
6. *Orlov A.A.* Nacionalismo na Catalunha – um fator de risco para a Espanha. // Observador – Observer. 2010. № 11(250). Páginas 108-120. (http://observer.materik.ru/observer/N11_2010/108_120.pdf);
Orlov A.A. Raízes históricas fundas do problema do nacionalismo e do separatismo na Espanha de hoje // Boletim do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais – Universidade. 2013. № 4 (31). Páginas 177- 186. (<https://cyberleninka.ru/article/n/glubinnye-istoricheskie-korni-problemy-natsionalizma-i-separatizma-v-sovremennoy-ispanii>);
Orlov A.A. Problema de secessão na atual etapa. Exemplo da Escócia e da Catalunha. // Observador – Observer. 2015. № 1(300). Páginas 67-80. (<http://www.materik.ru/upload/iblock/bee/bee88ebd3656ffa07a081c51eb8c8cef.pdf>);
Orlov A.A. Desmembramento da Catalunha: confrontação entre os partidários e adversários da independência. // Observador – Observer. 2016. № 1(312). Páginas 92-102. (<http://www.materik.ru/upload/iblock/f21/f21a95e8d5bce2ca409fba61abda907c.pdf>). Uma obra interessante a respeito do problema catalão foi escrita por I.V. Popov.
Popov I.V. Opção difícil da Catalunha. // *Международная жизнь*. 2015. № 11. С. 27-42. (на русском яз.)
7. Ibarretxe nunca llegó tan lejos // *El País* (Edición Nacional), 14 de octubre de 2017, p. 25.



8. CUP – Candidatura d’Unidad Popular (em catalã). Tradução: Candidatura da Unidade Popular.
9. A polícia autonoma da Catalunha (Mossos d’Esquadra) conta atualmente cerca de 17 mil homens.
10. ‘Procés’ antieuropeo. El desafío independentista supone una amenaza a la estabilidad de la UE // El País (Edición Nacional), 7 de octubre de 2017, p. 12.
11. Deixemos à parte a Jugoslavia, levando em consideracao apenas o fato de que alguns grandes Estados da Europa Ocidental participaram ativamente na desagregação deste Estado federado.
12. O presidente da Rússia reprochou ao Ocidente padrões duplos no tocante à Catalunha // URL: <http://www.interfax.ru/russia/583954>
13. Juncker: “Si Cataluña se independiza, otros harían lo mismo” // El País (Edición Nacional), 14 de octubre de 2017, p. 21.
14. Puigdemont prolonga la tensión con una secesión en diferido// El País (Edición Nacional), 11 de octubre de 2017, pp. 16-17.

Palavras – chaves: Catalunha, Espanha, referendo, independência, Generalidade, nacionalistas, separatistas, Partido Popular, PSOE, Puigdemont, Rajoy, autonomia, constituição.



CRISE COREANA: EXISTE A SAÍDA?

O ano de 2017 está se tornando ano de agravamento da situação em torno da Coreia. A ascensão de D. Trump ao poder nos EUA coincidiu em tempo com o desenvolvimento da nova etapa do programa balístico-nuclear da República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Tem-se a impressão de que Kim Jong-il, o defunto pai do atual líder Kim Jong-un, supunha que para garantir a segurança da RPDC bastava a probabilidade hipotética de um golpe nuclear contra os EUA e os seus aliados. Por isso, estava perfeitamente satisfeito com as forças relativamente pequenas de contenção nuclear que a RPDC possuía – cerca de dez ogivas nucleares, sem se preocupar muito com os portadores destas armas. Mas Kim Jong-un foi mais adiante, tendo se proposto o objetivo de criar não somente uma quantidade maior de cargas nucleares, mas também os portadores eficientes de armas nucleares, isto é, mísseis balísticos intercontinentais (MBI) e mísseis balísticos de

**GLEB
IVASHENTSOV**



Embaixador Extraordinário e
Plenipotenciário da Rússia
na República da Coreia
(2005 – 2009)

ivagleb@googlemail.com



baseamento submarino (MBBS). Trata-se, no fundo, de que a República Popular Democrática da Coreia vai criar futuramente um potencial balístico-nuclear de pleno valor com uma grande probabilidade de sobreviver ao primeiro golpe e causar em resposta um prejuízo inadmissível ao inimigo, personificado pelos EUA.

É difícil de prognosticar, quando é que a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) poderá criar este potencial, mas a julgar pelo fato de que no seu discurso do Ano Novo Kim Jon-un informou que proximamente deve ser testado um míssil intercontinental capaz de atingir o território continental dos EUA, um progresso sensível pode ser alcançado já nos próximos anos. Daí vem que já no futuro próximo a RPDC será o terceiro, depois da Rússia e da China, adversário potencial dos EUA, capaz de banir da face da terra Los Angeles, São Francisco e Seattle e, talvez, também Washington e Nova Iorque. Certamente, a Inglaterra e a França também dispõem dos meios idênticos, mas estes Estados são aliados dos EUA.

Anteriormente, ao deparar o desafio por parte de Pyongyang, por exemplo, a informação sobre a preparação de lançamento de mais um míssil ou de realização de mais um teste nuclear, Washington procedia da mesma maneira. Inicialmente os americanos declaravam que um certo passo da RPDC era "inadmissível" e iria acarretar "consequências imprognosticáveis". Em resposta Pyongyang fazia mais cedo ou mais tarde precisamente aquilo contra o que os americanos tinham a prevenido e Washington apenas recorria a uma retórica mais severa ou impunha sanções, cujo efeito real resultava nulo.

Neste caso não se tratava absolutamente da crença dos EUA na solução diplomática ou na força das sanções. A possibilidade de realização de uma operação militar contra a República Popular Democrática da Coreia foi discutida seriamente em Washington ainda em princípios da década de 1990, quando as discussões sobre o programa nuclear de Pyongyang apenas começavam. Mas naquele caso os EUA renunciaram a este



plano. É que mais um grande conflito na península da Coreia iria acarretar para os EUA grandes perdas humanas e materiais.*

Mas se anteriormente se tratava de garantir a segurança do aliado dos EUA, a Coreia do Sul, agora, dado que Pyongyang pode obter em breve misseis intercontinentais e misseis balísticos de baseamento submarino, na ordem do dia consta a ameaça direta do ataque balístico-nuclear por parte da Coreia do Norte contra o território continental dos próprios EUA. O presidente D. Trump representa o Partido Republicano e o sistema de defesa antimíssil sempre desempenhou no programa de política externa deste partido algo semelhante à "vaca sagrada".

E aí se impõe a questão, se D. Trump irá contentar-se com a antiga linha americana em relação ao programa balístico-nuclear da República Popular Democrática da Coreia ou recorrerá a medidas mais severas a fim de impedir a sua realização. Um dia depois da intervenção de Kim Jong-un por ocasião do Ano Novo D. Trump escreveu no seu "twitter" que embora a Coreia do Norte tivesse declarado que concluirá em breve o desenvolvimento do míssil, capaz de ameaçar os EUA, "isso não vai acontecer". O mundo interpretou esta declaração como promessa de que D. Trump não admitirá semelhante desenrolar dos acontecimentos.

Com efeito, durante a campanha eleitoral D. Trump falava da sua disposição de discutir com Kim Jong-un um possível "acordo" à mesa, com um "hambúrguer" servido, mas em abril deste ano, depois de mais uma série de testes de misseis balísticos na Coreia do Norte,

* Em 1994, quando o presidente dos EUA B. Clinton analisava a possibilidade de uma guerra contra a República Popular Democrática da Coreia, foram-lhe apresentados os cálculos do general Gary Luck, comandante das tropas americanas na Coreia do Sul. De acordo com as suas estimativas, o total de perdas dos EUA e da Coreia do Sul podia beirar um milhão de militares, sendo 100 mil deles, americanos. O valor total da guerra contra a República Popular Democrática da Coreia foi estimado em 100 bilhões de dólares e o volume do prejuízo econômico para a Coreia do Sul, superior a um trilhão de dólares. A administração de B. Clinton renunciou à guerra com a Coreia do Norte e admitiu conversações com Pyongyang.



rumo ao litoral deste país dirigiu-se toda uma “armada”, como disse o Presidente dos EUA, de navios de guerra americanos. O seu núcleo era o porta-aviões “Carl Vinson” acompanhado por contratorpedeiros munidos de mísseis “Tomahawk”. Os peritos e a mídia dos EUA começaram a falar da possibilidade de “golpes pontuais” contra os objetos nucleares da Coreia do Norte. É sabido que D. Trump já tinha demonstrado a sua disposição de dar passos bruscos quando mandou atacar com mísseis a base aérea Shairat na Síria e lançar uma bomba superpotente, mas não nuclear, no território do Afeganistão. Nas palestras com os jornalistas o Presidente dos EUA qualificou o Norte como “um grande problema mundial que deve ser, afinal, resolvido”, e ressaltou que a República Popular Democrática da Coreia “é uma autêntica ameaça para o mundo, independentemente se queiramos ou não falar disso”.

As declarações do secretário de Estado R. Tillerson harmonizavam bem com estas manifestações do presidente. Durante a visita a Seul em 17 de março de 2017 ele apontou, por exemplo, que as operações militares contra Pyongyang são uma “opção discutida”¹. Na sua entrevista ao canal de televisão “Fox News” declarou que admite a instalação de armas nucleares na Coreia do Sul a fim de conter a ameaça por parte da Coreia do Norte². Mais do que isso: ao responder à pergunta do jornalista se ele exclui a possibilidade de munição de aliados na península da Coreia com armas nucleares, R. Tillerson disse: “Nada se exclui”. Todavia a entrega de armas nucleares à Coreia do Sul ou ao Japão seria violação direta por parte EUA dos compromissos que eles tinham assumido no quadro do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNPAN)³. Numa outra entrevista o secretário de Estado ressaltou que “Washington está revendo todos os status da Coreia do Norte em busca do meio de exercer pressão sobre o seu regime”, incluindo a possibilidade do seu retorno para a lista de países – patrocinadores do terrorismo⁴.



“Ataque Pontual” Contra a República Popular Democrática da Coreia: Sul-Coreanos na Qualidade de Escudo Vivo

Um “ataque pontual” faria, indubitavelmente, com que o programa nuclear norte-coreano recuasse muitos anos, ou, inclusive, décadas. Mas qual seria o preço disso? Acontece que a Grande Seul sul-coreana, com cerca de 25 milhões de habitantes, está situada bem perto da fronteira da zona desmilitarizada (ZDM) que separa os dois Estados coreanos. Na parte oposta da ZDM encontra-se a unidade norte-coreana de artilharia pesada, a mais potente do mundo, que não ficará, certamente, inativa no caso de uma operação americana contra os objetos nucleares de Pyongyang.

“Todos os estratagemas provocadores nas esferas política, econômica e militar serão frustrados decididamente por uma resposta superpoderosa do lado do nosso exército e povo”, ressalta-se na declaração de um representante do Estado-Maior General do Exército Popular da Coreia transmitida em 14 de abril deste ano pelos canais da Agência Telegráfica Central da Coreia. Tratava-se dos ataques a partir da terra, do mar e do ar. Na qualidade de eventuais alvos foram indicados as bases militares dos EUA de Osan, Kunsan e Pyeongtaek, assim como a residência do presidente da República da Coreia “Cheong Wa Dae”. Informava-se também que os mísseis da República Popular Democrática da Coreia estavam apontados contra as bases americanas no Japão e contra o território dos EUA⁵.

Durante décadas as autoridades do Japão e da Coreia do Sul especulavam com a “agressão norte-coreana”, obtendo sob este pretexto a ajuda militar americana. Mas na atual situação, quando a perspectiva de conflito militar aberto com um Estado que possui armas balísticas e nucleares virou uma realidade, as declarações de Tóquio e de Seul já não são tão belicosas como anteriormente. D. Trump teve, inclusive, que tranquilizar o premiê do Japão S. Abe prometendo não



atacar a República Popular Democrática da Coreia sem uma consulta prévia com Tóquio. Esta informação foi divulgada pela agência Kyodo que alegava certas fontes nos círculos diplomáticos⁶. O presidente americano exortou na ocasião S. Abe a compreender a nova linha política de Washington que consiste em passar da “paciência estratégica” para o princípio de “paz graças à força”.

A Coreia do Sul também sente receios sérios. Aí recordam bem a guerra de 1950–1953 que custou caro aos habitantes da parte sul da península coreana. O Ministério da Defesa da República da Coreia exortou a população a não se deixar influenciar por boatos pânticos, divulgados pela mídia, sobre o breve ataque dos EUA contra a República Popular Democrática da Coreia. “Recebemos a respectiva confirmação dos nossos aliados de Washington de que os EUA, baseando-se nas relações de aliança político-militar com Seul, irão antes discutir e concatenar conosco todos os eventuais passos militares contra a República Popular Democrática da Coreia”, declarou um representante desta entidade⁷.

Na opinião de peritos, um ataque de artilharia por parte da Coreia do Norte contra Seul pode causar à capital da Coreia do Sul um dano comparável com a lesão provocada por um ataque com armas atômicas. Está claro que um ataque destes por parte de Pyongyang resultaria numa resposta potente por parte da Coreia do Sul, o que daria início a uma nova guerra na Coreia. Mas mesmo se a situação não degenerar em guerra, um desenlace destes causaria um prejuízo tremendo para a aliança americano – sul-coreana. *Sob o ponto de vista dos sul-coreanos um ataque americano contra a República Popular Democrática da Coreia, que acarretará o ataque norte-coreano contra Seul, iria confirmar que a aliança com os EUA não representa garantia da segurança do seu país, mas, pelo contrário, uma ameaça potencial a esta segurança, pois os americanos estão dispostos a resolver as questões de segurança própria à custa dos seus parceiros sul-coreanos, utilizando-os, praticamente, na qualidade de um escudo vivo.*



EUA – Coreia do Sul: “Amigos, Amigos, Negócios à Parte”

A linha política pragmática de D. Trump já resultou em numerosas surpresas para os sul-coreanos no tocante à disposição dos americanos de levar em consideração os seus interesses. A intenção do novo presidente americano de colocar ante os sul-coreanos a questão de cobertura total por eles de despesas com a manutenção das tropas americanas que se encontram no território da Coreia do Sul deparou uma reação altamente negativa em Seul.

O primeiro sinal que anunciava isso foi a tensão surgida em torno da recusa de Seul de satisfazer a exigência de D. Trump de pagar um bilhão de dólares pelo sistema de defesa antimíssil THAAD, que os americanos instalam na Coreia do Sul. Afirma-se que o sistema é destinado, supostamente, a interceptar os mísseis norte-coreanos. Todavia o Ministério da Defesa da Coreia do Sul acha que quem deve pagar a instalação do sistema THAAD é Washington. Na declaração desta entidade militar de 28 de abril de 2017 diz-se que “em conformidade com o acordo sobre o status das forças, o governo da República da Coreia concede a terra e outra infraestrutura, enquanto que os EUA arcam com o fardo de instalação e de manutenção do sistema THAAD”⁸.

Esta questão é agravada ainda mais pela crise que Seul teve com Beijing por causa do sistema antimíssil THAAD. Acontece que este sistema antimíssil inclui o potente radar TRY-2 TM, capaz de detectar firmemente não somente os alvos balísticos (mísseis), mas também alvos aerodinâmicos (aviões) à distância de até 1200 quilômetros e, nas condições especialmente favoráveis, à distância de até 1500 quilômetros. Este radar, instalado na Coreia do Sul, permitirá aos americanos controlar o espaço aquático do mar da China Oriental, a parte nordeste da China e uma parte do Extremo Oriente da Rússia⁹. Cumpre assinalar por este motivo a Declaração Russo-Chinesa Conjunta, feita por motivo da visita oficial do Presidente da Federação Russa V.V. Putin à China em 25 de junho de 2016, em que se diz, em particular, o seguinte: “A Rússia e a China estão contra o incremento da presença militar supra-



regional no Nordeste da Ásia e desdobramento aí de uma nova região posicional de defesa antimíssil na qualidade de segmento pacífico do sistema de defesa antimíssil global dos EUA, o que se faz sob o pretexto de reação aos programas balístico-nucleares da RPDC. As partes não admitem a escalada da confrontação político-militar e o incremento da corrida armamentista na região¹⁰.

Toda uma série de declarações feitas em diversos níveis em Beijing comprova de uma forma patente a atitude francamente negativa da China para com a estimulação por Seul do incremento da presença militar americana na Coreia do Sul. Um exemplo disso pode ser a declaração da agência Xinhua de 31 de julho de 2016: "O fato de que Seul conscientiza, supostamente, todas as consequências da instalação do sistema THAAD no seu território, mas mesmo assim opta por Washington, guiando-se por razões que por enquanto não estão claras, comprova a sua miopia e capacidade fraca na esfera de transações diplomáticas"¹¹.

As declarações de caráter político, feitas pela China, foram seguidas também por medidas práticas. Diminuiu bruscamente o afluxo de turistas chineses. É sabido que o turismo era responsável por uma parcela importante de rendimentos do business pequeno e médio nas grandes cidades e nos centros turísticos da Coreia do Sul. São anulados voos de companhias aéreas, os navios de cruzeiro chineses não entram mais no porto de Pusan. Foram impostas restrições para a exportação de companhias sul-coreanas. Muitas delas fornecem para o mercado chinês de 30 a 80% da sua produção. Pode-se aguardar, portanto, numerosas falências e demissões e uma recessão econômica. Isto faz com que a população indague a si própria: se ela necessita mesmo do sistema THAAD para sofrer tanto por sua causa?

Uma outra causa da atitude negativa na Coreia do Sul para com a linha política de D. Trump são as suas declarações protecionistas a respeito das questões econômico-comerciais. Os sul-coreanos temem que os ataques contra a China sejam seguidos pelas medidas orientadas contra a exportação sul-coreana para os EUA, pois quase tudo que D. Trump diz sobre a China pode ser aplicado também à Coreia do Sul. Para a Coreia do



Sul, que depende do mercado americano, quaisquer problemas tarifários resultarão um golpe grave. Existe também ameaça de revisão do tratado americano – sul-coreano de comércio livre que, de um modo geral, é excepcionalmente vantajoso para as empresas da Coreia do Sul.

Mas o problema não se reduz a ameaças diretas ao comércio bilateral. A Coreia do Sul irá enfrentar um sem número de desgostos caso os EUA saírem da NAFTA, zona norte-americana de comércio livre que abrange também o México e o Canadá. Mesmo a simples revisão radical dos acordos que vigoram no quadro da NAFTA vai afetar seriamente os interesses das firmas sul-coreanas que tinham construído no México um número considerável de empresas de grane porte, orientadas basicamente pelo mercado americano.

Nas eleições presidenciais, realizadas na Coreia do Sul em 9 de maio de 2017, venceu Moon Jae-in, representante dos círculos liberais e candidato pelo Partido Democrático “Toburo” que estava na oposição à administração da presidente Park Geun-hye, afastada do cargo mediante um impeachment. A vitória de Moon Jae-in é chamada a acrescentar novas nuances e tônicas no desenvolvimento da situação em torno do atual “zugzwang coreano”. Os pontos básicos do seu programa pré-eleitoral eram os seguintes: não ao sistema antimíssil americano, independência na política externa e diálogo direto com a Coreia do Norte. A nova administração terá que cuidar em primeiro lugar da crise gravíssima na península da Coreia. Pode-se afirmar com toda a certeza que o novo governo irá aplicar nas relações com Pyongyang uma política mais ponderada, compromissória e construtiva do que a política dos seus antecessores. Mas é evidente que não vale a pena esperar que a Coreia do Sul renuncie à aliança com os EUA.

Seul Também Quer a Sua Bomba

O problema nuclear da Península da Coreia é consequência direta da confrontação militar de mais de 60 anos entre os dois



Estados coreanos. Este problema não se restringe ao programa balístico-nuclear de Pyongyang. O Ocidente evita de falar que o precursor da corrida nuclear na península da Coreia não foi absolutamente Pyongyang, mas precisamente Seul. O programa nuclear militar da Coreia do Sul foi iniciado em 1970 no ambiente de profundo sigilo e era mantido em segredo mesmo dos EUA, pois Washington tinha publicado em 1969 a “doutrina de Nixon” em conformidade com a qual os aliados asiáticos dos EUA deviam arcar, eles próprios, com o fardo da sua defesa¹². Em 1971 o governo da Coreia do Sul criou o Comitê de Pesquisa de Armamentos. Em 1973 este comitê elaborou um plano de longo prazo de criação de armas nucleares. Estimava-se que a sua realização durante uns seis-dez anos custaria 1,5 – 2 bilhões de dólares¹³.

Os EUA souberam com grande atraso destas iniciativas do seu aliado e em 1976 forçaram Seul, recorrendo a medidas rígidas, a renunciar ao sonho de criação dos seus próprios meios de contenção nuclear. Falando a propósito, muitos nacionalistas sul-coreanos da direita acreditam que o presidente-general Park Chung-hee, “pai do milagre econômico sul-coreano”, foi morto em 1979 por ordem dos americanos que temiam, supostamente, a transformação da Coreia do Sul em potência nuclear forte.

A República da Coreia aderiu ao Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares em um de julho de 1968, no dia em que este documento foi aberto para a assinatura, mas ratificou-o apenas em 23 de abril de 1975, tendo imposto como condição do cumprimento dos seus compromissos no quadro deste acordo o “guarda-chuva nuclear” que os EUA deviam “abrir” sobre este país. A intenção do presidente dos EUA J. Carter, eleito em 1976, de retirar totalmente as tropas americanas da Coreia do Sul, que, aliás, jamais foi realizada, estimulou Seul a tomar decisão sobre o reinício do programa nuclear militar.

Apesar de ter assinado o Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares (TNPAN), a Coreia do Sul deu início secretamente ao desenvolvimento autônomo de tecnologias de transformação radioquímica do combustível nuclear usado e de enriquecimento



do urânio. A informação sobre esta atividade da Coreia do Sul, que violava os seus compromissos assumidos no quadro do Acordo de Garantias Universais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), chegou a ser um fato de conhecimento geral somente em 2004, quando os representantes da Coreia do Sul entregaram a esta agência “todos os dados” sobre o programa nuclear executado nos anos anteriores. Os resultados do inquérito pela AIEA desta atividade nuclear, não anunciada, da Coreia do Sul foram publicados no informe do diretor geral desta Agência de 11 de novembro de 2004. No entanto, a AIEA resolveu não entregar o “dossiê sul-coreano” ao Conselho de Segurança da ONU¹⁴.

A partir de janeiro de 1958 no território da Coreia do Sul eram armazenadas sob o controle dos militares americanos armas nucleares dos EUA. Por exemplo, em 1967 nas bases americanas na Coreia do Sul encontravam-se simultaneamente cerca de 950 cargas nucleares de combate; durante 33 anos aí foram mantidos onze tipos de armas nucleares dos EUA. Cerca de cem últimas cargas nucleares de combate foram retiradas da Coreia do Sul em dezembro de 1991, na véspera da assinatura por dois Estados Coreanos da Declaração Conjunta que proclamava a península da Coreia uma zona desnuclearizada (20 de janeiro de 1992)¹⁵.

Já na década de 1990, imediatamente depois da retirada do “guarda-chuva nuclear” americano e surgimento de boatos de que a República Popular Democrática da Coreia estaria desenvolvendo as suas próprias armas nucleares, Seul começou a falar novamente da sua própria bomba nuclear. Depois do advento de Trump a fé no “guarda-chuva” nuclear americano foi abalada ainda mais, especialmente depois das suas declarações de que os sul-coreanos deveriam arcar, eles próprios, com a manutenção das tropas americanas no seu território.

A ideia de criação de uma bomba nuclear própria jamais deparou aversão mais ou menos notável em Seul. As pesquisas da opinião pública comprovam já há quase vinte anos que a maioria dos sul-coreanos quer que o seu país seja potência nuclear. A pesquisa da opinião pública de janeiro de 2016, em que foi abordado este tema, revelou que 54% dos habitantes



da Coreia do Sul estavam a favor de que o seu país possuísse armas nucleares¹⁶.

Caso a respectiva decisão política for tomada, o atual potencial econômico, industrial e técnico-científico da Coreia do Sul permitirá criar armas nucleares durante um prazo curto – uns oito-doze meses. No entanto, a direção da Coreia do Sul compreende que a tentativa de criar armas nucleares vai acarretar inevitavelmente um conflito com os vizinhos e, o que é o mais importante, com os EUA. A República da Coreia teria que sair do Tratado sobre a não Proliferação de Armas Nucleares, o que acarretaria a aplicação de sanções internacionais e o rompimento da colaboração com Estados estrangeiros na esfera da indústria de energética nuclear. Seul perderia a possibilidade de importar o urânio enriquecido utilizado nas centrais atômicas deste país, o que criaria problemas na indústria de geração e de distribuição da energia elétrica, pois 25 blocos energéticos nucleares da Coreia do Sul respondem por 31,73% da produção nacional de energia elétrica¹⁷. Além disso, este seria um sinal perigoso para a República Popular Democrática da Coreia – uma prova de que a comunidade internacional poderia considerar armas nucleares como algo admissível. O armamento nuclear de Seul significaria o reconhecimento do status nuclear de Pyongyang e enterraria definitivamente as perspectivas de desnuclearização da península da Coreia.

Ao mesmo tempo muitas pessoas que integram o “establishment” sul-coreano não consideram que a ideia de uma Coreia do Sul nuclearizada seja um tabu absoluto. Em primeiro lugar, está minguando a confiança nas garantias de segurança por parte dos EUA, o que se deve, em parte, a mudanças no balanço de forças regional e global. A segunda causa são êxitos alcançados por especialistas norte-coreanos na esfera de armas nucleares e de mísseis. As pretensões nucleares de Seul podem acarretar graves problemas para a região. Certas forças no Japão e em Taiwan também falam da necessidade de criar armas nucleares alegando o incremento brusco do poderio militar da China.



Será Que D. Trump Consesuigrá “Coagir” Pyongyang?

Cada uma das administrações que governaram os EUA durante as duas últimas décadas procurou impedir a realização do programa balístico- nuclear de Pyongyang. Todavia os esforços de Washington sempre foram como que no encalço deste programa. Enquanto a administração de B. Clinton tinha por objetivo convencer Pyongyang a renunciar totalmente a armas nucleares, a administração de G. Bush Filho procurava impedir os testes destas armas e a administração de B. Obama tentou prevenir a criação por Pyongyang de portadores destas armas.

Todos estes esforços resultaram em fracasso. A razão disso consistia em que nenhum dos presidentes americanos mencionados acreditava seriamente que valia a pena fazer um acordo sério e duradouro com a RPDC e que era preciso cumprir estes acordos. Todos eles estavam convencidos de que o regime de Pyongyang estava à beira do fracasso e que a República Popular Democrática da Coreia estava prestes a desmoranar-se e ser anexada pela Coreia do Sul. Este desfecho iria predeterminar a solução de todos os problemas. Era certamente este o raciocínio que B. Clinton seguiu ao consentir com a assinatura do chamado “Acordo-Quadro” com Pyongyang que previa, em troca de congelamento do programa nuclear da RPDC, não somente a construção de dois reatores atômicos de água leve e fornecimento do mazute americano para centrais térmicas da Coreia do Norte, mas também a normalização das relações políticas entre Washington e Pyongyang. B. Clinton estava certo de que não seria preciso cumprir estes entendimentos, pois mesmo se os reatores fossem construídos, afinal de contas ficariam de qualquer maneira na Coreia do Sul unida. Foi previsto, por isso, que os reatores seriam do tipo sul-coreano.

Em 2003 G. Bush Filho concordou em promover conversações hexalaterais sobre o problema nuclear da Península da Coreia. A declaração conjunta do “sexteto” de 19 de setembro de 2005 encerrava uma base construtiva para o avanço não somente rumo à garantia do status desnuclearizado da península da Coreia,



mas também proporcionava o saneamento geral da situação na região. De que se falava neste documento? Da declaração da RPDC de que ela renunciava a armas nucleares e a todos os programas nucleares existentes. Da declaração dos EUA de que eles não dispunham de armas nucleares na península da Coreia, nem pretendiam atacar a República Popular Democrática da Coreia ou invadir o seu território com ajuda de armas nucleares ou convencionais. Da disposição comum dos EUA e da República Popular Democrática da Coreia de respeitar oficialmente a soberania um do outro, de coexistir pacificamente e de tomar medidas a fim de normalizar as relações na esfera bilateral. Abordavam-se também muitos outros assuntos¹⁸, que abriam caminho para a consecução de soluções capazes de transformar o Nordeste da Ásia numa região da paz, segurança e colaboração.

Mas logo que se chegou a passos concretos de execução destes acordos, e eles deviam ser levados a cabo na base do princípio de consenso, isto é, "compromisso em resposta ao compromisso, ação em resposta à ação", os EUA e os seus aliados, a Coreia do Sul e o Japão, engataram imediatamente "a marcha a ré". Depois de se certificar disso, Pyongyang realizou em 9 de outubro de 2006 o primeiro teste nuclear. Quanto a B. Obama, a sua política em relação a Pyongyang era unívoca: nada de conversações, somente sanções, pressão e isolamento.

Quanto à administração de D. Trump, esta não tem alternativa séria àquilo que faziam os seus antecessores. As ameaças de uso das forças armadas resultam simplesmente inúteis contra Pyongyang. Pelo contrário, servem-lhe para justificar o ulterior desenvolvimento do programa balístico – nuclear. Constata-se, por exemplo, que embora durante os três primeiros meses da presidência de D. Trump os norte-coreanos não fizessem nenhum teste nuclear, os mísseis durante este lapso de tempo foram lançados nove vezes. Durante a gestão de B. Obama o número de lançamentos foi menor.

A administração de D. Trump continuará a intensificar o regime de sanções inventando novos e novos modos de restringir a República Popular Democrática da Coreia em mais algum



setor. Na lista de eventuais sanções consta o embargo para o fornecimento do petróleo à Coreia do Norte, a interdição global para os voos da companhia aérea estatal da Coreia do Norte “Air Koryo”, a restrição da exportação de frutos do mar da RPDC, assim como a pressão sobre Pyongyang mediante a evidenciação e congelamento dos ativos do líder da Coreia do Norte Kim Il-um e da sua família nos bancos estrangeiros. A mídia informa que os americanos gostariam também de impor medidas de restrição para o trabalho de cidadãos da República Popular Democrática da Coreia no estrangeiro e tornar mais rigorosas as restrições para a exportação do carvão norte-coreano¹⁹.

Rússia e China: Posições Comuns em Relação à República Popular Democrática da Coreia

As posições da Rússia e da China em referência à questão da Coreia do Norte são praticamente idênticas. Neste caso funciona algo semelhante a uma fórmula tripla e única. Em primeiro lugar, Moscou e Beijing condenam categoricamente o programa balístico-nuclear de Pyongyang. Uma das razões disso é que este programa representa ameaça direta para os nossos dois países – os testes norte-coreanos de cargas nucleares e de misseis são realizados nas proximidades das nossas fronteiras, a uns 150-200 quilômetros delas. Além disso, todos estes lançamentos e explosões são utilizados pelos americanos na qualidade de pretexto para o incremento da sua presença militar no Nordeste da Ásia. Em segundo lugar, a Rússia e a China estão de acordo de que a solução militar do problema norte-coreano não existe e que é preciso trabalhar na esfera de propostas político-diplomáticas. Em terceiro lugar, Moscou e Beijing apoiam as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que impõem certas sanções à RPDC. E estas sanções, especialmente no que se refere à China, tornam-se bastante sensíveis. Seis dias depois do lançamento de misseis, efetuados pela Coreia do Norte em fevereiro, a China impôs, de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, a interdição para a aquisição até o fim do ano em curso



do carvão na República Popular Democrática da Coreia, o que diminuiu em 40% a receita de Pyongyang com a exportação²⁰. Ao mesmo tempo, os nossos dois países partem de que a execução das resoluções do Conselho de Segurança da ONU em referência ao problema nuclear da península da Coreia requer contenção e bom senso. Partem de que não deve ter lugar a interpretação infundadamente ampla das sanções acordadas e que as resoluções do Conselho de Segurança da ONU não podem ser consideradas como base para o agravamento da situação econômica e humanitária do povo da Coreia do Norte. Ainda menos é admissível o incremento da tensão e a intensificação da corrida armamentista, o que ameaça com o surgimento de novas linhas divisórias na região.

A administração de D. Trump procura, por seu turno, exercer influência ativa sobre a Rússia e a China, tentando criar uma coligação de pressão, apresentada como opinião da comunidade internacional, e analisa, ao mesmo tempo, diversos esquemas de “troca de regime” em Pyongyang. Porém todas estas medidas podem surtir apenas um efeito limitado. Por um lado, a Rússia, a China e os Estados, que não pertencem ao círculo ocidental em geral, simplesmente não permitirão a Washington provocar com ajuda de sanções a catástrofe humanitária na República Popular Democrática da Coreia. Por outro, Pyongyang já possui experiência de contornamento de sanções.

No que diz respeito à pressão sobre a Rússia e a China, quanto mais brusca ela for, tanto maior é a probabilidade de que Moscou e Beijing adotem uma atitude mais benevolente em relação a Pyongyang. Em vista da confrontação regional e global com os EUA, a preservação da Coreia do Norte “à tona” representa valor estratégico tanto para a Rússia, como para a China. Caso Washington empreender uma guerra comercial séria contra a China, isso poderá afetar uma parte de homens de negócios americanos que tinham investido na economia chinesa. Além disso, a China é um dos maiores parceiros comerciais dos EUA depois do Canadá e do México. Este agrupamento poderá atuar contra D. Trump na “frente de batalha” interna.



Os Problemas Podem ser Resolvidos Somente por Meio de Conversações

A República Popular Democrática da Coreia não é absolutamente o único Estado a desenvolver um programa balístico-nuclear ladeando o Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNPAN). Programas idênticos existem também na Índia e no Paquistão, que tinham realizado abertamente testes nucleares, assim como em Israel. Aliás, este último não confirma, nem desmente a posse de armas nucleares. Ao mesmo tempo, nenhum dos estados mencionados teve que enfrentar tamanha torrente de sanções, como a RPDC. Os peritos internacionais dão a seguinte explicação deste fenômeno: a Índia, o Paquistão e Israel jamais foram participantes do referido tratado, enquanto que a Coreia do Norte tinha assinado o TNPAN, mas depois saiu deste tratado tendo violado desta maneira o princípio básico do direito internacional "Pacta sunt servanda" ("os tratados devem ser respeitados"). Mas será que outros Estados não violam este princípio? Um exemplo disso são os EUA – este país tinha saído do Tratado sobre a Defesa Antimíssil, cuja importância para a garantia da segurança internacional era tão grande como a do TNPAN. Parafraseando a conhecida fórmula de G. Orwell pode-se dizer que neste caso os EUA e o Ocidente em geral partem de que "alguns Estados são mais iguais do que outros".

Não pretendemos absolutamente justificar o programa balístico-nuclear da República Popular Democrática da Coreia, mas não se pode deixar de constatar que o seu surgimento é em grande parte explicável. Dado que os EUA arrogam-se o direito de aplicar unilateralmente a força militar contra os Estados que não lhes convêm e a ONU, na sua forma atual, resulta incapaz de impedir isso, os países pequenos, e não somente pequenos, procuram garantir a sua segurança por todos os meios, incluindo os mais extremos.

Pyongyang conscientiza indubitavelmente que caso a RPDC encetar uma guerra, ainda mais, uma guerra com uso de armas de extermínio em massa, isso será equivalente a uma tentativa de



suicídio. É característico que quando Pyongyang ameaça os seus adversários potenciais com golpes fulminantes, em todos os casos se trata apenas de golpes que seriam resposta à agressão externa contra a República Popular Democrática da Coreia. Falando a propósito, este fato é assinalado também por personalidades mais judiciosas dos EUA. Eis, por exemplo, o que escreve a este respeito W. Perry, ministro da defesa dos EUA durante o mandato presidencial de B. Clinton, que tinha visitado em 1999 por encargo do presidente Pyongyang para concatenar o acordo-quadro, acima mencionado, entre os EUA e a República Popular Democrática da Coreia. "Durante vários anos tive a meu encargo os assuntos da Coreia do Norte e travei conversações sérias com muitos dirigentes políticos e militares deste país. Os dirigentes da Coreia do Norte não são suicidas. Querem permanecer no poder e conscientizam que caso empreenderem um ataque nuclear, o seu país e eles próprios serão eliminados. O arsenal militar permite-lhes manter-se no poder, mas a premissa obrigatória disso é *não utilizar este arsenal*"²¹.

Para Pyongyang o programa balístico-nuclear é escudo que garante a sua segurança e ela não vai renunciar sem luta a este escudo. A direção da Coreia do Norte sabe como o Ocidente agradeceu ao líder líbio M. Kaddafi a renúncia voluntária ao programa nuclear e não quer enfrentar o mesmo destino. Por isso, os EUA e toda a comunidade mundial têm uma única saída – fazer um acordo com Pyongyang, um acordo concreto, honesto e transparente sobre a garantia da segurança, em primeiro lugar, da segurança da República Popular Democrática da Coreia e da República da Coreia, assim como, da Rússia, China, Japão e de todos os países desta região. Estas garantias devem ser sólidas e bastante convincentes para que ninguém tivesse suspeita a este respeito.

As vias de busca de um compromisso a respeito da questão nuclear não estão absolutamente barradas. Apesar das suas reiteradas declarações de que não irão renunciar em hipótese alguma a armas nucleares e da incorporação da disposição sobre o status nuclear da RPDC na Constituição do país, os



dirigentes de Pyongyang podem admitir perfeitamente que o seu programa nuclear seja congelado no seu nível atual. De acordo com as estimativas de peritos, o arsenal nuclear da Coreia do Norte é constituído atualmente por 10 – 15 cargas nucleares. Os especialistas militares da Coreia do Norte conscientizam que o aumento brusco do número de cargas, digamos até 100 – 150, não tornará o potencial de contenção 10 – 15 vezes mais potente. Por isso, uma vez que as forças de contenção básicas já existem hoje, a Coreia do Norte pode estar pronta em princípio a discutir a renúncia ao seu ulterior incremento. É disso que fala também o já mencionado W. Perry. “Acredito, escreve ele, que a Coreia do Norte pode perfeitamente renunciar a testes de armas nucleares e de mísseis de grande raio de ação, assim como à venda ou entrega da sua tecnologia nuclear, em troca de concessões económicas por parte da Coreia do Sul e garantias de segurança por parte dos EUA”²².

Pode-se utilizar na qualidade do ponto de partida das conversações políticas a proposta, feita em 8 de março deste ano pelo ministro do exterior da República Popular da China Wan I, de que a RPDC suspenda os lançamentos de mísseis e o desenvolvimento do programa nuclear em troca da suspensão de manobras militares dos EUA e da Coreia do Sul. Esta proposta é perfeitamente viável e pode ser admitida por Pyongyang: anteriormente, em janeiro de 2015 e em janeiro de 2016, ideias idênticas já foram formuladas pela direção da Coreia do Sul²³.

A “suspensão em troca da suspensão” – foi assim que Wan I chamou a sua proposta – não resolveria, certamente, o problema nuclear, mas poderia ajudar que futuramente as partes entabulem conversações. É que nas condições do dia de hoje o próprio processo de conversações com a RPDC é tão importante, como os seus resultados.

Normalização Intercoreana e o Tratado de Paz

A solução do problema nuclear da Península da Coreia está ligada de forma mais estreita à normalização intercoreana,



isto é, diminuição da tensão política na península da Coreia e desenvolvimento de relações entre a RPDC, por um lado, e Coreia do Sul e outros países da região, por outro. É preciso resolver simultaneamente os dois problemas.

De conformidade com os princípios do direito, ou “de jure”, os dois Estados coreanos estão até hoje em estado de guerra, pois o Acordo de Armistício de 27 de julho de 1953, que tinha parado a Guerra Coreana de 1950 – 1953, não passa de um entendimento entre os comandantes em chefe das forças armadas das partes, que se defrontavam nesta guerra, sobre a cessação temporária de operações militares. Mas para garantir a paz na península da Coreia é preciso o tratado de paz entre os dois Estados coreanos.

O retorno da “questão coreana” após um intervalo de muitos anos para a ordem do dia da ONU poderia contribuir em grande parte para isso. O momento atual é favorável para este processo. Ban Ki-moon, que não podia ser imparcial, devido à sua origem sul-coreana, na sua atitude para com a República Popular Democrática da Coreia e que foi ostensivamente ignorante por Pyongyang, concluiu o seu mandato na qualidade de Secretário Geral da ONU. O seu sucessor António Guterres não esteve anteriormente implicado de maneira alguma nos problemas coreanos e pode adotar, por isso, uma atitude bastante objetiva para com a regularização intercoreana.

Seria útil, provavelmente, começar pela promoção sob os auspícios da ONU de uma conferência de paz na península da Coreia. Desta conferência poderiam participar o secretário geral da ONU, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, a República Popular Democrática da Coreia e a República da Coreia. Talvez valha a pena convidar, com o consentimento dos dois Estados coreanos, também outros países, por exemplo, a Mongólia e alguns países – membros da Associação de Estados do Sudeste da Ásia, por exemplo, o Vietnã e a Indonésia. O convite destes últimos é condicionado pelo fato de que a RPDC é membro do Foro Regional de Segurança desta Aliança. Esta conferência poderia analisar todo o conjunto de questões de conclusão da paz entre a República Popular



Democrática da Coreia e a República da Coreia, de redução mútua dos armamentos e das forças armadas destes Estados e de desenvolvimento da colaboração econômica entre eles, assim como a questão de normalização das relações entre os EUA e o Japão, por um lado, e a República Popular Democrática da Coreia, por outro, e da desnuclearização da península da Coreia. É evidente que esta ideia não será aceita imediatamente. Mas a proposta de promover as conversações hexalaterais sobre o problema nuclear da RPDC também não foi realizada imediatamente.

Um tratado de paz entre os dois Estados coreanos não pode ser tão somente um pacto de não agressão, mas, sim, a base jurídica de parceria entre a República Popular Democrática da Coreia e a república da Coreia. Este tratado iria transformar a Coreia do Norte do país-“renegado” em membro plenipotenciário da comunidade internacional. E os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU poderiam assumir o papel de garantes da paz e da colaboração entre a República Popular Democrática da Coreia e a República da Coreia.

Os problemas de segurança internacional não podem ser resolvidos por si próprios. As ameaças de infligir “golpes pontuais” ou a realização de manobras militares apavorantes também não podem resolver estes problemas. Esta situação é capaz de degenerar a qualquer instante em uma grande guerra – quem é que pode garantir que um computador de uma das partes que se confrontam na península da Coreia não acuse um dia defeito?

-
1. www.golos-ameriki.ru/a/tillerson-north-korea/3770248.html
 2. www.rossaprimavera.ru/news/tolko-fox-news
 3. <https://ria.ru/world/20170318/1490337275.html>
 4. world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/news/news_view.htm?No=38330...r
 5. www.newsru.com/world/14apr2017/carlvinsontamlay.html
 6. <https://russian.rt.com/world/article/378921-voina-kndr-ssha-veroyatnos>



7. www.m-diplomat.ru/.../2586-poteri-budut-kolossalnye-velika-li-veroyatnost-vojnny-na-kore.
8. www.e-news.pro/.../170022-minoborony-yuzhnoy-korei-schitaet-cto-zanovuyu-sistemu-...
9. Problemas da estratégia nacional. 2016. № 6 (39). P. 13.
10. Declaração conjunta da Federação Russa e da República Popular da China. 25 de junho de 2016 r. // URL: <http://www.kremlin.ru/supplement/5100> (data da mensagem: 10.07.2016).
11. Seul deve parar de brincar com o fogo THAAD // Xinhua Notícias. RUSSIAN.NEWS.CN. 2016. 31 de julho // URL: http://russian.news.cn/2016-07/31/c_135552699.htm (data da mensagem: 14.07.2016).
12. www.globalsecurity.org/wmd/world/rok/
13. www.pircenter.org/sections/53-voennaya-yadernaya-programma-respubliki-koreya
14. <https://www.armscontrol.org/print/1714>
15. www.pircenter.org/sections/53-voennaya-yadernaya-programma-respubliki-koreya
16. www.carnegie.ru/commentary/?fa=63761
17. <https://regnum.ru/news/economy/2207560.html>
18. Joint Statement of the Fourth Round of the Six-Party Talks. Beijing. 2005. September 19 // U.S. Department of State. 2005. 19 September // URL: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2005/53490.htm> (data da mensagem: 14.07.2016).
19. www.baikal24.ru/text/25-04-2017/tramp/
20. <https://www.nytimes.com/.../north-korea-china-coal-imports->
21. www.wjperryproject.org/.../there-is-a-deal-to-be-made-with-
22. Ibid.
23. Release da Embaixada da República Popular Democrática da Coreia na Federação Russa. 15 de março 2016 r. // www.arirang.ru/archive/edinstvo/2016/Edinstvo.2016.03.pdf

Palavras-chaves: República Popular Democrática da Coreia (RPDC), Coreia do Sul, EUA, Rússia, China, crise coreana.



O “ALÉM-FRONTEIRAS” LATINO-AMERICANO PRÓXIMO DOS EUA NA ÉPOCA DE ADMINISTRAÇÃO DE D. TRUMP

A América Latino-Caribenha (ALC) representa uma civilização única quanto aos caracteres linguísticos e confessionais, quanto à identidade nacional da maioria dos países da região, comunidade de destinos históricos, mentalidade e especificidade da percepção do mundo¹. Durante muitos anos a latinoamericanística internacional referia habitualmente a América Latino-Caribenha como uma das regiões periféricas. Mas hoje ela já é referida como “camada média” da hierarquia mundial².

A partir dos princípios da década de 1980 a América Latino-Caribenha começou a incorporar-se nos processos de globalização, incluindo a órbita da economia de internet e da sociedade de informação. Na maioria dos Estados da região formou-se uma estrutura institucional moderna com mecanismo eficiente de gestão estatal e de economia de mercado.

**EVGUENI
ASTAKHOV**



Professor titular do departamento de diplomacia do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário,
Mestre em história
dipc@mgimo.ru



A ALC é uma das regiões do mundo em que se verificam os mais altos índices de crescimento. É um amplo mercado integrador, com mais de meio-bilhão de habitantes que ocupa 15% da terra firme e produz mais de 8% do PIB mundial. A ALC possui praticamente tudo o necessário para o desenvolvimento autônomo: 20% dos recursos naturais do mundo, incluindo o petróleo, gás e outras mercadorias estratégicas, reservas enormes de água doce, vastas áreas e condições favoráveis para a produção de víveres, cujo volume seria suficiente para abastecer toda a população da Terra.

Nos últimos anos as elites político-econômicas dos países da ALC começaram a livrar-se da mentalidade periférica e reagir a mudanças na correlação de forças no palco mundial, à consolidação de outros centros da força, em primeiro lugar, a China, Índia, espaço euroasiático e as economias emergentes da Ásia.

Os latino-americanos partem de que os EUA estão perdendo gradualmente o seu antigo domínio na região. Percebem que o tom de Washington muda evidentemente, passando dos métodos “de força de mando” para a retórica de “parceria estratégica”. Os EUA não conseguiram impor ao continente o seu modelo de integração econômica. Os latino-americanos seguiram a sua própria via: os EUA não integram o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUR), nem a União de Nações Sul-Americanas (UNASUR) que congregam a maioria dos países latino-americanos. Os EUA conseguiram incorporar em “North American Free Trade Agreement», NAFTA, grupo integrador que eles encabeçam, um único país latino-americano – o México. No contexto latino-americano geral os EUA conservam o seu lugar apenas na Organização de Estados Americanos (OEA), que é a organização mais antiga do Hemisfério Ocidental.

O declínio do domínio político dos EUA não equivale à debilitação radical das suas posições econômicas. Washington não pode mais impor abertamente os seus interesses político-



econômicos, mas o seu predomínio financeiro, investimental, tecnológico e comercial na região continua evidente.

Nos próximos anos o ritmo de desenvolvimento da ALC será relativamente alto e, o que é especialmente importante, será dada prioridade à produção real na base de grandes projetos com a participação do Estado. Os interesses econômicos colocam os países da ALC fora dos limites da região. Na atual etapa as suas prioridades pertencem à esfera econômica, são impostas por interesses pragmáticos. Os latino-americanos estão interessados, em primeiro lugar, em que lhes sejam garantidas condições iguais no comércio internacional e o acesso aos recursos de instituições financeiras do mundo. O crescente potencial econômico permite aos latino-americanos consolidar a sua autonomia política e econômica em relação aos EUA e aos maiores países da União Europeia.

A autonomia da América Latina é determinada por muitos fatores. Segundo foi constatado acima, a América Latina é uma civilização à parte, cujas raízes se adentram na Europa e na África. Esta civilização está integrada estreitamente no resto do mundo, mas não é uma parte do projeto anglo-saxônico global. A diferença básica entre a América Latina e os países europeus consiste em que ela não está coibida pela disciplina de blocos. A América Latina depende dos EUA menos do que, inclusive, os líderes da “velha Europa”, incluindo a Alemanha e a França.

Durante os últimos cento e cinquenta anos a ALC conseguiu evitar a catástrofe de duas guerras mundiais e encontrar fórmulas para a regularização de conflitos militares entre os Estados desta região. De acordo com o Tratado de Tlatelolco (1967), a ALC tornou-se zona livre de armas nucleares e em 1968, por iniciativa dos latino-americanos, foi aprovada a Declaração da ONU que proclamava a parte sul do oceano Atlântico zona desmilitarizada, o que não impediu a Grã-Bretanha de realizar uma operação militar nas ilhas Malvinas.

A política de industrialização com vista a substituir a importação e a política de integração regional permitiram a esta



região alcançar elevado ritmo de desenvolvimento econômico e formar em conjunto posições nas conversações internacionais. No entanto, nos últimos anos a debilitação do dinamismo econômico mundial diminuiu a demanda de mercadorias latino-americanas comercializadas em “divisas fortes”, o acesso a créditos baratos e as possibilidades de investimentos estrangeiros diretos. Surgiram problemas de déficits orçamentários e na esfera de execução de compromissos sociais, o que resultou em mudanças políticas em alguns países, em particular, na Argentina, Brasil e Venezuela.

Neste caso é desejável levar em consideração o seguinte. Atualmente os antigos conceitos de modelos político-econômicos da esquerda e da direita nem sempre correspondem a realidades do dia de hoje. Isto é característico, em primeiro lugar, para América Latina que tinha renunciado há muito tanto à moda de importação de receitas “monetaristas”, do tipo de “Consenso de Washington”, como ao antiamericanismo esquerdista radical. As tendências esquerdistas continuam a existir, mas em vários casos elas se reduzem, antes, a atitudes nacionalistas na política socioeconômica e na política externa.

Hoje o mais importante para os latino-americanos é a busca do acesso a fontes de financiamento, a investimentos diretos e a mercados de colocação dos seus produtos. Neste contexto a famigerada “virada para a direita” do continente não tem absolutamente um “caráter contrarrevolucionário”. Isto diz respeito também a fronteiras latino-americanas – o Brasil e a Argentina.

Uma análise prévia da situação na Argentina tem no plano esquemático o seguinte aspecto. A vitória do candidato “da direita” M.Macri nas eleições presidenciais de 2015 na Argentina não resultou, por enquanto, em mudanças bruscas na política interna e internacional. Foram dados alguns passos com vista a liberalizar a economia, em particular, foi anulado o controle sobre operações com moedas fortes, foram suprimidas várias restrições para a exportação de produtos agrícolas e alcançado compromisso com os prestamistas estrangeiros. Todas estas



medidas permitiram afastar a ameaça de bancarrota e sanear um tanto a economia.

Na esfera internacional foram dados vários passos com vista a conseguir o retorno da Argentina para o “mundo ocidental”. Os presidentes dos EUA e da França visitaram a Argentina, veio de visita também o premiê da Itália. O reinício de contatos com o Fundo Monetário Internacional teve importância prática para a economia do país. O evento-chave nas relações argentino-americanas no mandato de D. Trump foi a visita de M. Macri aos EUA em abril de 2017. Na declaração conjunta foi confirmada a disposição de colaborar na esfera econômica; foram discutidas, em particular, as questões de captação de investimentos americanos para a exploração de hidrocarbonetos não convencionais na Argentina. Ao mesmo tempo é notável que as primeiras visitas de M. Macri no quadro da política externa foram feitas ao Brasil e ao Chile. Além disso, ele teve encontro com o chefe de governo do Uruguai, confirmando desta maneira a fidelidade da Argentina aos seus compromissos relativos a projetos de integração. Buenos Aires considera muito importante o fato de que o “Encontro dos Vinte”, de 2018, será realizado precisamente na Argentina.

Continua em vigor também a política de colaboração com a Rússia. Já se deu um encontro resultativo com V.V. Putin, a nova ministra das relações exteriores S. Malcorra visitou a Rússia. É especialmente importante que no decurso destes contatos a Argentina manifestou a disposição de consolidar a colaboração com a Rússia na esfera de indústria de geração e de distribuição da energia tendo-se em conta que cerca de 20% da matriz energética da Argentina foi criada na base do equipamento russo³.

Por enquanto, é cedo de falar também dos parâmetros claros da “viragem para a direita” no Brasil. Os programas sociais dos presidentes “esquerdistas” L.I. Lula da Silva e D. Rousseff, o crescimento descontrolado do aparelho de Estado e escândalos de corrupção resultaram em vastas tendências de protesto e no impeachment de D. Rousseff. Todavia é pouco provável que a



situação política no Brasil obtenha um caráter definido antes das eleições presidenciais de 2018⁴.

Não se divisam por enquanto importantes mudanças também na política externa. O Brasil aspira ao papel de um dos principais jogadores na política mundial. Por isso, é pouco provável que a incorporação completa num certo “clube” corresponda aos seus interesses. Isto diz respeito também à sua participação do grupo BRICS. É bem possível certa diminuição da sua atividade neste grupo, mas o Brasil procurará não perder as suas posições em todas as áreas internacionais, incluindo o BRICS. Isto foi confirmado no decurso da visita do Presidente M. Temer a Moscou em junho de 2017. Na Declaração Conjunta sobre o Diálogo Estratégico de Política Externa, em que foi traçado balanço desta visita, constata-se a coincidência das posições dos dois países no tocante aos aspectos principais da política mundial e, o que é especialmente importante, nas avaliações do valor do BRICS.

De um modo geral, no quadro da ALC predomina uma atitude positiva para com o BRICS. A própria filosofia do BRICS inspira respeito aos latino-americanos: a aspiração de preservar a identidade cultural e civilizacional dos países e a via independente de desenvolvimento, assim como a aspiração de reformar a estrutura de gestão da economia mundial. É especialmente atraente a tese de que o BRICS não impõe uma civilização especial, nem a disciplina de blocos. Isto é importante para os latino-americanos com a sua disposição histórica para uma linha política autônoma mesmo no quadro de grupos regionais integradores.

Quanto aos prognósticos sobre as relações entre os EUA e a América Latina durante o mandato da nova administração americana, estes, por enquanto, se afiguram prematuros. Inicialmente, depois da eleição de D. Trump, no continente predominavam estimativas de que em vista da situação política interna nos EUA o novo presidente não poderia dedicar numa perspectiva de curto prazo atenção à situação na América Latina



e, de um modo geral, à política externa. Conjeturava-se, ao mesmo tempo, que numa perspectiva de médio prazo D. Trump teria que dedicar o máximo de atenção ao seu “além-fronteiras” mais próximo, em que se tornam cada vez mais sólidas as posições da China e da União Europeia.

No entanto, a prática demonstrou que alguns rumos da provável política latino-americana de D. Trump divisam-se já agora. Cresce a preocupação por causa da sua intenção de reforçar o protecionismo, fazer voltar para os EUA a produção das filiais americanas, renunciar à prática de mega parceria, submeter à revisão os acordos de livre comércio e passar a aplicar uma rígida política de migração.

Temores reais a este respeito são característicos, em primeiro lugar, para o México, cuja economia está ligada estreitamente aos EUA e ao Canadá no quadro do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). No caso de revisão das cláusulas deste tratado de livre comércio e realização dos planos anti-imigração de D. Trump o México enfrentará o perigo de diminuição de rendimentos com a exportação e do volume de transferências familiares dos migrantes. Terá que enfrentar também o aumento do desemprego e o crescimento da tensão social. Problemas semelhantes terão que enfrentar também vários países da América Central e do Caribe, ligados aos EUA por acordos sobre o comércio preferencial e por fluxos migratórios⁵.

Os EUA terão que dedicar uma atenção especial também à problemática cubana. Para os EUA Cuba tem uma importância estratégica por força da sua proximidade geográfica, fator complicado de diáspora cubana, importância político-militar e econômica do canal do Panamá e planos de construção de um novo “corredor de transporte”, semelhante a este canal, através da Nicarágua. Os aspectos ideológicos da confrontação de mais de meio século já cedem lugar a interesses pragmáticos de caráter geopolítico, mas isso não diminui a gravidade do problema cubano para os EUA.



A posição dos EUA em relação a Cuba vai depender de uma série de fatores, incluindo os que estão ligados à situação nos próprios EUA. Alguns passos de B. Obama no tocante à normalização das relações provocaram em Havana uma reação ambígua. Por um lado, estes passos foram qualificados como derrota da política americana de bloqueio político e econômico, surgiram esperanças de que a situação econômica na ilha melhorasse. Por outro, a abertura da embaixada dos EUA e as perspectivas de ativação de contatos, incluindo os contatos com a diáspora cubana, geraram em Havana receios de que fosse repetida a “perestroika à guisa de Gorbachev” com os respectivos resultados negativos.

Em vista disso, por mais paradoxal que pareça, a intervenção “anti Castro” de Trump perante a diáspora cubana em junho de 2017, foi recebida tranquilamente. Além disso, Havana considera que a retórica hostil de Trump estava endereçada antes ao Congresso Americano do que a Cuba.

A direção cubana está preocupada nem tanto com a posição de D. Trump, que permanecerá, segundo se espera, hostil, mas com a provável troca do regime em Caracas. Isso acarretará a diminuição ou, inclusive, cessação total de fornecimento de petróleo da Venezuela para Cuba, o que será para esta ilha um golpe mais grave do que, inclusive, a intensificação da confrontação política com os EUA. Este desenrolar dos acontecimentos resulta especialmente provável porquanto a nova administração americana continua a política de descrédito informativo do governo de M. Maduro e de apoio direto à oposição.

É possível que no tocante a outros regimes de orientação esquerdista a tática de pressão direta seja substituída por uma política mais comedida a fim de evitar o surgimento de novos problemas. A política em relação aos países “leais”, em particular, a Colômbia, talvez venha a ser menos ideologizada. Neste caso será levado em consideração o desenvolvimento do processo de regularização pacífica do conflito armado interno.



A revisão durante a gestão de D. Trump dos planos, anteriormente anunciados, dos mega parceiros provoca preocupação de vários países latino-americanos, em particular, do Peru e do Chile, que receiam enfrentar certos prejuízos econômicos. Esta atitude é especialmente característica para o Chile que foi outrora um dos iniciadores (a par de Brunei, Nova Zelândia e Singapura) da instituição da Parceria do Pacífico⁶.

É pouco provável que a revisão da política de mega parceria afete substancialmente os interesses dos “países atlânticos” – o Brasil, Argentina e Uruguai. Eles continuam seguindo a linha de “integração latino-americana” no quadro do MERCOSUL (que não inclui os EUA). Quanto à colaboração com os EUA os três países atlânticos acima mencionados vão dar o maior realce à ampliação da colaboração bilateral com o seu vizinho setentrional.

Independentemente de diversas nuances da sua política latino-americana, Washington terá que resolver na ALC o problema de eliminação da concorrência por parte das potências extra-regionais. Tem-se em vista, em primeiro lugar, a China que tinha sobrepujado visivelmente nos últimos anos a União Europeia nas suas posições na região. Numa perspectiva de médio prazo o papel da China e de várias outras “economias emergentes” da Ásia na América Latina irá crescer ainda mais. Isto corresponde à aspiração da ALC de não se limitar ao “esquema vertical” de relações externas Norte – Sul, que predominava anteriormente, mas usar mais amplamente o “esquema horizontal” correspondente à linha Sul – Sul.

Cumprir-se à parte nas perspectivas de cooperação entre a ALC e a Rússia. Para compreender a atitude dos latino-americanos para com a Rússia é preciso ter em conta o seguinte. A Rússia não pode por enquanto contar com um lugar mais ou menos significativo nas relações econômicas externas da ALC. Todavia o campo de interação política continua a oferecer perspectivas bastante boas para a Rússia.



Antes da sua desagregação a URSS desempenhava o papel de contrabalanço nesta região, em que predominavam tradicionalmente os EUA. Este papel correspondia aos interesses da elite latino-americana que amiúde chantageava com êxito ambos os polos de força mundiais tendo em vista os seus próprios interesses. Depois de 1991 a Rússia mudou as suas metas geopolíticas e tentou inserir-se nas estruturas euro-atlânticas. Na década de 90 do século XX a Rússia tinha problemas mais importantes a cuidar do que as relações com a América Latina e o antigo interesse em relação a esta região foi perdido. Isto acarretou ruptura de vínculos estabelecidos anteriormente e, em vários casos, a perda irreparável de recursos investidos. Esta mudança do rumo brusca, bem dentro do “espírito russo”, exerceu influência negativa sobre as posições políticas e econômicas da Rússia na ALC. O mais importante, porém, é que foi causado um prejuízo sensível ao prestígio da Rússia e em alguns países deu-se, inclusive, uma baixa sensível da confiança em relação a ela – a Rússia deixou de ser considerada parceiro fiel.

Nos últimos anos a Rússia começa gradualmente a se tornar mais ativa na América Latina. Foi ajeitada a troca de visitas de mais alto nível, está se ativando a colaboração entre os ministérios do exterior e outras entidades. As relações econômicas obtiveram uma perspectiva nova depois da introdução pelo “Ocidente coletivo” do regime de sanções contra a Rússia. Em 2014-2015 estas sanções, que beiravam uma guerra econômica aberta, tornaram a ALC uma das prioridades da política externa da Rússia. Esta região não aderiu a sanções. Mais do que isso: procura preencher o espaço que o Ocidente “otamista” deixou na economia russa. Além disso, vários países latino-americanos adotaram uma posição próxima à da Rússia no tocante a muitos problemas internacionais.

Isto gera um ambiente favorável para a ampliação da colaboração entre a Rússia e a ALC. Cresce a exportação latino-americana para a Rússia. Verifica-se a ativação recíproca de



estruturas estatais e comerciais russas em diversas esferas da ALC incluindo a indústria energética nuclear e contatos no setor técnico-militar. Todavia, a Rússia depara por enquanto dificuldades na competição na esfera econômica não somente com os EUA e a União Europeia, mas também com a China que penetra ativamente nesta região. Existem diversas estimativas das perspectivas de magnitude da ALC nos assuntos mundiais. Alguns peritos acham pouco impressionante a parcela do PIB da ALC no PIB mundial – é de cerca de 8,5%. No entanto, a respectiva parcela da Rússia é inferior a 3% do PIB mundial, mas ninguém duvida de que ela é um dos centros de força e que isso não se deve apenas a armas nucleares. Além disso, não se pode medir a geopolítica somente com a bitola econômica. O potencial econômico de Cuba é insignificante, mas ela continua sendo importante fator da política mundial já há muitas décadas.

Vamos apontar, ao finalizar, duas teses que possuem também a “projeção russa”. Em certos círculos da classe “criativa” da América Latina continua a existir a sensação da “dependência em relação ao exterior e do atraso” da região⁷. Daí a proposta de inserir-se totalmente na “civilização global” sem pretensões a um lugar à parte na política e na economia mundial. Mas na sociedade latino-americana existe também um ponto de vista diferente. O crescente potencial econômico da região consolida as posições dos partidários da via autônoma de desenvolvimento e da política externa poli-vetorial.

-
1. *Davidov V.M.* Determinação do desenvolvimento da América Latino – Caribenha: conjugação da problemática global e regional. M.: Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, 201. Página 60.
 2. Prognostico de desenvolvimento da América Latino – Caribenha até o ano de 2030. M.: Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, 2010.



3. *Dabagnian E.C.* Mudanças políticas na Argentina: causas e consequências // Cadernos ibero-americanos. 4(14). M.: Instituto de Pesquisas Internacionais do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, 2016. Páginas 17 – 24.
4. *Okuneva L.C.* A “deriva esquerdista” da América Latina vira para a direita (alguns traços do “retrato” da “viragem para a direita”) // Cadernos ibero-americanos. 4(14). M.: Instituto de Pesquisas Internacionais do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, 2016. Páginas 33 – 39.
5. *Davidov V.M.* Consequências da rendição da guarda em Washington (Ressonância latino-americana no contexto geral). M.: Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, 2016. Página 7.
6. Ibid.
7. *Davidov V.M.* Determinação do desenvolvimento da América Latino – Caribenha: conjugação da problemática global e regional. M.: Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia, 2016. Página 64.

Palavras – chaves: América Latino – Caribenha, EUA, União Europeia, China, Rússia.



UNIÃO INTERPARLAMENTAR E RÚSSIA: HISTÓRIA ATRAVÉS DOS SÉCULOS

NO dia 14 de outubro de 2017 em São Petersburgo foi inaugurada solenemente a 137-a assembleia da mais antiga organização política internacional do mundo – a União Interparlamentar (UIP, União). Faço lembrar que a assembleia anterior da UIP, a 136-a, realizada em Daca (Bangladesh) foi realmente histórica para a delegação russa e a revista “Vida Internacional” fez cobertura detalhada da preparação desta reunião nas suas páginas¹. Pela primeira vez em vinte anos o projeto de resolução da UIP foi apresentado por iniciativa da Rússia. Note-se que o tema da resolução era muito importante e palpitante – “Papel do parlamento na observância do princípio de não intromissão nos assuntos internos dos Estados”. A Rússia conseguiu fazer com que este projeto fosse examinado e depois de obter o apoio da maioria esmagadora

**KONSTANTIN
KOSACHEV**



Presidente do Comitê do Soviete da Federação para relações internacionais, vice-presidente da União Interparlamentar, mestre em ciências jurídicas

KIKosachev@senat.gov.ru



das delegações nacionais, presentes na assembleia, garantiu a aprovação deste documento por consenso.

Certamente, a resolução é importante não somente devido ao fato da sua aprovação. A sua tese central foi a constatação da inadmissibilidade da substituição forçada dos legítimos governos dos Estados sob o pretexto de chamadas "intervenções humanitárias". Isto é, foi constatada a inadmissibilidade daquilo que o mundo inteiro tinha testemunhado em diversos períodos no Irão, Afeganistão, Líbia e em outras partes do mundo. Aparentemente a própria tese que provém dos princípios básicos do direito internacional, não necessita de argumentos e advogados complementares. Mas no processo de discussão do texto final e das emendas (houve, ao todo, 143 emendas) ficou evidente a confrontação aberta por parte dos "nossos parceiros ocidentais". Como se diz, "a carapuça serviu": o próprio fato de resistência por parte de certos países bem concretos vinha apenas a confirmar o caráter altamente atual da resolução. Note-se que não se tratava absolutamente, ao contrário do que ocorre frequentemente nestes casos, da diferença nos enfoques da interpretação de várias proposições da nossa resolução (o que é univocamente possível e, inclusive, correto), mas da simples negação do próprio fato da necessidade de se pronunciar contra a intromissão externa nos assuntos internos dos Estados.

Em Dacca conseguiu-se dar um importante passo também no tocante à esfera síria, ou seja, concretizar a nossa iniciativa no principal órgão dirigente da UIP, o Comitê Executivo: aí foi criado um Grupo de Trabalho encarregado de contribuir para a regularização política neste país martirizado. Convidamos os parlamentares dos países europeus, asiáticos, latino-americanos e africanos a visitar pessoalmente a Síria no quadro da missão da UIP a fim de avaliar com olhos próprios a situação aí "no próprio local" e formar uma opinião própria e, o que é especialmente



importante, não preconcebida, sobre os próximos passos na esfera de regularização da situação na Síria. Pretendemos realizar esta visita antes do início da sessão da UIP em São Petersburgo.

Uip e Duma de Estado (1906 – 1917)

Embora o nosso país já tivesse recebido uma vez em Moscou os parlamentares do mundo inteiro na Centésima Conferência da UIP, em 1998, na Rússia esta organização é conhecida relativamente pouco. Eu diria, inclusive, imerecidamente pouco. Ainda menos é conhecida a história rica de participação russa desta reunião mundial dos parlamentares. Todavia, esta história é muito interessante e rica em fatos e atos simbólicos.

Vou constatar, para começar, que a Rússia desempenhava um determinado papel na atividade da União mesmo antes de se tornar o seu membro. Por exemplo, na Sétima Conferência Interparlamentar, realizada em 1896, em Budapeste, foi decidido por iniciativa da delegação húngara convidar para participar dos trabalhos da conferência da UIP os membros de “quaisquer órgãos representativos dos Estados que não têm instituições autenticamente parlamentares”. A conferência desenvolveu esta decisão alterando o Estatuto da UIP: ao item 6 foi acrescentado mais um parágrafo que rezava que “se admitem nas reuniões, depois das declarações, feitas pelos respectivos governos, também os membros dos senados e dos conselhos convocados facultativamente ou de outras instituições análogas dos países que não têm Constituição”². De acordo com os depoimentos dos contemporâneos, esta proposta visava em primeiro lugar a Rússia, cuja colaboração se afigurava altamente valiosa para a organização internacional, criada em 1889, a fim de preservar e defender a paz.

Desde o momento de fundação da Duma de Estado do Império Russo, cuja primeira reunião se deu em 10 de maio (dia 27 de abril de acordo com o calendário Juliano) de 1906



no palácio Tavrishesky de São Petersburgo, a UIP empreendeu várias tentativas de estabelecer contatos estáveis com a Rússia através da mediação de parlamentares britânicos e franceses. Já em 3 de junho (ou 21 de maio) de 1906 ao presidente da Duma de Estado S.A. Muromtsev foi enviada uma mensagem manuscrita em russo (!) do secretário honorário do grupo interparlamentar britânico e pai fundador da UIP W. Kram er e do presidente do grupo britânico, lorde Werdale, "a respeito do congresso da União a se realizar em julho, com afeição e apoio por parte do governo da Sua Majestade Britânica". Os autores chamaram atenção na sua carta para o papel desempenhado pela Rússia na realização da Primeira Conferência de Haia de 1899, apontando na ocasião: "Por isso, iríamos saudar com uma cordialidade especial os representantes da Duma de Estado, que acaba de ser criada, e do grande povo russo"³. Praticamente neste mesmo lapso de tempo, no dia 10 de junho (ou 28 de maio) a Duma de Estado recebe a mensagem do senador d'Estournel de Constant, presidente do grupo interparlamentar francês, com proposta de criar um grupo parlamentar russo na União Interparlamentar.

A reação da Duma foi imediata: em 6 de junho adota-se a Declaração da Comissão dos 19 sobre as mensagens do presidente do grupo britânico e do presidente do grupo francês da União Interparlamentar do Tribunal Arbitral Internacional (assim consta no original)⁴, submetidas à sua deliberação. Na declaração constata-se, em particular, que "no presente momento, quando nasce a liberdade russa, a Rússia está inspirada mais do que nunca pelo desejo ardoroso de conseguir no palco internacional êxitos da cultura e da civilização mediante a competição pacífica e sob a bandeira de ideais gerais da humanidade". Ambas as mensagens foram apresentadas aos deputados na 36-a sessão da Duma de Estado em 30 de junho de 1906 e recebidas com aplausos. No relatório taquigrafado desta reunião consta a seguinte declaração do deputado



I.V. Jilkin (província de Saratov): "Creio que a Duma de Estado discute agora um fenômeno de importância excepcional, um fenômeno que nos conduz, assim como, o nosso jovem parlamento para a estrada europeia, para um mundo totalmente novo"⁵.

Nesta mesma reunião foi eleita a primeira delegação da Duma de Estado que devia representar este órgão na conferência da UIP em Londres. A notícia triste sobre a dispersão da Duma chegou precisamente no dia de inauguração da conferência (em 10 de julho) e a missão da delegação do grupo parlamentar russo findou antes de começar.

O grupo russo da União Interparlamentar, o principal elemento institucional necessário para o trabalho na UIP, foi criado já no quadro da III Duma de Estado em 3 de maio de 1909 e em 1910 já contava 115 membros da Duma e 16 membros do Conselho de Estado. A cotização anual era igual a sete rublos. O deputado I.N. Efremov, cuja biografia e atividade na UIP merecem uma menção à parte, foi eleito presidente do grupo*.

Em 1909 o grupo parlamentar russo visitou a Inglaterra e a França. Foi a primeira delegação oficial de parlamentares russos a visitar países estrangeiros. Não faltou uma esquisitice diplomática. No quadro da visita foi planejada recepção solene pelo rei inglês Eduardo VII. Quando se soube que a delegação oficial da Duma de Estado incluía um deputado – muçulmano, o tártaro S.N. Maksudov, o Serviço Protocolar

*Ivan Nikolaievich Efremov nasceu em 6 de janeiro de 1866, em Carcóvia. Era descendente de um clã antigo de nobreza cossaca e filho do maioral da fidalguia da Região de Cossacos de Don. No período de 1885 a 1891 cursou a faculdade de física e matemática da Universidade de Moscou. Em 1906 foi eleito membro da I Duma de Estado e fez parte da bancada de reformas democráticas. Foi eleito presidente do grupo russo da União Interparlamentar. Durante a Revolução de Fevereiro de 1917 foi membro do Comitê Provisório da Duma de Estado, em julho de 1917 foi nomeado ministro da justiça na segunda composição do Governo Provisório. No outono de 1917 foi nomeado enviado plenipotenciário na Suíça, mas não conseguiu entregar as credenciais, pois já tinha chegado o representante plenipotenciário da República Soviética Federativa Socialista da Rússia Ia.A. Berzin. No entanto, Efremov foi reconhecido pelo governo suíço como "representante de facto". Depois da Revolução de Outubro ministrou conferências de relações internacionais na faculdade de direito de Sorbonne e na Academia de Direito Internacional de Haia. Faleceu na emigração em 1945.



do monarca britânico tentou impedir o seu encontro com o rei sob o pretexto de que o soberano jamais tinha se encontrado com um muçulmano – membro de uma delegação oficial. Todavia a deputação russa insistiu, apesar disso, na participação obrigatória de todos os seus membros, sem exceções discriminatórias, e a parte britânica acabou por concordar. Pode-se afirmar, portanto, que os parlamentares russos demonstraram já naquela época uma concepção mais progressista dos direitos humanos do que os representantes da democracia britânica “mais velha”. Depois da Revolução de Outubro Sadretdin Nizametdinovich Maksudov foi convidado por Atatürk a participar da edificação da Turquia Nova, fundou uma escola de direito em Ancara e por três vezes fez parte do parlamento turco. Hoje o seu monumento enfeita o parque “Istambul”, na cidade de Kazan.

A primeira reunião da UIP de que os parlamentares russos participaram na qualidade de membros plenipotenciários do Conselho Interparlamentar (órgão dirigente da UIP) foi a 16ª conferência desta organização, realizada em 1910, em Bruxelas. É de assinalar que por iniciativa da nossa delegação foi levantada imediatamente a questão de alteração do Estatuto da UIP “no plano de ampliação do círculo de tarefas desta última”⁶. O grupo russo recomendou incluir na proposta da comissão uma emenda que determinava mais precisamente as funções da União. A emenda foi apoiada e o novo texto do Estatuto foi aprovado por unanimidade.

O grupo russo participou ativamente do trabalho da União enviando as suas delegações para todas as suas conferências. É da sua autoria, por exemplo, a preparação do projeto de convenção sobre a mediação na regularização de litígios internacionais. O respectivo documento da autoria de I.N. Efremov previa a criação do instituto internacional permanente de mediadores constituído por 20 membros e 10 seus suplentes, eleitos nas conferências de paz ordinárias.



Mais tarde I.N. Efremov foi eleito presidente da Comissão de Neutralização de Estreitos e de Canais Marítimos, criada pela UIP, e membro da Comissão de Jurisdição Internacional e de Mediação entre Estados.

Uip e Soviete Supremo da URSS (1955-1991)

A cessação da existência do Império Russo e a formação do novo Estado, que se recusava categoricamente a assumir o papel de sucessor legal dos direitos do Estado anterior, resultou na suspensão da atividade nacional na UIP por mais de três décadas.

Por outro lado, a União Interparlamentar continuava a revelar interesse em incorporar os parlamentares da República Soviética Federativa Socialista da Rússia e da União Soviética na sua atividade e tomava medidas ativas nesta esfera. Por exemplo, em abril de 1945 veio a informação do vice-comissário do povo de relações internacionais da União Soviética V.G. Dekanozov de que o membro da Direção da União Interparlamentar K. Sundstrom (que será no período de 1945 a 1953 embaixador da Finlândia na URSS) invitava os parlamentares soviéticos a discorrer na qualidade de convidados da União Interparlamentar⁷. Mas a parte soviética não atendeu a este convite. Não obstante, já um ano mais tarde, em abril de 1946, os participantes da conferência da UIP em Copenhague manifestaram várias vezes o desejo de que a União Soviética fosse membro desta União⁸.

A UIP procurou "incorporar" o Soviete Supremo da URSS na sua órbita enviando metodicamente, até 1955, aos dirigentes do parlamento soviético mensagens pessoais com convites a todos as conferências da União. E esta persistência foi recompensada: em 10 de junho de 1955 o Presidente da Mesa Diretora (Presidium) do Soviete Supremo da URSS K.E. Vorochilov enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética um comunicado sobre a ordem de formação do grupo parlamentar nacional da URSS e formalidades relativas ao ingresso na União



Interparlamentar. A conferência de deputados do Soviete Supremo, realizada em 29 de junho de 1955, recebeu a prescrição de tomar decisão sobre a formação deste grupo nacional, de providenciar o seu ingresso na UIP e de preparar uma mensagem a todos os deputados do Soviete Supremo da URSS com proposta de ingressar no grupo parlamentar da URSS. Foi-lhe também prescrito aprovar o regulamento deste grupo e eleger o bureau provisório do grupo parlamentar nacional da URSS e dois representantes para o Conselho da União Interparlamentar⁹. O grupo parlamentar da URSS foi aceito na qualidade de membro da União e participou da 44ª conferência interparlamentar realizada em agosto de 1955, em Helsinque.

A atividade do Grupo Parlamentar da URSS na qualidade de membro da União Interparlamentar era constituída por três componentes básicos: em primeiro lugar, a participação do trabalho dos órgãos da União Interparlamentar, encarregados de estudar e discutir problemas internacionais e de elaborar decisões; em segundo lugar, a informação da direção e dos membros da UIP sobre a atividade do Soviete Supremo da URSS na esfera da política internacional e o fornecimento de explicações a respeito da política externa do Estado Soviético; em terceiro lugar, o desenvolvimento de contatos e a consolidação de vínculos com outros grupos parlamentares mediante a troca de delegações e visitas mútuas de alguns parlamentares “em prol do melhoramento do entendimento mútuo e da amizade entre os povos”¹⁰.

Importa assinalar que a atividade do Grupo Parlamentar da URSS não se reduzia à participação do trabalho regular dos órgãos da UIP: o grupo soviético explicava nas suas cartas e comunicados a posição da URSS no tocante a eventos internacionais, procurando atrair para ela a atenção dos círculos parlamentares dos países estrangeiros. Por exemplo, merecem atenção os comunicados e cartas à direção da União Interparlamentar, aos seus membros e a alguns parlamentares mais eminentes por



motivo da intervenção armada dos EUA e da Inglaterra no Líbano e na Jordânia no verão de 1958 e do fuzilamento da manifestação em defesa do primeiro-ministro do Congo Patrice Lumumba, perpetrado em janeiro de 1959, em Léopoldville, etc.

Um exemplo patente da eficiência de semelhantes apelos pode ser a Declaração do Grupo Parlamentar da URSS de maio de 1962 dedicada ao Congresso Mundial pelo Desarmamento Geral e pela Paz. Depois de apontar o incessante crescimento da corrida armamentista que tornava cada vez mais tensa a situação internacional e intensificava o perigo da guerra nuclear, o Grupo Parlamentar da URSS ressaltou nesta declaração a importância enorme da mobilização da opinião pública mundial para a luta pela cessação da corrida armamentista, pela isenção do perigo de guerra e pela garantia da paz mundial¹¹. O Congresso Mundial pelo Desarmamento Geral e pela Paz, de que participaram mais de 200 parlamentares de diversos países do mundo, foi realizado em Moscou no período de 9 a 14 de julho de 1962.

A visita ao nosso país em 1981 do secretário geral da UIP Pio-Carlo Terencio e do presidente do Conselho Interparlamentar Rafael Caldera, realizada no mesmo ano, também contribuíram para a consolidação das posições do Grupo Parlamentar da URSS na UIP¹².

O grupo parlamentar da URSS dispunha do seu periódico, o "Boletim do Grupo Interparlamentar da URSS", editado duas vezes por ano em russo.

Até o ano de 1991 os parlamentares soviéticos trabalhavam ativamente em todos os órgãos da União Interparlamentar, apresentavam iniciativas relativas a resoluções e adotavam declarações referentes a questões atuais da ordem do dia internacional do respectivo período. É interessante que além do trabalho obrigatório nos órgãos da UIP, no quadro do Grupo Parlamentar da URSS eram criadas numa base mútua subdivisões especiais, encarregadas do estabelecimento de relações com outros grupos parlamentares nacionais. Creio que este formato



de relações interparlamentares na base bilateral, com utilização de uma área tão universal como a UIP, pode ser adotado perfeitamente na qualidade de exemplo para a organização do nosso trabalho no Comité de Relações Internacionais do Soviete da Federação.

Uip e Rússia: 100–A Conferência da Uip em Moscou

No período de 7 a 12 de setembro de 1998, pela primeira vez em toda a história da afiliação da Rússia à UIP, uma conferência da União, a centésima, foi promovida em Moscou. A decisão de realizar esta sessão dentro do prazo acima indicado foi tomada pelo Conselho Interparlamentar em setembro de 1997, no decurso da 98-a conferência no Cairo (Egito). Nos trabalhos da conferência russa participaram 1243 delegados, incluindo 693 parlamentares, representantes de 123 assembleias legislativas – membros da UIP (naquela época a UIP congregava ao todo 136 membros). O presidente da Federação Russa B.N. Yeltsin participou da cerimônia solene. Foi ele quem anunciou a abertura da conferência jubilar da UIP.

Nesta conferência em Moscou foram aprovadas três resoluções: “Ações ativas dos parlamentos no ano do quinquagésimo aniversário da Declaração Geral dos Direitos Humanos a fim de garantir o avanço na defesa de todos os direitos humanos no século XXI”; “Água: os meios necessários para a preservação, gestão e aproveitamento mais perfeito deste recurso essencial para garantia do desenvolvimento estável”; “Atividade na esfera de luta contra o aquecimento global, tráfico ilegal de drogas e crime organizado”.

A centésima sessão foi também marcada por dois eventos excepcionais, um dos quais não podia ser planejado com toda a certeza pelos organizadores de antemão. No dia 10 de setembro os delegados da conferência tiveram a possibilidade de assistir à



primeira intervenção pública do ministro das relações exteriores E.M. Primakov na sua qualidade nova: na manhã do mesmo dia o Presidente da Federação Russa B.N. Yeltsin propunha a candidatura deste eminente diplomata e cientista para o cargo de chefe do governo.

E.M. Primakov, que tinha participado reiteradas vezes da atividade da UIP na qualidade de deputado do Soviete Supremo da URSS, fez notar na sua intervenção que a realização da centésima sessão jubilar da UIP em Moscou é “um sinal de apoio da comunidade parlamentar mundial aos russos num momento difícil da sua história, um sinal da convicção de que nós vamos vencer os fenómenos críticos apoiando-se nas nossas vastas possibilidades”¹³. “A Rússia, prosseguiu Primakov, não imagina o seu futuro sem a ulterior consolidação das instituições parlamentares e sem o desenvolvimento de vínculos parlamentares. É esta, em nossa opinião, a garantia da irreversibilidade do processo de democratização das relações internacionais e de formação da uma ordem mundial nova que corresponda aos interesses de todos os Estados e povos”.

Um outro evento importante da conferência foi a formação no dia 6 de setembro de 1998 do grupo geopolítico “Eurásia”, o que se deu na presença das delegações da Federação Russa, Azerbaijão, Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguízia, Moldova e Tajiquistão na UIP¹⁴.

Uip e Rússia: Hoje e Amanhã

O Soviete da Federação, na qualidade de uma das câmaras da Assembleia Federal da Federação Russa, considera muito importante a atividade da União Interparlamentar que é a maior e a mais representativa área internacional de desenvolvimento da diplomacia parlamentar. Isto é especialmente importante dado que o trabalho de algumas outras estruturas parlamentares internacionais foi praticamente



paralisado pela atividade russófoba das delegações ocidentais e pró-ocidentais. A União Interparlamentar, criada por um grupo de parlamentares em 1889, passou a ser a organização internacional interparlamentar mais representativa, que congrega hoje em dia 173 parlamentos e 11 organizações parlamentares internacionais que têm o status de membros associados. E esta estrutura deu provas da sua estabilidade contra as tentativas de subordiná-la ao ditame grupal de quem quer que seja e de transformar em mais uma instituição de promoção do modelo de unipolaridade global.

No quadro da preparação para o futuro evento histórico, a 137ª assembleia da UIP a realizar-se na Rússia, o Soviete da Federação aprovou na sua reunião a Declaração sobre a participação da Rússia na atividade da União Interparlamentar¹⁵.

Apoiamos a iniciativa da Assembleia Interparlamentar dos Estados – membros da CEI sobre a instituição em 30 de junho do Dia Internacional de Parlamentarismo em homenagem ao aniversário da realização da assembleia constituinte da União Interparlamentar em 1889, em Paris. Já foi dado início a ações no quadro de realização prática desta iniciativa. Esperamos que estas ações se encarnem em passos concretos na 137ª assembleia, a se realizar no palácio Tavrisheski, naquele mesmo local em que há mais de um século foi tomada a decisão histórica sobre o ingresso da Duma de Estado do Império Russo na UIP. Creio que é precisamente isso que se chama o “círculo histórico”, que deve ser encerrado em outubro em São Petersburgo.

Por iniciativa da delegação russa na assembleia de São Petersburgo será adotada a resolução “Ao vigésimo aniversário da Declaração geral sobre a democracia: a comunidade da nossa diversidade”, em que se reflete que não existe um modelo universal da democracia e que a democracia não é um privilégio exclusivo de um certo país ou região. O vice-presidente do Soviete da Federação I.M.-C. Umahanov vai apresentar em nome da Rússia o informe dedicado a esta resolução.



Ao fazer balanço desta excursão histórica minuciosa, gostaria de assinalar que o trabalho ativo de grupos parlamentares da Duma de Estado do Império Russo, do Soviete Supremo da URSS e da Assembleia Federal da Federação Russa na União Interparlamentar prolonga-se (embora com intervalos) por já há mais de um século. Mudavam o nome do país, o regime político, os nomes dos delegados, mas os objetivos continuaram únicos e hereditários: defesa coerente dos interesses estatais em perfeita conformidade com os objetivos e princípios que constam no Estatuto da União Interparlamentar.

A decisão de promover a assembleia da União Interparlamentar no período de 14 a 18 de outubro de 2017 em São Petersburgo é um êxito evidente do movimento interparlamentar e da maioria dos Estados que procuram edificar as relações internacionais na base dos princípios de igualdade de direitos, democracia, respeito e consideração de interesses mútuos.

Vamos fazer o máximo de esforços para que a 137-a assembleia da UIP decorra no alto nível organizacional e no ambiente de intercâmbio aberto de opiniões de todos, sem exceção, participantes desta reunião, no ambiente que contribua para o estabelecimento de valores da democracia e do diálogo intercultural, interconfessional e interétnico.

-
1. Ver: Kosachev K.I. União Interparlamentar: a montanha vai parir um rato ou intromissão na não intromissão? //Vida Internacional. 2016. Nº 11. Páginas 9 – 22.
 2. Citação por: Shvetsov V.L. União Interparlamentar. M., Relações Internacionais, 1969, Página 15.
 3. Arquivo Estatal Histórico Russo. Fundo1278. Inventário 1 – 1. Dossiê 11. Folhas 1 – 3.
 4. Ibid. Folha 4.
 5. Ibid. Dossiê 201. Folha 1, Departamento de Bibliografia.



6. Relatório do presidente do grupo russo na UIP Iv.Efremov sobre o trabalho na 16-a conferência em Bruxelas. Arquivo Estatal da Federação Russa. Fundo 927. Inventário 1. Dossiê 6. Folha 1.
7. Arquivo Estatal da Federação Russa. Fundo 7523. Inventário 65. Dossiê 120. Folha 1.
8. Ibid. Inventário 46. Dossiê 26. Folhas 1 – 2.
9. Ibid. Inventário 107. Dossiê 64. Folha 1.
10. Shvetsov V.L. Obra citada. Páginas 123 – 124.
11. Boletim do Grupo Interparlamentar da URSS na União Interparlamentar. 1962. Nº 12. Página 17.
12. Ver mais detalhadamente: Kuzmin E.L. Entre o passado e o futuro. Impressões da vida. M.: Grupo editorial “Jurista”, 2014. Páginas 340 – 350.
13. Materiais das conferências da União Interparlamentar. 1966 – 1999. M.: Edição da Duma de Estado, 2001. Página 226.
14. Ibid. Páginas 218 – 219.
15. Texto completo da Declaração do Soviete da Federação da Assembleia Federal da Federação Russa sobre a participação russa na atividade da União Interparlamentar, aprovada mediante a resolução do Soviete da Federação de 19 de julho de 2017. Nº 236 – Soviete da Federação , ver.: <http://council.gov.ru/activity/documents/82714/>

Palavras – chaves: União Interparlamentar (UIP), 137-a assembleia da União Interparlamentar em São Petersburgo (14 – 18 de outubro de 2017), Duma de Estado do Império Russo, Assembleia Interparlamentar da Comunidade de Estados Independentes, diplomacia parlamentar.



ECONOMIA DIGITAL LEVARÁ AO CIBERSISTEMA ECONÓMICO

A crise global, que se manifesta no crescente caos, gera novos problemas que a civilização jamais tinha deparado anteriormente. É impossível utilizar os métodos habituais de solução de problemas críticos mediante a organização de operações militares globais. O Presidente da Federação Russa V.V. Putin apontou na sua intervenção na Assembleia Geral da ONU que a exportação de experiências sociais acarreta consequências trágicas e degradação social. Em sua opinião, o instrumento indispensável para a solução de problemas mundiais comuns é a passagem para a econômica digital (ED) que “dá um paradigma novo de desenvolvimento do Estado, da economia e de toda a sociedade” e permite utilizar as tecnologias de informação (TI) a fim de elevar a eficiência das decisões gerenciais¹. Existem dois enfoques principalmente diferentes de edificação da economia digital (ED).

**ELENA
VEDUTA**



Chefe do departamento de planejamento estratégico e de política econômica da faculdade de gestão estatal da Universidade Estatal de Moscou “M.V. Lomonossov”, professora titular, doutora em ciências econômicas
veduta@list.ru



Ed Eclética – “Big Data”, Ou “Economia de Dados”

A concepção discutida publicamente hoje em dia tem como base os conceitos ecléticos da ED, tida como conjunto de ramos promovidos por estatísticos, engenheiros e especialistas nas TI, ou seja, o “Big Data” (“Grande Conjunto de Dados”), intelecto artificial, ramos e cidades “inteligentes”, finanças digitais (eletrônicas) (FinTech), tecnologias de projeção (BIM), administração pública em linha ou governo eletrônico (E-Gov), “internet das coisas”, etc. A implantação espontânea dos ramos da ED pode resultar eficiente no plano de diminuição de despesas de alguns sujeitos concretos, sem ser eficiente no plano de despesas sociais e, ainda menos, no plano de solução do problema de desenvolvimento proporcional da econômica mundial ou de desenvolvimento sem crises. O que deve ajudar nesta esfera não é a estatística do “Big Data” mas, sim, um modelo econômico-matemático fundamentado cientificamente (MEM), que serve de base para a formação da plataforma das TI. Esta última determina a interação de plataformas setoriais e regionais em regime de tempo real, assim como as exigências no tocante à captura de informações iniciais (“Big Data”) a fim de entrar na trajetória de crescimento estável.

Até o presente momento o Governo da Federação Russa aprovou (Disposição de 28 de julho de 2017, Nº 1632 – r) o programa “Economia Digital da Federação Russa” (referido a seguir como programa) que aponta na qualidade de objetivo a criação do ecossistema da ED da Federação Russa, isto é, a utilização de dados digitais a fim de garantir a interação eficiente do business, comunidade científico-educacional, Estado e cidadãos. Neste caso a ED é interpretada como conjunto de três níveis cooperantes: ramos de economia em que existe a cooperação de sujeitos (isto é, fornecedores e consumidores de mercadorias, do trabalho e de serviços); plataformas e tecnologias que formam alçadas necessárias



para o desenvolvimento de diversos ramos da economia; meio que cria condições para o desenvolvimento de plataformas e tecnologias e para a interação eficiente dos sujeitos dos ramos de economia, o que inclui a regularização normativa, a infraestrutura de informação, o pessoal e a segurança informativa. A seguir os autores do programa especificam que o presente programa enfoca os dois níveis inferiores da ED, dado que a definição por eles de objetivos e tarefas de desenvolvimento de instituições na qualidade de regulação normativa, a formação de alçadas e de margens de antecipação na esfera de tecnologia e a educação, permite-lhes alcançar automaticamente os objetivos da ED².

A análise do programa revelou a ausência nele do MEM cientificamente fundamentado para a organização da ED. No fundo, para os autores convém perfeitamente a organização da ED na base de uma quantidade enorme de índices estatísticos do "Big Data". Eles supõem "ingenuamente" que agentes econômicos irão atuar automaticamente e com eficiência na base de certas normas criadas pelos autores da ED (de que normas se trata concretamente?) e de certos dados estatísticos capturados (de que dados se trata concretamente?), o que resultará no milagre – a elevação do bem-estar dos cidadãos e, por conseguinte, a transição para o novo paradigma de desenvolvimento do Estado.

O enfoque da ED na qualidade de um "Big Data" tornou-se popular entre os representantes do setor das TI, matemáticos, apaixonados pela ideia de criação do MEM, assim como, entre os estatísticos que utilizam certas correlações quantitativas de índices estatísticos a fim de criar modelos econométricos. A criação de novos modelos informáticos, matemáticos e econométricos na base do "Big Data", da mesma maneira que a ampliação do "Big Data", pode ser infinita e sem nenhuma correlação com a solução de problemas econômicos. Todavia, este processo aumenta as despesas rotineiras das empresas com a captura da informação desnecessária.



Esta atitude para com a solução de problemas econômicos com a utilização das TI não é nova. Ela repete os erros do Sistema Automatizado Nacional de Registro e Processamento da Informação (SANRP), cuja implantação custou uma exorbitância, mas resultou no processamento “manual”, não automatizado, nos locais dos índices estatísticos transmitidos para o escalão mais alto e este último utilizava os “Grandes Dados” em alguns modelos econométricos de prognosticação que extrapolavam as tendências existentes de desenvolvimento econômico³. Este enfoque não corresponde à tarefa da ED que consiste em organizar a interação eficiente dos agentes econômicos com o Centro em regime de tempo real. Sob este ponto de vista a captura de dados pelo “Big Data” e os modelos econométricos, que os utilizam para certos cálculos, são “mortos”. Importa não esquecer a experiência negativa do Sistema Automatizado Nacional de Registro e Processamento da Informação (BDRS).

Mas se algo é vantajoso, pode-se, inclusive, esquecer os erros do passado. Nas discussões atuais sobre a ED existe um grande número de concepções desta economia. O comum para todas é a ligação da ED com um montão de dados estatísticos capturados sobre a produção de mercadorias e de serviços, com a necessidade de introdução das TI modernas na monitoração e controle, com a necessidade da automação dos cálculos, da circulação da documentação, com a prestação de serviços, etc.

Visto que as organizações econômicas internacionais não dispõem no seu arsenal de um MEM cientificamente fundamentado, o “Big Data”, determinado pelo padrão de contas nacionais da ONU, é constituído por índices estatísticos que contêm uma conta reiterada e os desbalanços. A seguir esta informação apócrifa é utilizada pelo Banco Mundial e pelos governos dos países a fim de prognosticar o desenvolvimento da economia na base de modelos econométricos “mortos” que ignoram a ligação inversa com as fontes de informação para organizar a



interação do business, do Estado e da sociedade em regime de tempo real, com utilização das TI, e sair desta maneira da crise. Visto que o enfoque da ED como “economia de dados” para fins estatísticos é conhecido desde a época de W. Petty*, que o primeiro padrão internacional da ONU foi introduzido ainda em 1953 e que os seus dados foram utilizados para efetuar certos cálculos econométricos, neste plano não existe nenhuma transição para a ED na qualidade de um paradigma econômico novo. Todos os padrões internacionais posteriores, adotados pela ONU, incluindo o último padrão, adotado em 2008⁴, apenas estendem a “economia de dados”. Continua crescendo, respectivamente, o arsenal de modelos econométricos do Banco Mundial que não têm nada a ver com a solução de problemas da crise.

Em junho de 2017 no Centro Analítico Junto do Governo da Federação Russa foi discutida a prontidão da Rússia para a ED⁵. Os participantes das discussões apontaram que não existe concepção comum da ED e que cada país tem a sua via do seu desenvolvimento, tendo em conta a experiência de outros países. Dado que os peritos, incluindo os representantes do Banco Mundial, não dispõem da concepção científica da ED, a metodologia científica de avaliação da prontidão dos países para a ED foi substituída pelas estimativas subjetivas dos peritos.

As TI são mecanismo técnico, instrumento de realização da ED. A criação das TI e do equipamento técnico “inteligente”, a digitalização das finanças, dos serviços eletrônicos e do controle do tráfego de transporte e de materiais são prerrogativa dos engenheiros e dos especialistas na esfera das TI. Todos estes ramos podem ser eficientes no tocante à diminuição de despesas dos sujeitos finais que utilizam diversos tipos das TI, mas não

* W. Petty efectuaba cálculos estadísticos y cotejos todavía en el siglo XVII, por ejemplo, sobre la población del globo terrestre en diferentes períodos de tiempo, la riqueza comparada de distintos países, etc., en base a las cifras por él reunidas, a datos supuestos y arbitrarios.



são obrigatoriamente eficientes no plano de gastos sociais. A solução de problemas técnicos, da mesma maneira que de certos problemas matemáticos, com ajuda de computadores super potentes, a criação de tecnologias “Bid Data” e de “blockchain”, conhecida também como “protocolo da confiança”, criação do equipamento “inteligente”, dos ramos e das cidades “inteligentes”, de finanças digitais ou eletrônicas (FinTech), de tecnologias de projeção (BIM), da administração pública em linha (E-Gov), a “chipização” dos cidadãos, etc. não podem resolver, por si próprios, o mais importante problema econômico de desenvolvimento proporcional da economia (isto é, a concatenação das necessidades socialmente indispensáveis com as capacidades da produção) a fim de tirar desta maneira a civilização da crise econômica global e manter a situação sob controle.

A causa principal da continuação da crise global é a desproporcionalidade do incremento econômico ou desconformidade entre a evolução de diversos ramos da economia e as necessidades dos seus consumidores finais – economias domésticas, Estados e exportadores. A desproporcionalidade acarreta a diminuição do grau de satisfação de necessidades dos consumidores finais, o crescimento da pobreza, falências do business pequeno e médio que trabalha para satisfazer as demandas de economias domésticas, e a absorção de empresas pequenas pelo capital maior. A desproporcionalidade e a inflação geral crônica, que foram postas em funcionamento na véspera da Primeira Guerra Mundial e continuam até o dia de hoje, são acompanhadas pela centralização do capital mundial, pelo crescimento da pobreza e do terrorismo internacional, pela deterioração da ecologia, degradação da civilização e eliminação dos Estados e da civilização em geral.

Para conseguir o avanço rumo a uma sociedade nova que utiliza as realizações da ED em prol da prosperidade das nações e desenvolvimento harmonioso da personalidade, é preciso um MEM cientificamente fundamentado, que tenha



como base as leis econômicas objetivas, descobertas por K. Marx na sua obra "O Capital". A implementação deste modelo é prerrogativa da ciência econômica, que investiga as leis objetivas de desenvolvimento da economia, e da cibernética econômica, que utiliza estes conhecimentos na criação do cibernético sistema econômico. O seu núcleo deve ser um modelo econômico-matemático (MEM) "vivo" e cientificamente fundamentado que organize a captura e o processamento da informação econômica utilizando as TI em regime do tempo real a fim de elevar a eficiência de decisões gerenciais. Os especialistas nas TI criam sistemas de assistência tecnológica para o cibernético sistema econômico.

Estratégias Digitais dos Estados

A crise atual, da mesma maneira que qualquer crise global, resulta na renovação da produção numa base técnico-material nova. Está chegando a era da ED – era de instrumentos de trabalho "inteligentes" acompanhados pela introdução das TI moderníssimas para trabalhar com a "economia de dados". Esta ED pode ser "paga" pelos países-vítimas, que importam investimentos estrangeiros para o desenvolvimento da infraestrutura (incluindo, a infraestrutura digital) e para especulações financeiras empreendidas a fim de garantir a transição do Ocidente para um tipo novo de produção social. "A diferença entre épocas econômicas não consiste naquilo que se produz, mas, sim, em como se produz, nos meios de trabalho⁶". Neste caso o papel decisivo na definição da época de produção social pertence ao desenvolvimento de meios de produção mecânicos ou a instrumentos de trabalho, que atuam sobre o objeto do trabalho e elevam o rendimento do trabalho e não aos meios de trabalho que servem na qualidade de condições materiais da produção (prédios, estradas, tubos, etc.). A etapa seguinte da concorrência cruelíssima entre os Estados pela sobrevivência vai agravar-se precisamente na



esfera de digitalização. Por isso as estratégias e programas de desenvolvimento da ED estão no centro das atenções dos dirigentes dos Estados e dos círculos científicos.

Na estratégia da Grã-Bretanha diz-se claramente que o país pretende tornar-se líder mundial na formação do ciberespaço global a fim de garantir a prosperidade da nação mediante o crescimento do rendimento do trabalho e para gerar futuramente um número maior de vagas de emprego para trabalhadores de alta qualificação bem pagos. Isto permitirá aos cidadãos do país levar uma vida segura e trabalhar em regime "online"⁷.

O ciberespaço é interpretado normalmente como espaço virtual gerado por sistemas computacionais, em particular, pela Internet. Neste espaço são criados ciberistemas que imitam a conduta de objetos reais e reagem a ações gerenciais e acontecimentos do meio externo em regime de tempo real*. Para que os ciberistemas, concebidos virtualmente, atuem analogamente a sistemas materiais, os seus criadores devem levar em consideração as leis objetivas de desenvolvimento de sistemas materiais. Neste caso os usuários de ciberistemas poderão atuar sobre objetos materiais em conformidade com leis objetivas (por exemplo, tratando-se da física, a Lei de gravitação universal, Lei da reflexão, etc.)**

Visto que a economia se desenvolve de acordo com as suas leis objetivas, para exercer o gerenciamento efetivo da economia é preciso conceber a ED como um ciberistema econômico que se baseia num MEM cientificamente fundamentado e que leva em consideração o efeito das leis econômicas objetivas.

A Grã-Bretanha, da mesma maneira que outros países, não dispõem de um MEM científico para criação do

* A autoria deste conceito pertence ao escritor americano William Ford Gibson, autor de obras de ficção.

** Os usuários dos mundos virtuais podem, a título de entretenimento, ultrapassar os limites da vida real (por exemplo, criar quaisquer objetos, etc.)



cibersistema econômico, e pretende, por isso, desenvolver o “Big Data”, interpretando isso como ampliação das possibilidades de utilização de dados estatísticos na economia e como elevação da confiança social para com a sua utilização. Todavia, a base desta estratégia ambiciosa da Grã-Bretanha é o fato de que ela lidera na esfera de finanças mundiais e possui vantagens competitivas na esfera de intelecto artificial (IA), utilizado pelo business e por consumidores finais, assim como na esfera de FinTech constituída por companhias que utilizam as TI no mercado de serviços financeiros prestados totalmente ou na maioria dos casos através da Internet, em regime de concorrência com as instituições financeiras tradicionais (bancos, bolsas de valores, etc.).

Os EUA procuram utilizar as tecnologias digitais a fim de se tornar líder do comércio internacional. Já em 2014 os EUA exportaram serviços em forma digitalizada no valor de aproximadamente 400 bilhões de dólares, o que constitui mais da metade de toda a exportação estadunidense de serviços e cerca de um sexto do PIB do país. Visto que a competitividade e o crescimento da economia dependem na íntegra das possibilidades na ED, foi desenvolvido o programa intersetorial “Economia Eletronica”⁸. De acordo com este programa, os EUA irão apoiar a difusão da internet na qualidade de plataforma global para comunicação e comércio, na qualidade de plataforma que permitirá a pessoas exprimir-se como personalidades e favorecerá a introdução de inovações. A fim de prestar ajuda a empresas pequenas e médias na exportação dos seus produtos mediante a utilização de canais americanos globais de comércio eletrônico, os EUA lançaram o programa-piloto “Adido Digital”, o que irá contribuir, por sua vez, para o desenvolvimento da ED nos EUA.

Um outro país que pretende desenvolver em ritmo acelerado a ED é Singapura que lidera, ao par dos EUA, na esfera de digitalização da economia⁹ e de acordo



com o Índice Global de Inovações (GII) de 2016 é sexta maior economia inovadora do mundo¹⁰. O governo de Singapura declara que “o país procura tornar-se uma nação “inteligente”¹¹. Neste caso a “inteligência” é interpretada não somente como introdução das TI, mas também como sua utilização pela sociedade a fim de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Para isso junto do governo foi criado um grupo que responde pela coordenação de ações do governo, dos ramos e dos círculos sociais no uso de tecnologias digitais¹². O governo de Singapura considera que a sua vantagem competitiva no desenvolvimento da ED consiste na presença considerável do capital “venture” (ou capital de risco) e de corporações financeiras internacionais nesta cidade-Estado, que, apesar de pequena, está inserida no sistema global. Espera-se que isso contribua para o teste rápido e eficiente das deliberações, assim como para o seu desenvolvimento e realização.

A China tem alcançado importantes êxitos na produção do equipamento eletrônico de processamento de dados, que corresponde a mais altos padrões tecnológicos. De acordo com os dados do ano 2014, a China tem elevado índice de comércio eletrônico (isto é, comércio por intermédio de lojas online) – 8,4%, no giro total do seu comércio varejista. Somente a Grã-Bretanha e a Alemanha acusam índices mais elevados. A fim de evitar o desbalanço da economia, o que acarreta, na opinião de peritos, um beco sem saída, a direção da República Popular da China adotou o plano decenal que visa a reindustrialização do país, sendo a criação da ED (isto é, da economia “inteligente”, economia da internet) considerada o salvador da economia. De acordo com o plano, a China deve deixar de ser até o ano de 2049 a fábrica mundial transformando-se em laboratório planetário. Na qualidade de motores prioritários foram escolhidas a Internet e a evolução ininterrupta da indústria nacional das TI, o que irá garantir a segurança estratégica¹³.



A Rússia é quadragésima primeira colocada no índice internacional da prontidão para o uso da rede mundial ("network") na ED¹⁴. No programa da Rússia uma atenção à parte é dedicada à regularização jurídica das relações que surgem no quadro da ED, à preparação dos quadros para a ED e à criação até o ano de 2024 de no mínimo dez companhias-líderes na esfera de "tecnologias de ponta à ponta", capazes de competir nos mercados globais. Ao contrário dos programas de desenvolvimento da ED nos países mais avançados, que determinam as suas vantagens competitivas para a liderança mundial em uma (ou em várias) esferas da ED global, no programa da Rússia não se verifica a aspiração deste país, como Estado uno, de se tornar líder global no desenvolvimento da ED. Isso contradiz a iniciativa tecnológica nacional (ITN), apresentada em 4 de dezembro de 2014 por V. Putin na sua Mensagem à Assembleia Federal. A iniciativa tecnológica visa formar mercados novos em princípio e criar condições para que até o ano de 2035 a Rússia adquira a liderança tecnológica global .

A conferência, destinada a incorporar o potencial da ciência e da peritagem da Academia de Ciências da Rússia na realização da ITN revelou a incapacidade dos seus participantes de resolver esta tarefa. Por exemplo, o representante da Agência de Iniciativas Estratégicas (AIE) D. Peskov apontou que é preciso fazer algo, em particular, criar uma "Big Data". Depois de sublinhar que todos os mercados novos, desde a agricultura até o mercado cósmico, são redes em que os intermediários são substituídos pelos serviços de software (programas rotinas) gerencial ele manifestou a opinião de que a Rússia deve dominar novos mercados e conseguir neles posições de liderança¹⁵. O assistente do presidente da Federação Rússia A. Belousov criticou a Academia de Ciências da Rússia apontando que à ciência fundamental falta a orientação clara pelos objetivos da Iniciativa Tecnológica Nacional (ITN) e tirou a conclusão de que esta missão é cumprida em parte pelo



programa adotado da ED (em particular, o desenvolvimento da tecnologia de ponta a ponta da "Big Data", etc.). Ressaltou também que a Academia de Ciências deve ter uma linguagem comum que conjugue as línguas da ciência e das tecnologias¹⁶.

As críticas feitas à Academia de Ciências por causa da ausência da orientação prática nas suas pesquisas científicas são justas. Todavia, não se deve incorporar a Academia de Ciências da Rússia na realização do programa da ED que na sua essência é anticientífico. O famigerado desenvolvimento exponencial da economia digital gera o crescimento do número de intermediários na cadeia que liga os consumidores a produtores, o que não resulta no aumento da utilidade no plano de consumo. D. Peskov e A. Belousov não têm razão ao conceituar que alguns projetos concretos e tecnologias de ponta a ponta possam garantir automaticamente o desenvolvimento equilibrado do país nos aspectos setorial e regional para garantir, desta maneira, o crescimento da qualidade de vida.

Mais do que isso: o "network approach" (abordagem de rede), implementado neste programa, que nega a função coordenadora do Estado, faz desta maneira a Rússia recuar para o passado histórico longínquo de um mundo sem sistema estatal, mundo de anarquia e de economia primitiva. O programa torna-se mais um instrumento de concatenação dos interesses de diversos grupos que pretendem inserir a ED nacional no espaço digital global, formado pelos países-líderes, em que a Rússia está condenada ao papel de vítima sacrificada para garantir o progresso técnico dos países-líderes.

No entanto, a continuação da crise global, acompanhada pela ampliação do "Big Data" e pelo lobismo dos interesses tecnocráticos, levará também os países-líderes para uma sociedade robotizada desestatizada com desemprego em massa e degradação dos usuários das realizações da ED, substituídos por robôs. As pessoas irão depender cada vez mais da internet e receber o RIB (rendimento



incondicional básico)¹⁷, a escravidão digital irá substituir o regime digital primitivo. Os peritos destes países esperam que a introdução da ED resulte no emprego cada vez mais amplo do planejamento econômico ao nível de Estados. Por exemplo, J. Thornhill, redator da coluna “Inovações” do jornal “The Financial Times”, aponta a possibilidade de utilização das plataformas digitais do Estado a fim de planejar a produção, a distribuição e o consumo dos bens. O autor menciona a declaração de Jack Ma, fundador de “Alibaba” (a maior plataforma comercial da internet na China), de que o “Big Data” tornará o mercado mais “inteligente” e permitirá planejar e prognosticar as forças de mercado, o que possibilitará, afinal, a criação da economia planejada¹⁸.

Porém no caso de ausência de um MEM, cientificamente fundamentado, que organize a ED em prol dos interesses do bem-estar das nações (da comunidade mundial), o processo de busca do modelo de economia planejada na base de um “Big Data”, formado espontaneamente, pode resultar infinitamente longo e repetir os erros do Sistema Automatizado Nacional de Registro e de Processamento da Informação (SANRP) da antiga União Soviética, mas já ao nível global.

As pessoas, substituídos cada vez mais por robôs, não devem ficar desempregados e degradar. É preciso incorporá-las no trabalho utilizando nisso as realizações das TI modernas para calcular a trajetória (plano) de desenvolvimento proporcional da produção social com utilização de todo o recurso do tempo de trabalho social a fim de melhorar desta maneira a vida. Neste caso a experiência da URSS no planejamento da economia resultará inapreciável.

Uma ED Cientificamente Fundamentada é Cibersistema ou Cibereconomia

O marco relevante da revolução industrial, que tinha começado em fins do século XVIII, foi o surgimento de



máquinas que manejavam várias ferramentas mecânicas de vez superando desta maneira as possibilidades limitadas do homem, o que se tornou base do crescimento do rendimento do trabalho sem precedentes na história. Na realidade, a revolução começou pela automação de processos tecnológicos, “deixando inicialmente ao homem, ao par do trabalho novo de controle da máquina e de correção dos seus erros com as próprias mãos, também o papel puramente mecânico de força motriz”¹⁹. O desenvolvimento da produção mecânica resultou na revolução social que estabeleceu o modo de produção capitalista na qualidade de um determinado sistema de relações econômicas com a respectiva base técnico-material. O surgimento de máquinas-robôs, que possuem o dispositivo de comando automático de instrumentos de trabalho mecânicos, vem a comprovar a transição para o nível mais alto de automação de comando de processos tecnológicos.

A produção é conjunto de processos materiais (comandados) e de processos informativos (que exercem o comando)²⁰. É de se notar que os processos materiais e informativos estão separados uns dos outros no espaço e no tempo. Esta separação torna-se cada vez mais clara na medida em que a produção se desenvolve e a informação operativa sobre o estado do objeto comandado neste momento concreto dado e o objetivo da gestão tornam cada vez mais complicada a escolha de ações gerenciais. A descoberta das regularidades dos processos materiais na produção é domínio de ciências naturais e técnicas, porém o estudo das regularidades dos processos de informação nos sistemas de comando com a utilização de computadores começou apenas em meados do século XX, o que se devia ao aparecimento de uma ciência nova, a cibernética, em que se distinguem três rumos básicos – a biologia, a tecnologia e a economia.

A cibernética técnica estuda e cria sistemas técnicos na base dos princípios gerais da cibernética, em que os sistemas de informação se utilizam para efetuar a ação gerencial do



homem sobre um objeto material. O objeto de estudo da cibernética econômica é a gestão da produção social em forma de estabelecimento da coordenação eficiente da atividade dos sujeitos econômicos com vista a melhorar a qualidade de vida.

A especificidade das realidades da gestão social consiste em que no processo de crescimento da envergadura da produção e de complicação das interligações de produção na economia do país (na comunidade mundial) cresce substancialmente o volume de informação que vem para o escalão mais alto da gestão, o que torna o seu processamento e a tomada de decisões efetivas um processo cada vez mais complicado e trabalhoso.

No desenvolvimento de forças de produção chega o momento em que o crescimento do volume do trabalho no processo de assistência aos processos de informação começa a acelerar-se muito mais rapidamente do que o processo de crescimento do volume de trabalho no setor real da economia. O aumento do quadro de pessoal efetivo ocupado na gestão contribui para o crescimento do volume de informações incorretas e diminui a possibilidade de soluções ótimas transferindo desta maneira o núcleo da gestão da direção direta da produção para a direção do pessoal gerencial e da circulação da documentação, isto é, para a preparação de certificados, informes e relatórios, discussão e concatenação de resoluções, etc. Afinal de contas o sistema torna-se ingovernável e passa a funcionar em regime de gestão "manual".

As TI são utilizadas a fim de automatizar a gestão do giro da documentação, conter, desta maneira, o crescimento do pessoal gerencial e melhorar o controle da execução de tarefas. Todavia o crescimento caótico do "Big Data" aumenta o volume do trabalho, executado pelo pessoal, o que acarreta, mais uma vez, o aumento dos seus efetivos e do giro da documentação. A fim de sair do crescente caos informatizado e elevar a eficiência da gestão da economia é



preciso implantar um ciberistema econômico que coordene a atividade de agentes econômicos a fim de alcançar os objetivos de desenvolvimento em regime de tempo real. A implantação do ciberistema econômico evidencia o início da revolução gerencial, que pode ser considerada ciberrevolução.

Cumprir assinalar que já na década de cinquenta, quando se verificava o crescimento brusco do pessoal gerencial em todos os países, nos EUA começou o processo de automação de certas funções de gestão da produção (por exemplo, a utilização de computadores nos cálculos de salários, dos planos mensais e anuais, na escrituração contábil, etc.). Este processo ajudou os EUA a conter o crescimento impetuoso do pessoal gerencial. Na União Soviética a automação da produção começou com atraso, na década de 1960. Todavia, nos EUA a automação da gestão limitava-se ao nível de corporações, enquanto que na URSS foi criada pela primeira vez a tarefa ambiciosa de fundação do Sistema Automatizado Nacional de Registro e Processamento de Informação (SANRP), o que podia elevar substancialmente a qualidade de gerenciamento da economia do país e assegurar, afinal, a vitória da URSS na guerra fria. Segundo já dissemos acima, o SANRP "extinguiu-se", pois os seus criadores deram prioridade aos problemas técnicos deixando no segundo plano os problemas econômicos. Por esta mesma razão fracassou o plano do eminente cibernético e filósofo St. Beer que tentou levar a cabo no Chile, juntamente com o seu presidente S. Allende, o projeto "Ciber Sin" a fim de suplantar o burocratismo. A criação da tarefa fez que na realização do projeto fossem utilizados meios institucionais o que predeterminou o seu fracasso.

Apesar do fracasso da tentativa de criar o SANPR e erros da economia planificada, a URSS acumulava a experiência de construção do plano "vivo" de "despesas – produção" que levava em conta a ligação direta e inversa de todos os



escalões de gerenciamento da economia a fim de garantir o desenvolvimento proporcional da economia em regime de pleno emprego e alcançar o bem-estar das nações.

O pensamento econômico e técnico da URSS visava resolver as tarefas de planificação “viva”. Os cientistas soviéticos alcançaram progresso enorme neste setor tendo ultrapassado de longe os teóricos ocidentais na esfera de conhecimentos econômicos. Foi precisamente por isso que na URSS nasceu a ciência “Cibernética Econômica”, indispensável hoje para a criação da ED cientificamente fundamentada, o que garante a saída da crise global. Os princípios e métodos da cibernética econômica, necessários para a criação do ciberistema econômico, foram expostos pela primeira vez no livro de N. Veduta “Cibernética econômica”. Foi também ele quem desenvolveu o modelo dinâmico de balanço entre diversos ramos e setores (BDRS)²¹ – o núcleo do ciberistema econômico que leva em conta as leis objetivas de desenvolvimento da produção social.

O modelo representa um sistema de algoritmos com ligação direta e inversa que concatenam interativamente os cálculos, efetuados no quadro do plano de “despesas – produção” de todos os ramos e setores da economia, para que os produtores cumpram eficientemente as encomendas dos consumidores finais (economias domésticas, Estados, exportadores) em regime de tempo real. Os princípios do modelo são a consecução da proporcionalidade e da eficiência de desenvolvimento da produção nacional, a otimização da estrutura do produto final sob o ponto de vista de crescimento da utilidade (qualidade de vida), o que pressupõe a incorporação no modelo da informação relativa ao dinamismo dos preços do equilíbrio do mercado de consumo. Esta informação serve na qualidade de ligação inversa. A imitação no quadro do modelo do efeito da lei dos custos representa a criação das condições, dentro das quais esta lei não funciona como regulador



espontâneo, isto é, elimina-se a principal causa da crise – a desproporcionalidade da economia.

A determinação sistêmica dos índices do Modelo Dinâmico de Balanço entre Diversos Ramos e Setores (BDRS) permite dispensar o cálculo reiterado, que está presente no sistema de contas nacionais da ONU, e reflete o movimento de todos os rendimentos e gastos produzidos na economia do país. A diferença principal entre o modelo dinâmico do BDRS e os modelos econométricos consiste em que ele descreve o movimento da economia desde o seu estado no ponto de partida em direção indicada pelos consumidores finais em forma de um sistema de algoritmos com ligação direta e inversa, o que especifica as requisições dos consumidores finais em função das possibilidades dos produtores, incluindo a consideração das suas propostas relativas a novas tecnologias, em regime de tempo de real (online). Por isso este modelo econômico-matemático (MEM) é base do cibernsistema econômico. O seu parâmetro diretor são investimentos estatais na produção que podem ser feitos juntamente com o business (parceria público-privada). Em resultado de cálculos efetuados no quadro deste modelo determina-se a distribuição de investimentos producionais entre diversos ramos de economia, o crescimento máximo da solvibilidade real do rublo mediante a otimização da estrutura do produto final no mercado de consumo e o BDRS planificado.

O projeto "URSS" de criação de uma economia organizada conscientemente que garantisse a prosperidade da nação tinha sido iniciado em 1917 e acabou-se em 1991. A direção do país ignorou a importância primordial da ciência de gestão, a cibernética econômica, para o governo efetivo da "corporação" URSS. A orientação pelos ramos-chaves do complexo militar-industrial, desconsideração dos preços de equilíbrio na qualidade de ligação inversa que informa os produtores sobre as preferências de consumidores, ausência da reação flexível do sistema a novas tecnologias



e à alteração da demanda final lançaram a economia da URSS em crise. Este processo era acelerado pelo processo de reforma de sistemas de gestão, o que aumentava ainda mais o caos na esfera de informação.

A passagem da Rússia em princípios da década de 1990 para um modelo econômico novo que presumia renúncia à planificação, bloqueou a ciber-revolução, que tinha sido iniciada na URSS, e isso acarreta consequências negativas para o desenvolvimento progressivo da civilização em geral. Atualmente em todos os países em vez da planificação "viva" de acordo com o princípio "despesas – produção", são utilizados métodos monetários que se adequam à ciclicidade "inflação – deflação" de acordo com os interesses de centralização do capital mundial, e as estimativas subjetivas na esfera de distribuição dos meios financeiros, destinados pelo orçamento, o que constitui a base da corrupção. A comunidade mundial perde tempo em discussões sobre problemas econômicos e implantação de um "Big Data" eclético.

Na Declaração dos líderes de "G20", aprovada em julho de 2017, manifesta-se apoio à atividade na esfera de monitoração por parte da Organização Mundial de Comércio (OMC), Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como à atividade do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional com vista a consolidar a cooperação no comércio e na esfera de investimentos. Na opinião dos líderes de G20, a transformação digital é força motriz do crescimento global, inovador e estável, é um fator que contribui para a diminuição da desigualdade e para o ingresso até o ano de 2030 na fase de desenvolvimento sustentável. Por isso, eles assumiram compromissos de proporcionar até o ano de 2025 a "comunicação digital" a todos os cidadãos, favorecendo à parte neste caso o desenvolvimento da infraestrutura da ED nos países com o nível baixo de rendimentos²².



A experiência histórica demonstra que para sair da crise é preciso o reforço do papel coordenador do Estado (do bloco interestatal) na economia. O futuro pertence aos que irão efetuar a ciberrevolução, que “já toca todos os sinos”, pois esta revolução altera a trajetória da globalização. Nesta questão a Rússia dispõe de vantagens competitivas – o trabalho já feito na esfera de cibernsistema econômico e uma base técnico-organizacional para a sua implantação em forma de um sistema espalhado de centros situacionais de órgãos da gestão estatal, o que permite à Rússia ser o primeiro país a efetuar a ciber-revolução. Isto será útil para todos os países do mundo – os EUA, Grã-Bretanha, China e outros, pois sem um cibernsistema nenhum país pode sair da crise global. Esta ED pode ser considerada de direito o novo paradigma da evolução do Estado, da economia e de toda a sociedade, em que um “Gosplan” (órgão estatal de planificação) “inteligente” é utilizado por um governo “inteligente” em prol dos interesses do progresso técnico e cultural.

Dada a necessidade da implantação da ED na qualidade do novo paradigma de alteração do vetor da globalização, é preciso realizar a discussão pública de um MEM cientificamente fundamentado que deve servir de base para a edificação não somente da ED nacional, mas também de uma ED global. É preciso criar, baseando-se nos resultados da discussão, um Grupo de Reflexão (Think Tank) a fim de implantar um cibernsistema econômico. O sistema deve incluir autores de um MEM cientificamente fundamentado, os cientistas das instituições-matrizes e especialistas de todos os ramos e setores da economia, incluindo os peritos na esfera das TI, estatística econômica, escrituração contábil, finanças e direito. A criação do Grupo de Reflexão permitirá resolver problemas de assistência metódica e matemática, assim como, nas esferas de software e técnico-organizacional, a fim de introduzir o cibernsistema econômico na prática de gestão estatal e preparar quadros novos que saibam trabalhar nas condições da ED.



1. Intervenção de V.V. Putin na reunião plenária do Foro Econômico Internacional de Petersburgo-17 // http://eanews.ru/news/policy/Vladimir_Putin_vystupil_na_Peterburgskom_ekonomicheskome_forume_STENOGRAMMA_02_06_2017/
2. File:///C:/Users/Administrador.000/Desktop/Vida Internacional; programas/20ED.pdf
3. Veduta E. The intrasystemic correction of the global economic model // Revista Científica Internacional «Modelação Matemática na Economia». Kiev, abril – junho de 2015. № 2 (3).
4. Sistema de contas nacionais 2008/ Comissão de Comunidades Europeias, FMI, Organização para Desenvolvimento e Cooperação Econômica, ONU, Banco Mundial // Site da ONU, 2012 // <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008Russian.pdf>
5. <http://ac.gov.ru/events/013543.html>
6. K. Marx e F. Engels. Obras. M.: Editora de Literatura Política, 1960, V. 23. Página 191. Ibid: Nota 2 nesta edição. “Por menores que sejam os conhecimentos da ciência histórica na esfera de desenvolvimento da produção material, que é a base de toda a vida social e, por conseguinte, de toda a história real, todavia, pelo menos as épocas pré-históricas dividem-se em períodos baseados em pesquisas de ciências naturais, em conformidade com o respectivo material de instrumentos e de armas, e não em períodos conforme as chamadas pesquisas históricas: ou seja, idade da pedra, idade do bronze, idade do ferro”.
7. <https://www.gov.uk/government/publications/uk-digital-strategy/uk-digital-strategy>
8. Alan Davidson, Director of Digital Economy, Commerce Department Digital Economy Agenda, May 2016 // https://www.ntia.doc.gov/files/ntia/publications/alan_davidson_digital_economy_agenda_deba_presentation_051616.pdf
9. <http://bit.samag.ru/uart/more/67>
10. <http://inno-mir.ru/news/64-2015-12-03-10-07-34/341-global-innovation-index-2016>
11. <https://www.smartnation.sg/about-smart-nation>



12. <https://www.gov.sg/news/content/smart-nation-and-digital-government-group-office-to-be-formed-under-pmo>
13. Schulltseva V. Economia Digital da China // <http://www.lastmile.su/journal/article/4702>
14. [file:///C:/Users/Administrador.000/Desktop/Vida Internacional/pograma da ED.pdf](file:///C:/Users/Administrador.000/Desktop/Vida%20Internacional/pograma%20da%20ED.pdf)
15. Notícias da ciência siberiana // <http://www.sib-science.info/ru/ras/tekhnologicheskaya-initsiativa-07062017>
16. <https://nangs.org/news/members/rukovoditel-its-compmechlab-aleksej-borovkov-vystupil-v-prezidiume-akademii-nauk-na-soveshchani-povovlecheniyu-nauchnogo-i-ekspertnogo-potentsialaran-v-realizatsiyu-natsionalnoj-tekhnologicheskoy-initsiativy>
17. Standing Guy. Precariat: uma nova classe perigosa // <http://fictionbook.ru/static/trials/09/00/36/09003651.a4.pdf>
18. Thornhill John. The Big Data revolution can revive the planned economy // Financial Times, 04.09.2017
19. Marx K. e Engels F. Obras. M.: Editora de Literatura Política, 1960, V. 23, página 385.
20. Veduta N.I. Cibernética econômica. Minsk: Ciência e Tecnologia, 1971.
21. Veduta E.N. Equilíbrio de diversos ramos e setores: mecanismo de planificação estratégica da economia. M.: Projeto acadêmico, 2016.
22. Final Declaration: G20 States Vow to Promote Global Trade, 'Digital Connection' // <https://sputniknews.com/politics/201707081055370421-g20-summit-results-declaration/>

Palavras – chaves: ED, "Big Data", "Economia digital da Federação Russa", SANRP, estratégias digitais dos Estados, economias de internet, ITN, BDRS.



MUNDO ALÉM DO LIMIAR DA VERDADE

Embora D. Trump não devesse absolutamente a sua vitória à ampla difusão de notícias falsas, o desespero do mundo liberal do Ocidente atraiu atenção para este fenômeno.

A redação do dicionário da língua inglesa, editado em Oxford, escolheu na qualidade de verbo de 2016 a expressão "post-truth" que pode ser traduzida tanto como "pós-verdade", como "pós-veracidade". Neste caso trata-se da capitulação da verdade diante de toda uma sequência de chamadas "verdades". De acordo com a definição de linguistas britânicos, esta expressão significa o estado de coisas em que a opinião pública é formada não por um quadro objetivo do mundo e por fatos, mas por emoções ou preferências pessoais. E se for mais adiante, pode-se considerar que o fenômeno do ano são notícias fabricadas, "balelas", informação falsa ou "fake news". O herói do ano não é ninguém mais senão um "troll" da internet que na opinião

**GABOR
STIER**



Colunista do jornal húngaro
Magyar Nemzet



de muitas pessoas ganhou as eleições presidenciais nos EUA, venceu no processo de votação sobre a saída da Grã-Bretanha da União Europeia e integrou, juntamente com os “hackers”, a tropa avançada do Kremlin na chamada “guerra híbrida”.

É indubitável que nos últimos anos estão sendo diluídos os limites entre a verdade, a realidade e os eventos fictícios e a pseudoverdade. Está em vias de formação um mundo que sob todos os pontos de vista é muito menos prognosticável do que o mundo da época da guerra fria: enquanto que anteriormente se tratava da confrontação de dois polos, hoje é preciso concatenar os interesses de um número maior de jogadores, o que contribui apenas para aumentar ainda mais a incerteza. Formam-se blocos e alianças situacionais, na época de transição as relações internacionais tornam-se turbulentas e a diplomacia, que vem ganhando vulto nas atuais circunstâncias, começa a perder a discrição que lhe é inerente. Os aspectos obscuros da globalização tornam-se cada vez mais evidentes. Em contrapeso a eles soam cada vez mais alto as vozes dos Estados nacionais e ganham ímpeto a regionalização e a localização. Os partidos políticos tradicionais já não conseguem dar respostas adequadas e fidedignas aos desafios do tempo. A revolução tecnológica, a digitalização e a robotização apenas contribuem para intensificar a incerteza. O temor que surge na situação em que se perdem os pontos de apoio e as relações se tornam cada vez mais caóticas acarreta o crescimento do populismo. Tanto as pessoas, como os Estados no mundo inteiro respeitam cada vez menos uns a outros. A “época de transição” transforma não somente as bases da vida pessoal, mas também as normas de conduta cotidiana; as leis globais, que existiam até o dia de hoje, passam para o vazio.

Neste mundo, situado além do limiar da verdade, crescem possibilidades para manipulações. Ao mesmo tempo, os próprios políticos do mundo ocidental perdem controle sobre o desenrolar dos acontecimentos. Todos sentem esta balburdia e a essência falsa do mundo, mas na ausência da alternativa este



estado anormal é interpretado cada vez mais como uma norma. Num mundo, que proporciona um número cada vez menor de sustentáculos, o indivíduo esconde-se no seu rincão mantendo, frequentemente, contato com o mundo externo somente através da internet. Por meio de algoritmos de "facebook", "twitter" e "google" a rede mundial força o homem a recolher-se na sua toca, na sua bolha informativa, e faz isso quase imperceptivelmente, privando-o da alternativa. Enquanto que o rádio e a televisão permitem mudar de canal, o "twitter" e o "facebook" não o permitem. Por isso, para muitas pessoas na América foi uma grande surpresa o fato de que além da sua pequena bolha liberal existe um mundo totalmente diferente que vota em D. Trump. Eis mais um exemplo: uma parte da sociedade alemã não compreende absolutamente que muitas pessoas em redor interpretam a crise de migração da mesma maneira que o premiê da Hungria V. Orbán. Por esta mesma razão os partidários da praça "Bolotnaia", em Moscou, não conseguem entender de maneira alguma porque a maioria dos russos chora de alegria ao ouvir a notícia sobre o retorno da Crimeia e a popularidade de V.V. Putin sobe até os céus.

A mídia não era lá bem limpa também anteriormente. É indubitável, no entanto, que as notícias eram filtradas com mais cuidado. Os jornalistas e redatores desempenhavam com mais esmero o papel de "guardiões" do que os seus sucessores atuais. Não é por acaso, pelos vistos, que eles são referidos agora cada vez mais frequentemente não como jornalistas, mas como pessoal dos meios de comunicação em massa. É interessante que isto é feito por aqueles mesmos políticos aos quais cabe responsabilidade séria pela situação do dia de hoje em que a máquina de comunicação política esmaga absolutamente tudo. Entre outras causas pode-se apontar também a "diluição" da profissão e, certamente, a expansão da internet e das redes sociais, o que pode ser equiparado a uma explosão informativa real. Embora as notícias falsas existissem bem desde o início da



radiodifusão, a diferença consiste na velocidade da sua produção e da difusão. Quem quer não atrasar nesta corrida, tem que ser muito rápido e os leitores participam um a outro artigos apócrifos sem sequer lê-los. O nível de informação das pessoas vem baixando, pois a única fonte de informação são redes sociais. Muitas pessoas são simplesmente incapazes de sentir a diferença entre a verdade e a mentira. Por exemplo, de acordo com uma sondagem recente da Universidade de Stanford a maioria dos estudantes “morde a isca” de notícias falsas¹.

É pouco provável que o tema de notícias falsas estaria no primeiro plano se não fosse a vitória de D. Trump que tinha “metido no chinelo” o mundo liberal do Ocidente. E se não fosse, é claro, a guerra de informação que se trava não somente ao nível político global, mas também penetra no nosso dia-a-dia. O agravamento de contradições entre a Rússia e o Ocidente fez com que este fenômeno atingisse o seu apogeu. Estamos agora na etapa em que a responsabilidade por todos os problemas da elite liberal do Ocidente é atribuída a V.V. Putin que venceu na guerra invisível e conseguiu atemorizar o inimigo internamente. Afirma-se que o Kremlin tinha ganho para D. Trump as eleições roubando os dados, publicando seletivamente a informação obtida por hackers, forjando e divulgando notícias falsas e formando um exército de “trolls” que perturbam a opinião pública ocidental a fim de eliminar depois mediante um processo simples e fácil a União Europeia. O Parlamento Europeu equiparou Moscou ao Estado Islâmico tendo adotado um plano de ação com vista a neutralizar a “propaganda russa”. A radioemissora “Europa Livre”, cujo quartel-general se encontra em Praga, deu início ao programa de emissões em russo transmitidas durante 24 horas via cabo, através de satélites e por canais digitais. A emissora é financiada pelo congresso americano. Naturalmente, neste caso não se trata da propaganda, mas apenas da difusão de “notícias verídicas” que servem de contrapeso para a desinformação. O governo alemão também declarou guerra à “influência informativa russa” tendo



criado por isso a “unidade especial de Praga”. No caso da derrota de A. Merkel a mídia pró-ocidental iria atribuir este evento à “mão de Moscou”, o mesmo seria no caso da vitória de M. Le Pen. E. Makron jogou a “cartada russa” durante a campanha pré-eleitoral na França barrando a companhias mediáticas “RT” e “Sputnik” acesso à atividade do seu quartel-general (agiu de acordo com o ditado, “Deus ajuda aqueles que ajudam a si mesmo”). Depois das eleições na Alemanha os órgãos da mídia pertencentes ao “mainstream” discutiam um único tema: por que Putin não pôs em ação o exército de trolls e de hackers. Todos estes esforços provocam sorriso. Em breve deixaremos de ficar surpresos, caso o Kremlin for acusado da duração demasiada do inverno ou da derrota de time de futebol predileto.

Ao mesmo tempo, todos preferem passar em silêncio o fato de que na realidade a “RT” é cópia da “Voz da América” ou da “Deutsche Welle” e que ao contrário de muitos portais de notícias, que difundem efetivamente notícias falsas, apenas reflete a situação real vista sob o ângulo russo. A notícia sobre a detenção no ano passado de um inglês que tinha cometido o ataque “hacker” contra a “Deutsche Telecom” foi calada propositadamente, pois representa, na realidade, um contra-argumento ponderável que desmancha todas as acusações de que os ataques de internet fossem inspirados por Moscou. A imprensa anglo-saxônica, que se apresenta como objetiva e verídica, não para de “bater na tecla” da política do Kremlin que teria supostamente por objetivo a partição da Europa, mas prefere não citar a declaração de um embaixador americano, designado há pouco para um dos países da Europa, de que Washington não está mais interessada na atual forma da integração europeia e visa o desenvolvimento de relações bilaterais com os países europeus. Afigura-se surpreendente o fato de que Berlim ou Paris fazem alarde por causa de qualquer informação divulgada pelo recurso midiático “Sputnik News”, enquanto que os portais de notícias franceses e alemães da companhia americana “Breitbart” não se



dão ao trabalho de apresentar provas. Pode-se continuar esta sequência infinitamente. Um exemplo é a crítica feita num dos artigos do periódico alemão "Der Spiegel" ao ministro do exterior da Alemanha G. Sigmar por causa da entrevista concedida à "RT"².

Não esqueçamos os mercenários da guerra de (des)informação no ciberespaço – os "trolls". Trata-se de um fenômeno amplamente difundido, embora a imprensa ocidental tenha concentrado atenções no exército de trolls de V.V. Putin. Talvez porque isso seja algo novo. E já esqueceram os seus próprios trolls? Ou é proibido escrever sobre isso? De acordo com a opinião dos "bem informados", os serviços de segurança russos formaram ainda em princípios dos anos 2000 grupos de comentaristas. Mais tarde a mídia começou a publicar provas. Desta maneira em 2013 um grupo de hackers publicou dados de que na Agência de Pesquisas da Internet de Petersburgo trabalhavam mais de seiscentas pessoas, cuja missão básica consistia em escrever comentários. Este grupo inclui também bloguistas responsáveis por seis contas no "facebook", que publicam diariamente uma média de três "posts". Há pouco transpirou a informação sobre a atividade da chamada "fábrica de trolls". Afirma-se que os perfis e comunidades, criados por trolls, teriam seis milhões de assinantes. Devido à propaganda e à recolocação de posts os materiais dos trolls abrangeram, por exemplo, em setembro de 2016, cerca de 20 – 30 milhões de pessoas. Publicam-se montes de documentos sobre os hackers russos que "teriam assegurado a vitória de D. Trump". Certamente, eles existem, da mesma maneira que em outros países. O momento interessante disso é o seguinte: enquanto agora tudo é atribuído aos russos, o romeno Lazăr Marcel, conhecido como "Guccifer", que tinha violado os códigos de eminentes políticos americanos e publicado a sua correspondência, foi parar na prisão. O tribunal federal de Alexandria (estado de Virgínia) condenou-o a 52 meses de prisão³.

Na China o número de comentaristas pagos já chega a dois milhões e eles têm, inclusive, um nome próprio – "partido de



50 centavos". Este nome reflete o fato de que os participantes de fórum de internet recebem 50 centavos por cada post ou comentário. Em abril deste ano os pesquisadores da Universidade de Harvard fizeram uma descoberta interessante⁴. Eles estudaram 43 800 comentários do partido situacionista e tiraram a conclusão de que 99,3% deles tinham sido escritos por funcionários de instituições governamentais. Eles iniciam a sua atividade nos períodos de alta sensibilidade política, por exemplo, durante as reuniões do partido comunista, na época de tumultos ou, inclusive, nos dias de festa. De acordo com os dados desta pesquisa, no segmento chinês da internet nascem 488 milhões de informações propagandísticas por ano. Os toques nos teclados dos trolls ucranianos soam na Europa um pouco mais baixo, pois eles estão concentrados, em primeiro lugar, no conflito russo-ucraniano. Inicialmente a luta era travada por meio de portais de desinformação, mas em 2015 o Ministério da Política de Informação da Ucrânia criou o seu próprio exército de trolls encarregado de "difundir a verdade". Foi nesta época que os hackers de "maidan" atemorizavam os cidadãos de grandes cidades da Rússia com informações sobre bombas instaladas. Por alguma razão estas informações não provocavam indignação do "mainstream" mediático do Ocidente. Em Israel os trolls também são utilizados ativamente a fim de divulgar notícias positivas e para a interpretação "correta" da política pró-governamental e da questão palestina. "Precisamos unir esforços a fim de explicar que temos o legítimo direito de estar neste território, em Israel", foi assim que o político israelita Dov Lipman explicou há quatro anos a necessidade de criação deste grupo na sua entrevista ao periódico "The Jerusalem Post"⁵. O chefe do governo turco R.T. Erdoğan também não desdenha a utilização deste instrumento. O seu partido – "Partido da Verdade e do Desenvolvimento" – reagiu a tumultos oposicionistas de 2013 com a criação de uma unidade de seis mil homens que trabalham nas redes sociais. Este grupo foi denominado "Nova Entidade Digital da Turquia". Da



mesma maneira, H. Clinton ficou cansada de saber no decurso da corrida pré-eleitoral que se publicava muita informação negativa a seu respeito e destinou, na qualidade de golpe de resposta, um milhão de dólares para o respectivo trabalho informativo. Aliás, esta notícia não chegou a correr o mundo. Não se trata, indubitavelmente, apenas de adolescentes entediados – nesta esfera estão ocupados jornalistas, bloguistas, especialistas em PR (relações públicas) e designers.

O essencial é que o a atividade “benéfica” dos trolls, relacionada à política ou que “apenas” estraga a comunicação cotidiana, torna evidente que para todos que consideravam outrora o surgimento da internet como uma manifestação da democracia na sua forma pura chegou a hora de desiludir-se. Apareceram rapidamente pessoas interessadas em interromper o diálogo explícito e os políticos descobriram imediatamente possibilidades para manipulações.

Todos estes exemplos demonstram que existem trolls bons e maus, existe a propaganda e a verdade. Tudo depende do ponto a partir do qual vemos os eventos. A eclosão de cólera com a “propaganda russa” surgiu porque a elite liberal dos EUA não pode admitir o fato de que Moscou se põe novamente de pé. Kremlin entendeu, embora com atraso enorme, a importância da chamada força suave. E isso não se reduz exclusivamente a Puchkin, Dostoievsky, Tchaikovsky, “Shnur”, Issinbaieva e à popularização da língua russa. Os russos, da mesma forma que outras nações, têm os seus trolls e hackers. O que afeta mais de tudo os adversários de Moscou é o fato de que os canais russos, que oferecem a interpretação alternativa e, que funcionam, da mesma maneira que a CNN no mundo inteiro e ganham popularidade cada vez maior, conquistaram aos EUA o monopólio na esfera de informação. A China também se incorporou nesta luta; novos canais de informação, diferentes dos de “mainstream”, surgem no Próximo Oriente; é possível que a União Europeia também obtenha, nem que seja devagar, a sua própria voz.



Por enquanto, apenas a Europa Central mudou de retórica renunciando a tendências euro-atlânticas, liberais e pró-ocidentais. Todavia, mesmo esta voz nova, que falha frequentemente e viola de vez em quando as leis profissionais, pois representa uma alternativa, destaca-se de uma forma brusca do coro comum. O quadro geral é mesmo que na geopolítica. A Rússia retornou realmente para a fileira de superpotências globais, copiando em muitos planos os instrumentos dos antigos competidores, e violou desta maneira o monopólio do Ocidente. A Rússia, da mesma maneira que qualquer superpotência, quer participar dos processos internacionais. Isso viola os interesses de outras potências. O Ocidente não fala em voz alta destes interesses, alegando certos valores, que ele próprio menospreza. “Esta é uma questão de seleção dos valores. Não quero afirmar que os EUA e a Europa fazem tudo bem, mas não posso ser pragmático a ponto de aceitar tudo que vem da Rússia. Na política externa trata-se indubitavelmente dos interesses das partes, mas é preciso interpretar isso como um combate de pugilistas. Os golpes são assestados dentro do ringue, às vezes estes golpes são muito fortes, mas o ringue está limitado pelos valores. A questão básica é se muda ou não o contorno do ringue?”, foi assim que o perito húngaro na política de segurança formulou a concepção adotada geralmente no Ocidente⁶. Além disso, as superpotências obedecem a uma certa classificação (ou rating), em que a Rússia está em terceiro lugar depois dos EUA e da China. Muitas pessoas consideram que esta posição de Moscou está abaixo do índice da sua atividade. Não lhes agrada que a Rússia, cujo PIB no presente momento é equivalente ao da Espanha, ostenta resultados que superam as suas forças. Outro fator que choca os concorrentes de Moscou é que durante os dois últimos anos a política externa tradicionalmente refletória da Rússia demonstrou criatividade muito mais alta do que a política externa de outros grandes jogadores. Os êxitos geopolíticos – Ucrânia, Crimeia, Síria, etc.- impedem a realização dos interesses do Ocidente



e a visão do mundo sob outro ângulo perturba a sensação, já habitual, de conforto e por isso resulta imperdoável. Precisamente por isso o Ocidente procura desvalorizar tudo que Moscou diz, estigmatizando todas as suas comunicações sem exceção como propaganda. Todos “batem na tecla” da desinformação, enquanto que Moscou apenas procura lançar luz sobre os acontecimentos sob um ângulo diferente. E uma vez que vivemos no mundo em que a interpretação tem uma importância primordial, aos olhos do Ocidente esta atitude é imperdoável.

O maior problema consiste no fato de que esta atitude desvia a atenção das verdadeiras causas. Enquanto os políticos, desde H. Clinton e D. Trump até A. Merkel, qualificam de falsa toda a informação inconveniente, na realidade a maioria das notícias adulteradas tem como base, a par de razões profissionais, também o dinheiro. O vulgo “morde a isca” em forma de coisas mais sujas, aumentando desta maneira os lucros proporcionados pela propaganda. Na esperança de obter este lucro o ramo passou a difundir notícias adulteradas. Uma grande parte de canais, pertencentes ao “mainstream”, adapta-se em busca desta “isca” à demanda relegando amiúde a ética profissional e dando preferência a temas que atraem os leitores. As questões comerciais aparecem em manchetes garrafais e amiúde evidentemente falsas, fazendo recuar cada vez mais o limiar de excitação do leitor e abaixando cada vez mais a qualidade do material. Além da alteração dos hábitos de consumo da informação, o que foi refletido de uma forma especialmente patente pela campanha pré-eleitoral americana, a mídia “mainstream” combate a crise de confiança. No espaço mediático deformado isto também leva o leitor para as páginas dos portais que difundem notícias falsas. É preciso simplesmente deixar de surpreender-se com o fato de que nesta balbúrdia a política também encontra as suas opções.

Pode-se concluir, finalizando, que o jornalismo enfrenta desafios enormes no mundo inteiro. Numa das conferências, promovida em Budapeste, em que se discutiam as questões



da mídia, foi constatado que os magnatas midiáticos “Google” e “Facebook” assumem cada vez mais o papel de editoras tradicionais, estabelecendo ligação direta com os leitores e entre os leitores⁷. Tudo isso gera um tipo novo de concorrência em relação à imprensa tradicional. De acordo com uma pesquisa da opinião pública, efetuada na Hungria pela “YouGov”, 68% dos respondentes utilizam na qualidade da fonte de notícias a mídia social, 74%, a televisão, 24%, rádio e 20%, veículos da mídia impressa⁸. O surgimento da mídia social na qualidade da fonte de informação básica representa um problema, dado que as suas páginas são fonte primária das notícias falsificadas e veículos da sua difusão. A substituição de recursos humanos por meios automatizados atingiu também o jornalismo – os redatores são substituídos cada vez mais frequentemente por algoritmos. Isto se deve em parte ao fato de que as notícias “Clickbait” gozam da popularidade entre os usuários do online devido a vantagens comerciais. Esta tendência contribui em grande parte para a difusão de notícias falsas ou semiverídicas. A alteração da área informativa do online gerou o conceito de “câmara de eco” (“echo chambre”), o que representa o maior paradoxo da mídia social: a comunidade é criada de tal maneira que acaba por isolar e alienar. Uma questão a debater: o que são as plataformas sociais da internet sob o ponto de vista da responsabilidade jurídica. Seriam companhias midiáticas ou companhias “IT” (isto é, de tecnologias de informação)? A gravidade da questão consiste em que as gigantescas plataformas, que representam fontes primárias de informação num número cada vez maior de países, podem permanecer irreguláveis, isto é, em caso de algum delito a responsabilidade será mínima. Esta questão não resolvida também gera uma situação desvantajosa para a mídia tradicional.

Na pesquisa, preparada para a conferência acima mencionada, diz-se que um sem número de materiais de alcance geral, assim



como os novos métodos de difusão de notícias acarretam uma crise de confiança em relação ao jornalismo⁹. Além do acima exposto existem também outros fatores que exercem influência nociva sobre o jornalismo na esfera de online. O fato de que qualquer pessoa pode tornar-se jornalista debilita consideravelmente tanto a imprensa, como a sua reputação de informador fidedigno e primacial. O jornalismo e o seu papel de “controlador” já não é tão socialmente reconhecido e legítimo, como era antes do surgimento do meio informativo de online. A situação da imprensa é agravada ainda mais pela influência sensível da crise econômica de 2008 – 2009, que acarretou a debilitação econômica do mercado midiático na maioria dos países, a liquidação de um sem número de companhias e o desemprego entre os jornalistas. Nas redações, que lutam pela sua existência, o jornalismo de boa qualidade é relegado para o segundo plano, visto que a exposição fundamentada, objetiva e ponderada de notícias não garante um círculo estável de leitores e, por isso, resulta algo sem importância aos olhos de proprietários. Embora a difusão de notícias falsas não seja um fenômeno novo, ele jamais foi alvo de tamanhas atenções como no período antes e depois das eleições americanas de 2016. De acordo com o relatório da agência Reuters de 2017, a confiança em relação à mídia depende muito da difusão e influência de notícias falsificadas. Ao mesmo tempo, em opinião dos seus autores, a causa principal da diminuição da confiança em relação à mídia é a polarização política profunda e a prevenção política dos jogadores da esfera midiática do “mainstream” e não é absolutamente um resultado do excesso de notícias falsificadas.

Não há nada de novo debaixo do sol. Foi a política que nos ajudou somente agora a abrir com surpresa olhos para o desenrolar dos acontecimentos. Ao mesmo tempo o filósofo francês G. Debord ainda em meados da década de 60 do século XX descreveu com precisão no seu livro “Sociedade do espetáculo” as relações sócio-comunicativas do futuro¹⁰.



G. Debord formulava: "Se o mundo está virado de cabeça para baixo, a verdade passa a ser nele mentira. As imagens, apartadas de diversos aspectos da vida, agora se fundiram numa torrente fervilhante única em que já não se pode restabelecer a antiga unidade da vida. A realidade, analisada por partes, afigura-se para nós já na qualidade da sua própria integridade, em forma de um pseudomundo autônomo especial, a que se pode apenas contemplar. Todas as imagens do mundo em redor reuniram-se no universo autônomo de imagens, impregnado totalmente de mentira jactanciosa. De um modo geral, um espetáculo, como negação concreta da vida, é movimento autônomo de algo não vivo. Um espetáculo é um raciocínio infinito, é uma ode da ordem em vigor sobre si própria, é o seu monólogo laudativo. É autorretrato do poder na época de gestão totalitária das condições de existência. Mas um espetáculo não é produto indispensável do desenvolvimento técnico, considerado, como é natural, como desenvolvimento natural. Pelo contrário: a sociedade do espetáculo é forma que escolhe, ela própria, o seu conteúdo técnico". Este "espetáculo" com a nossa participação continua desde os fins da década de 1980 e hoje atingiu o seu apogeu. Neste mundo além do limiar da verdade é mais importante aquilo que a imprensa informa e não a própria verdade, aí se torna cada vez mais diluído o limite entre a verdade e a mentira.

-
1. Fiona Macdonald: Bad News: 80% of Students Can't Tell The Difference Between Real And Fake News 2016. dec. 7. <http://www.sciencealert.com/bad-news-study-finds-80-of-students-can-t-tell-the-difference-between-real-and-fake-news>
 2. Der Spiegel befragt Sigmar Gabriel über sein „umstrittenes“ Interview beim russischen Propagandainstrument Deutsch RT <http://www.spiegel.de/politik/deutschland/sigmar-gabriel-gibt-angela-merkel-mitschuld-am-aufkommen-der-afd-a-1167451.html>



3. Letöltendőt kapott Amerikában a hírhedt román hacker <https://kronika.ro/kulfold/letoltendot-kapott-amerikaban-a-hirhedt-roman-hacker/print>)
4. How the Chinese Government Fabricates Social Media Posts for Strategic Distraction, not Engaged Argument. Gary King, Jennifer Pan, Margaret E. Roberts. April 9, 2017 <http://gking.harvard.edu/files/gking/files/50c.pdf>
5. Invasion of the troll armies: 'Social media where the war goes on... <https://www.theguardian.com › Media › Social media>
6. „Egyik hatalom sem akar világháborút” Interjú Tálás Péterrel <https://mno.hu/hetvegimagazin/talas-peter-egyik-nagyhatalom-sem-akar-vilaghaborut-1383390>
7. A média és a politika új viszonya Magyarországon Friedrich Ebert Stiftung, Political Capital 2017. okt. 4.
8. „Reuters Institute Digital News Report 2017”
9. Szicherle Patrik, Wessenauer Veszna: A média és a politika új viszonya Magyarországon http://www.politicalcapital.hu/pc-admin/source/documents/FES_PC_A_media_es_a_politika_uj_kapcsolata%20_171004.pdf
10. Guy Debord: La société du spectacle Buchet-Castel 1967.

Palavras-chaves : segurança informativa, realidade informativa paralela, pós-verdade, Internet.



MUÇULMANOS EUROPEUS: QUESTÕES DIFÍCEIS DA IDENTIDADE

A crise de migração, que a Europa deparou em meados da década de 2010, e ataques terroristas, cometidos por extremistas religiosamente motivados nos territórios de vários países europeus, agravaram os problemas relacionados aos muçulmanos europeus, que, aliás, existiam mesmo antes disso. Estes fenômenos fazem dedicar uma atenção especial a relações nada simples entre a Europa e o mundo islâmico. Estas relações têm numerosos aspectos – demográfico, migratório, cultural, político, ideológico, socioeconômico, etc., cuja análise nos limites de um artigo pode ser apenas superficial.

Novos problemas antigos

As relações entre a Europa e o mundo islâmico já contam muitos séculos, mas na segunda metade do século XX – princípios do século XXI, na época da globalização, elas adquiriram um caráter qualitativamente novo.

**ANDREI
YASHLAVSKI**



Colaborador científico sênior
do Instituto de Economia
Internacional e de Relações
Internacionais da Academia de
Ciências da Rússia, mestre em
ciências políticas

dossier@mail.ru



A Europa sofre transformação profunda no mundo em fase de globalização. Durante o último século a identificação estereotipada da Europa com o cristianismo sofreu um abalo sensível, o que se deve em grande parte ao crescimento de tendências laicas e, na mesma medida, a mudanças demográficas, cuja base tinham sido processos migratórios. A globalização provocou vasto deslocamento de pessoas das antigas colônias para metrópoles. Os países europeus, considerados tradicionalmente multinacionais ou binacionais, tornaram-se de há muito poliétnicos. As incessantes ondas de imigrantes que se mudam legal ou ilegalmente dos países da África, Próximo Oriente e Ásia para a Europa em busca de uma vida melhor se não para si próprios, pelo menos, para os seus filhos, alteraram o aspecto étnico, confessional e cultural da Europa. Nestes processos delinea-se cada vez mais claramente o papel dos muçulmanos, para os quais a Europa se torna o lar.

Não existem dados exatos sobre o número de muçulmanos que vivem na Europa. O pesquisador francês O. Roy constata: “Em primeiro lugar, isto se deve a razões relacionadas à dificuldade de definir, quem é que deve ser considerado muçulmano; em segundo lugar, devido à recusa do sistema jurídico europeu de registrar a raça e a religião nos materiais e documentos de recenseamento. O critério do país de origem não é mais relevante na qualidade do meio de definição do número de muçulmanos visto que a maioria deles, pelo menos na França e na Grã-Bretanha, têm cidadania europeia”¹.

De acordo com os dados do Instituto Islâmico Central de Arquivos da Alemanha, em 2007 o número total de muçulmanos na Europa beirava 53 milhões de pessoas; 16 milhões deles viviam nos países-membros da União Europeia². De acordo com outros dados, o número de muçulmanos nos países-membros da União Europeia estimava-se nos limites de 13- 25 milhões – isto é, cerca de 3-5% da população desta União³. Mas estes números necessitam da correção, pois é preciso levar em conta a onda de refugiados e de migrantes que se mudaram para a Europa na década de 2010.



A população muçulmana dos países da Europa Ocidental é representada por indivíduos provenientes do mundo muçulmano que tinham chegado para a Europa a partir da década de 1950. Esta afluência devia-se em grande parte (mas não exclusivamente) aos processos de descolonização. Uma grande parte de imigrantes muçulmanos chegou (e continua a chegar) para os países europeus na qualidade de refugiados. A maioria esmagadora dos migrantes que chegaram para a Europa dos países do “terceiro mundo” no período de 2000 a 2010 são precisamente muçulmanos provenientes da Síria, Iraque, Afeganistão e dos outros países da Ásia e da África.

A imigração em massa para a Europa Ocidental, que tinha começado em fins da década de 1950, atingiu o seu cume aproximadamente em 1970 e jamais cessou, apesar das medidas restritivas da legislação. O. Roy ressalta que quanto a razões históricas e geográficas, a maioria dos imigrantes eram muçulmanos: os migrantes oriundos do norte, do centro e da parte ocidental da África estabeleceram-se na França e na Bélgica; os migrantes procedentes do sul da Ásia, na Grã-Bretanha; os turcos, na Alemanha, Holanda e na parte germanófona da Suíça. Todavia, o quadro real foi muito mais complicado. Por exemplo, os turcos estabeleciam-se também na parte leste da França, na Flandres e os marroquinos, na Bélgica e na Holanda.

Na década de 1990 a Espanha e a Itália também enfrentaram seriamente o problema de imigração. “O agravamento das regras de migração fez com que muitos trabalhadores migrantes preferissem não retornar, ao contrário do que pretendiam anteriormente, para a sua terra natal, mas resolveram ficar nos países europeus e trouxeram para lá as suas famílias. Milhões de representantes da segunda geração de muçulmanos nasceram na Europa. Em alguns países (como, por exemplo, a França) eles obtinham quase automaticamente a cidadania quando chegavam à maioria, em outros (Alemanha, Dinamarca, Suíça) deviam passar por um processo específico e complicado de naturalização”⁴.



De acordo com diversos prognósticos, nos próximos anos a parcela de muçulmanos na Europa vai crescer substancialmente tendo como pano de fundo o envelhecimento da maioria da população da França, Alemanha, Grã-Bretanha e dos outros países. De acordo com as estimativas de Ph. Jenkins, professor da Universidade do Estado da Pensilvânia, no ano 2100 os muçulmanos chegarão a constituir cerca de 25% da população da Europa⁵.

Convém assinalar que no mapa da Europa (sem falar do espaço pós-soviético) surgiram países em que a maioria esmagadora ou uma grande parte da população professa o islão – Bósnia e Herzegovina, Albânia, assim como o Território de Kosovo (República de Kosovo), que tinha sido reconhecido pela maioria dos países europeus como Estado independente.

Seja como for, mas a inconsistência da antiga percepção da Europa na qualidade do “baluarte do mundo cristão” torna-se cada vez mais evidente. A Europa passa a ser uma região autenticamente policonfessional, em que o islão ocupa o seu lugar, na qualidade de uma religião reconhecida, a par de confissões cristãs tradicionais e o judaísmo. À luz disso é característica a declaração do Presidente Federal da Alemanha C. Wulf proferida em outubro de 2010 na cerimônia solene por ocasião do vigésimo aniversário da unificação do país: “O cristianismo é, indubitavelmente, uma parte da Alemanha. O judaísmo é, indubitavelmente, uma parte da Alemanha. É a nossa história judaico-cristã. Mas hoje o islão também se tornou uma parte da Alemanha”.

Cinco anos depois a chanceler A. Merkel solidarizou-se com esta declaração fazendo lembrar que muitos dos cerca de quatro milhões de muçulmanos que vivem na Alemanha professam a sua religião, nos estabelecimentos de ensino é lecionada a ciência da religião, existem cátedras de teologia islâmica, etc.⁶ Todavia, é igualmente característica a reação à declaração de C. Wulf por parte do eminente publicista alemão R. Jordano: na sua carta aberta ao presidente da República Federativa da Alemanha ele submeteu à crítica acirrada esta declaração do chefe do Estado



alemão. Na opinião de Jordano, a política de migração irrefletida das autoridades da Alemanha faz com que os migrantes-portadores de valores “arcaicos” e do pensamento destituído do hábito de reflexão e de autocrítica comecem a ameaçar o Estado democrático, cuja história assenta na cultura cristã, o que lhe tinha assegurado a realização de um salto qualitativo na evolução civilizacional⁷.

Contatos e conflitos

O crescimento do número de muçulmanos na Europa, o que resulta também no crescimento do seu papel na vida sociopolítica do continente, exhibe novos desafios.

De um modo geral, os muçulmanos continuam sendo uma minoria religiosa da Europa. E respectivamente, o problema de relações entre a maioria, representada pela população autóctone dos países europeus, e a minoria (os imigrantes e/ou os seus descendentes) existe, adquirindo diversas dimensões. R. Pauly, autor do livro “Islão na Europa: integração ou marginalização?” escreve sobre o “divisor de águas social fundamental entre os segmentos cristão e muçulmano da população” na Europa Ocidental moderna: “Estas delimitações, que tinham se originado, por sua vez, nas diferenças religiosas, assim como, étnicas, raciais e socioeconômicas, dispõem os representantes da maioria, constituída por nativos, contra os grupos da minoria não europeia”⁸.

Não se deve reduzir estas relações a um aspecto puramente religioso. O estado de sobreaviso de muitos habitantes da Europa Ocidental em relação aos seus novos vizinhos é imposto não somente pela prevenção em relação ao islão. Pode-se afirmar que às vezes os cristãos, oriundos dos países menos sortudos no plano socioeconômico da Europa Oriental, suscitam em muitos habitantes da Europa Ocidental sentimentos pouco diferentes dos que eles nutrem em relação aos indivíduos oriundos do Norte da África ou do Sul da Ásia.



Todavia seria incorreto negar a existência nas sociedades da Europa Ocidental de tendências, próximas da islamofobia. Alguns pesquisadores encaram a islamofobia como uma forma nova do racismo na Europa apontando que na imprensa aparecem expressões como “terrorismo islâmico”, “islão violento”, etc. Diversas pesquisas realizadas nos últimos anos comprovam que na Europa aumentou o número de manifestações xenófobas (incluindo a intolerância em relação ao islão) que têm diversos matizes – desde o quotidiano até o político, desde o latente até o extremista.

É indubitável que o afluxo em massa de migrantes e de refugiados, que vêm basicamente dos países do mundo muçulmano, intensificou as tendências xenófobas e as posições dos que utilizam estas tendências. Um fator que contribuiu ainda mais para a intensificação de tendências xenófobas foram atos de terror (o ataque contra a redação do semanário “Charlie Hebdo”, a carnificina de novembro de 2015 em Paris, os atos de terror na capital belga em março de 2016, atos de terror com ajuda de automóveis em Nice e em Berlin em 2016, etc.), que tinham sido perpetrados por representantes de células jihadistas radicais, ligadas, em particular, ao grupo terrorista “Estado Islâmico”.*

Pode-se afirmar sem incorrer em exagero que a islamofobia tem adquirido nos países europeus os traços de uma ideologia política expressa, da ideologia que é mais inerente para as forças políticas marginais. Em praticamente todos os países europeus funcionam partidos políticos com matiz mais ou menos expresso de radicalismo que lutam contra a imigração, em primeiro lugar, contra a imigração dos países islâmicos (“Frente Nacional” na França, “Interesse Flamengo” na Bélgica, o partido “Democratas Suecos”, etc.).

Na Alemanha uma discussão acirrada sobre a “ameaça islâmica” acalorou-se depois da saída em 2010 do livro de T. Sarrazin “Alemanha: autoliquidação”. O seu autor tira a conclusão de que a cultura tradicional da Alemanha enfraquece e desaparece sob a pressão do grande número de migrantes que vieram para

* “Estado Islâmico” (EIIS) é um grupo terrorista, proibido na Rússia.



a República Federal da Alemanha dos países tradicionalmente muçulmanos e se recusam a integrar-se na sociedade que os tinha acolhido. Nos seus prognósticos pessimistas T. Sarrazin pinta o quadro da Alemanha de um futuro próximo. Afirma que “a partir de 2030 em muitas grandes cidades a maioria da população será muçulmana e em 2050 mais da metade dos prefeitos terão uma história de migração turca, árabe ou africana”⁹.

A direção da República Federal da Alemanha condenou a posição de Sarrazin. Todavia numerosas pesquisas da opinião pública demonstraram que as suas concepções gozam da popularidade entre a gente simples da Alemanha. Além disso, o aumento brusco do afluxo de migrantes dos países muçulmanos na década de 2010 resultou na intensificação da atividade do movimento “Europeus Patrióticos contra a Islamização do Ocidente” (PEGIDA), criado em 2014, em Dresda. A retórica anti-islâmica caracteriza também o partido “Alternativa para a Alemanha” (AfD) que declarou no seu congresso em maio de 2016 que o “islão não é uma parte da Alemanha” e pronunciou-se a favor da proibição da construção de minaretes na República Federal da Alemanha e contra vestes femininas muçulmanas que encobrem o rosto. Antes disso, em abril de 2016, a vice-presidente do partido Beatrix von Storch qualificou o islão como “ideologia política incompatível com a Constituição”¹⁰. É difícil de afirmar que os dois partidos pertençam ao “mainstream” político da Alemanha, mas não se pode deixar de reconhecer que a sua retórica tem tido repercussão entre um grande número de cidadãos alemães.

As pesquisas da opinião pública revelam que na vida real as relações interconfessionais (e, em particular, a atitude para com o islão) na Europa Ocidental estão longe do ideal politicamente correto. Por exemplo, os resultados da pesquisa da opinião pública, realizada em fevereiro de 2017 pelo centro analítico “Chatham House” em dez países europeus, revelaram que 55% dos interrogados estavam de acordo com a afirmação de que era preciso acabar com a migração dos países muçulmanos para a Europa e apenas 20% exprimiram uma opinião oposta. Mais



25% dos respondentes declararam que não tinham uma opinião formada. O maior número de adversários da vinda de migrantes muçulmanos foi registrado entre os habitantes da Polônia (71%), da Áustria (65%), da Hungria (64%), da Bélgica (64%) e da França (61%)¹¹.

Os atuais chavões que existem na consciência dos europeus a respeito do islão foram gerados, por um lado, pela realidade, no quadro da qual se realiza o contato (que não chega, todavia, ao grau de entendimento mútuo) entre os representantes de diversas culturas e religiões. Por outro lado, os conceitos falsos do Ocidente sobre o islão remontam para a profundidade dos séculos, da mesma maneira, aliás, que os conceitos deturpados sobre o Ocidente que vigoram no mundo muçulmano.

O crescimento do papel da comunidade islâmica nos países europeus resulta em muitas mudanças, incluindo a reconsideração pelos próprios europeus dos princípios básicos da civilização ocidental. O orgulho com que o Ocidente exhibe a liberdade da palavra e da expressão, cultivada aí, resulta duvidoso quando esta liberdade passa a ser uma pedra de tropeço. E, de um modo geral, onde é que acaba a liberdade da palavra e começa a transição para uma retórica misantrópica e provocadora e para a estimulação de diversas "fobias"? Será que o enaltecimento aberto de terroristas que atuam sob a bandeira da religião é liberdade da palavra? Ou manifestações, insultuosas na sua essência, e caricaturas que insultam valores religiosos? Como se pode harmonizar com os valores ocidentais as ameaças aos críticos do islão que se ouvem no coração da Europa?

Semelhantes exemplos de desconformidades são bastante numerosos. Pode-se recordar a história de Salman Rushdie, autor do livro escandaloso "Os versos satânicos", que se viu forçado a viver na clandestinidade sob a proteção de serviços secretos para se salvar da vingança por parte dos fanáticos religiosos, ou o diretor-realizador Theo Van Gogh, assassinado na Neerlândia pelo muçulmano holandês Mohammed Bueiri (2004). Neste contexto teve uma grande importância o "escândalo de caricatura", que



tinha eclodido depois da publicação em 2005 da caricatura do profeta Maomé no jornal dinamarquês "Jyllands-Posten".

Numa certa medida a tentativa provocadora dos jornalistas escandinavos de defender a liberdade da palavra e a liberdade da imprensa como um dos principais pilares da democracia europeia ocidental provocou reação furiosa por parte dos muçulmanos do mundo inteiro acarretando a realização de concorridas manifestações e de ataques contra as embaixadas dos países escandinavos. Em certa medida o escândalo em torno das caricaturas virou não somente um "exame do exercício consciente da condição de cidadão" por parte da minoria muçulmana na Dinamarca, mas também um teste da fidelidade da sociedade dinamarquesa a suas tradições. O acordo compromissório sobre a regularização do conflito entre o jornal dinamarquês "Politiken", que tinha reimprimido as caricaturas, e as organizações, que representavam os descendentes do profeta Maomé, provocou repulsa brusca por parte da mídia dinamarquesa que por pouco não qualificou este compromisso como traição da causa de luta pela liberdade da palavra, tida como base da democracia.

O princípio de liberdade da consciência também foi testado no ponto em que colidem os princípios do Estado laico, as manifestações externas da religiosidade, as tradições locais e as tradições dos imigrantes. Em 2009 na Suíça foi posta em vigor a interdição de construir minaretes, o que foi avaliado por muitas pessoas como violação da liberdade religiosa dos muçulmanos suíços. Da mesma maneira é avaliada a interdição, decretada na Bélgica, de usar burca nos logradouros públicos, assim como medidas análogas na França.

Em julho de 2010 a câmara baixa do Parlamento Frances aprovou o projeto de lei que proibia a mulheres usar a burca nos logradouros públicos na França. Este projeto de lei era considerado pedra angular da estratégia de N. Sarkozy na questão de integração dos imigrantes, por meio da qual a direção do país tentou prevenir a repetição de desordens em massa nos subúrbios de Paris. Embora os autores do documento não colocassem tônica precisamente nas



vestes muçulmanas, mas assinalaram que “ninguém pode usar nos logradouros públicos vestes destinadas a encobrir o rosto”, esta claro que a lei visava precisamente a população muçulmana.

Por um lado, os promotores da lei consideravam que o uso das vestes que encobrem o rosto das mulheres é menosprezo dos valores tradicionais da república e ameaça aos direitos das mulheres e ao caráter laico do Estado. Por outro lado, surgiu a opinião de que esta lei contrariava os princípios constitucionais, em particular, a liberdade de profissão da fé. É pouco provável que o problema de proibição do uso da burca nos logradouros públicos tenha uma dimensão estritamente europeia ou ocidental: basta recordar que na Turquia muçulmana o fervor dos partidários do modo de vida laico no tocante à proibição de vestes religiosas tradicionais é tão grande como na Bélgica e na França.

Uma outra esfera conflituosa nas relações entre os imigrantes – muçulmanos e a sua nova pátria europeia é o problema de correlação entre a lei islâmica e as leis pan-europeias e nacionais. É característico que em alguns países as organizações muçulmanas reclamam a aplicação das leis do xariá, em particular, nas esferas de sucessão hereditária, de casamento e de divórcio.

Nas comunidades de pessoas procedentes da Ásia e do Próximo Oriente são perpetrados periodicamente os chamados “homicídios de honra” das mulheres que estão alheias ao fundamentalismo islâmico e acreditaram seriamente nos valores da sociedade europeia atual. Este fator não contribui de forma alguma para o crescimento do entendimento mútuo entre a população nativa que compartilha dos valores cristãos (ou, melhor, ocidentais) e os imigrantes muçulmanos.

Problemas de autoidentificação

Um dos problemas suscitados pelo crescimento da população muçulmana na Europa está relacionado a questões de identificação e de autoidentificação. Note-se que este problema toca tanto os europeus em geral, como os muçulmanos europeus,



em particular. “Numa certa medida a identidade europeia surgiu historicamente como resposta à vizinhança do mundo islâmico e à ameaça por parte dos muçulmanos”¹². Mas quando o número de muçulmanos, que são habitantes e cidadãos dos países – membros da União Europeia vem crescendo de ano em ano, esta identidade necessita da reconsideração.

Mas o problema de obtenção da identificação resulta muito mais difícil para os próprios muçulmanos europeus que pertencem a uma certa etnia e à diáspora que representa um determinado país, e que se consideram parte da comunidade muçulmana mundial – *umma*, sendo, ao mesmo tempo, cidadãos de um certo país europeu. Por exemplo, as pessoas naturais dos países de “Magrib”, mas residentes na França, podem sentir a sua identidade em vários níveis. É a pertinência ao islão e à *umma*. No plano étnico-nacional é a incorporação na nação árabe. Mais um nível de identificação nacional é a pertinência à nação marroquina, argelina ou tunisiana. Existe também um “micronível” em forma da identificação local, patriarcal, clânica, tribal ou sectária.

A fratura passa não somente pela linha que divide convencionalmente a sociedade “em população local, por um lado, e imigrantes muçulmanos e os seus descendentes, por outro”. A fratura pode ter lugar também dentro da comunidade imigratória, por exemplo, entre os representantes de diversas gerações ou, inclusive, no quadro de uma só família. Mais do que isso: a busca da identidade pode passar no interior de uma pessoa concreta. “A minha própria identidade é alimentada por diversas fontes culturais, escreve o politólogo alemão de origem síria B. Tibi, que caracteriza a si próprio como <muçulmano liberal>. Sob um ponto de vista religioso-cultural sou euromuçulmano, no plano étnico, sou árabe, natural de Damasco, e no aspecto político sou cidadão da Alemanha”¹³.

É bom se se consegue conciliar e harmonizar estas identidades, mas elas podem frequentemente estar em conflito uma com outra. Será que os muçulmanos da Europa, indaga a si próprio B. Tibi, podem combinar as exigências da sua religião com a identidade política relacionada à cidadania europeia? Se esta desconformidade



não pode ser superada, será que os muçulmanos residentes na Europa devem criar a sua identidade específica de diáspora? Ou, talvez, tenha razão O. Roy ao supor que "a natureza transnacional da população muçulmana na Europa desempenha um certo papel no processo da integração europeia. Muitas organizações muçulmanas encaram a criação da União Europeia como uma possibilidade de contornar as suas próprias cisões étnicas e nacionais e criar algo próximo àquilo que deve ser a <umma>"¹⁴.

Os muçulmanos europeus de hoje são uma massa de comunidades e de personalidades concretas que se distinguem uma da outra por muitos parâmetros – étnico, confessional, político, cultural, social e econômico. O afluxo sem precedentes de imigrantes e de refugiados nos anos 2010 faz apenas com que esta variedade seja ainda mais ampla e funda. E, respectivamente, os enfoques das comunidades acima mencionadas na busca da identidade e em relação aos problemas de integração são diferentes. Enquanto muitos muçulmanos europeus de mentalidade secular estão a favor da integração política, que não pressupõe a assimilação total, os muçulmanos mais radicais refutam a sociedade laica e exigem uma vasta autonomia para si a fim de exercer a atividade nas comunidades muçulmanas em conformidade com os princípios do islamismo.

O islão significa diversas coisas para diversas pessoas em diversos países. Os muçulmanos da Europa não constituem uma "nação islâmica única". Não existe "cultura monolítica" nos países muçulmanos dos quais estas pessoas vêm para a Europa. Existe, sim, a multivariabilidade das comunidades muçulmanas e diferenças na sua interação individual com os países europeus em que residem... Da mesma maneira certos países europeus têm a sua própria política em relação aos imigrantes muçulmanos. Na Europa não existe consenso geral de como enfrentar o afluxo de imigrantes dos países muçulmanos¹⁵.

O estudioso do islamismo R. Pauly destaca três enfoques adotados por muçulmanos em relação à prática do islão nos países, em que esta religião não é professada pela maioria da população. O primeiro subentende a negação parcial ou absoluta



das normas, adotadas pela maioria da sociedade, mediante a retirada para os enclaves muçulmanos, em que o contato com representantes de outras religiões é limitado ou não existe. O segundo pressupõe renúncia à prática rigorosa do islão preferindo a integração incondicional no “mainstream” social não muçulmano. O terceiro enfoque consiste na adaptação do islão a normas do contexto local concreto através da via que seja benéfica para a interação entre a maioria e a minoria, mas não impeça a execução dos cinco pilares da fé¹⁶.

“Os trabalhadores migrantes muçulmanos que vieram para reconstruir a Europa arrasada pela Segunda Guerra Mundial escolheram o segundo enfoque, supõe R. Pauly, esperavam que a sua estadia na Europa, – na França, Alemanha, Grã-Bretanha, etc., – não fosse longa e contentavam-se com uma presença religiosa insignificante. Mas depois da reunificação com as suas famílias no período de 1970 a 1980, eles entraram na fase de transição rápida para o modo de vida que correspondia ao primeiro enfoque, o que se devia frequentemente à influência dos ensinamentos das autoridades muçulmanas procedentes da sua pátria histórica... Cada um destes enfoques impedia o desenvolvimento da identidade euroislâmica em vias de nascimento”. R. Pauly revela que o terceiro enfoque era cultivado entre a juventude muçulmana nas suas relações com a maioria dos Estados da Europa Ocidental em que ela passou a maior parte da sua vida ou viveu desde o nascimento¹⁷.

B. Tibi, mencionado acima, afirma que o islão não é um fenómeno monolítico de envergadura mundial, mas representa uma riqueza da variedade cultural. Os muçulmanos da Europa têm “backgrounds” (panos de fundo) étnicos, nacionais e culturais diferentes e optam por estratégias sociais e políticas diferentes para exprimir os seus pontos de vista e alcançar os seus objetivos. Anteriormente o islão demonstrava a sua capacidade de adaptar-se a numerosas culturas diferentes.

Existem formas árabe, africana, indiana e sul-asiática do islão sendo todas elas manifestações da mesma religião. Na opinião



de B. Tibi o euroislão é tentativa de criar uma forma liberal do islão que seja admissível tanto para os migrantes muçulmanos, como para as sociedades europeias, uma forma que esteja conforme com as ideias europeias de secularismo e de cidadania individual. Por outras palavras, o euroislão é o islão adaptado no plano cultural a sociedades seculares da Europa da mesma maneira, por exemplo, que o islão na África está adaptado a culturas africanas locais. Por conseguinte, o “euroislão deve ser compatível com a democracia liberal, com os direitos individuais do homem e com as exigências da sociedade civil... O euroislão deve ser orientado tanto contra a assimilação, como contra a criação de guetos islâmicos”¹⁸.

Muitos muçulmanos europeus não admitem o papel de “outsiders” na sua Pátria nova, mas resistem, ao mesmo tempo, à assimilação e à incorporação total nas fileiras de cidadãos europeus. Por outro lado, a legislação imigratória cada vez mais severa de vários países europeus, combinada com a atitude tradicionalmente negativa da sociedade local em relação aos “estranhos”, gera sérios obstáculos para a integração mesmo dos muçulmanos que desejam sinceramente incorporar-se na sociedade europeia.

Bassam Tibi demonstrou com o seu próprio exemplo o quanto é difícil o processo de integração: “Eu, na minha qualidade de muçulmano que vive no Ocidente, optei pela cidadania europeia – mas com o apelo claro para o conceito francês *citoyen* e não ao conceito étnico alemão *Staatsbürgerschaft*. Tenho pretensão de manter a minha identidade cultural islâmica, combinando-a com a identidade política de *citoyenneté*. Neste caso fiquei em conflito com o racismo europeu, baseado na pertinência exclusivamente étnica, assim como com a tendência contrária do comunitarismo multicultural, combinado com as exigências de alguns líderes islâmicos na Europa de criar no Ocidente uma formação islâmica autónoma. De um modo geral, os migrantes muçulmanos que desejam tornar-se cidadãos do Ocidente caem na armadilha entre estas duas concepções: entre a apartação e a pressão com vista a aderir ao gueto cultural. Esta polarização é especialmente nociva



para a juventude muçulmana nascida na Europa e empenhada em encontrar aí a sua identidade¹⁹.

Ao deparar os problemas de integração os representantes da comunidade migratória frequentemente marginalizam-se, ficam na periferia da sociedade, fecham-se dentro da sua comunidade nacional e degradam-se amiúde a ponto de chegar à atividade criminal. O ambiente de malevolência faz com que os imigrantes desenvolvam o complexo de inferioridade. Muitos muçulmanos que obtiveram a cidadania dos países europeus conscientizam que a sociedade não os admite como iguais.

Contrariamente aos conceitos estereotipados da maioria dos europeus de que “os muçulmanos são terroristas”, está perfeitamente claro que a maioria esmagadora dos muçulmanos europeus não têm nada a ver com o terrorismo, nem com o extremismo e radicalismo religioso. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que os propagandistas das interpretações mais radicais do islão sentiam-se perfeitamente à vontade precisamente na Europa.

“A maioria de islamistas mais relevantes, alguns dos quais têm uma vasta ficha criminal nas suas terras natais, vivem na Europa, abusando do direito de asilo político – constata B. Tibi. – Na região mediterrânea não existe uma só organização fundamentalista relevante que não fosse representada por um escritório ou líder em Londres ou em alguma outra capital europeia, por exemplo, numa capital escandinava. É preciso confessar honestamente que os grupos islamistas utilizam descomedidamente na qualidade do seu instrumento a diáspora muçulmana na Europa, podendo, portanto, sentir-se como peixe na água. Eles criam empecilhos para a integração de migrantes muçulmanos²⁰.”

A marginalização e a crise de identidade da juventude muçulmana na Europa, que se sente alienada da sociedade local, gera condições favoráveis para o recrutamento de jovens imigrantes para organizações extremistas e terroristas. A mídia tem manifestado sérios receios de que os “guetos muçulmanos” nas cidades europeias se tornam incubadoras do extremismo islâmico. Um exemplo deste gueto é Molenbeek, bairro da capital belga, de que



são oriundos muitos participantes dos ataques terroristas em Paris e em Bruxelas em 2015 – 2016. Regra geral, os jovens são recrutados para grupos extremistas mediante contatos pessoais e encontros de correligionários. O papel de recrutadores pode ser desempenhado por imames ou jihadistas que já têm a experiência de “guerra santa dos muçulmanos” na Síria, Iraque, Afeganistão e Iêmen.

Os sites de internet islâmicos, de acesso fácil, influenciam a formação da cosmovisão dos jovens muçulmanos. Os atos de terror perpetrados por extremistas islâmicos, detentores de cidadanias europeias, em Madrid, Londres, Paris e Bruxelas, comprovam claramente.

que o “fruto” deste recrutamento pode ser não somente a participação de cidadãos europeus de profissão islâmica em diversos conflitos regionais, mas também ações mal-intencionadas contra os Estados europeus, propriamente ditos.

Não se pode deixar de recordar também a chamada “célula de Hamburgo”, criada na Alemanha, que se tornou a principal base operacional dos estrondosos atos terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os EUA. Os membros desta célula “avistavam-se nas mesquitas, cujos imames eram inspirados pelo jihad afegane e, em particular, por carismático Osama bin Laden... A Alemanha tornou-se local predileto de alojamento de militantes muçulmanos na época que precedeu o ataque contra os EUA. O sistema muito rigoroso de provas na jurisdição alemã defende os indivíduos suspeitos de crimes, o que favorecia a atividade de numerosos personagens do submundo”²¹.

O problema de radicalização de jovens muçulmanos europeus adquiriu uma gravidade especial à luz de conflitos na Síria e no Iraque. Centenas de homens e mulheres, detentores de cidadanias de Estados europeus, afluem dos países da Europa para os territórios controlados por grupos jihadistas nestes países. Depois do retorno da zona do conflito estas pessoas podem representar ameaça potencial para a segurança europeia, pois tinham estabelecido contatos, “adquirido” a experiência militar e tinham sido submetidas à lavagem cerebral ideológica complementar²².



Nesta atividade extremista está incorporada uma parte muito insignificante de muçulmanos europeus. Todavia eles não deixam de lançar sombras sobre toda a comunidade muçulmana na Europa. Como é natural, isto dificulta os processos, já complicados, de integração de imigrantes e a busca de vias de entendimento mútuo entre os habitantes europeus pertencentes a diversas culturas e confissões. Mais do que isso: os atos de terror perpetrados por extremistas islâmicos nos territórios dos países europeus fazem com que os habitantes da Europa ponderem cada vez mais frequentemente o quanto é justificada e eficiente a política dos seus governos nacionais em relação aos imigrantes.

Entre as atitudes, praticadas na Europa no tocante à inserção dos muçulmanos na sociedade local, pode-se destacar a francesa e a britânica. O modelo político francês que promove a integração (incluindo a assimilação) dos imigrantes é diametralmente oposto à política britânica de multiculturalismo.

A população muçulmana da França é a maior da Europa tanto em percentagem do total da população, como em números absolutos. "Os muçulmanos não são mais estrangeiros – afirma O. Roy. – Mas esta integração foi alcançada não por meio da assimilação, como esperava frequentemente o país anfitrião, nem através da criação de uma sociedade multicultural, como foi descrito amiúde (isto é, vizinhança direta de diversas culturas). A integração foi alcançada mediante a "refundição" das identidades iniciais num jogo novo e variável de modelos da identidade, que evitam qualquer tentativa de "substancializá-los"²³.

O modelo francês do Estado laico pressupõe que o "islão goza dos mesmos direitos e obrigações que as demais religiões. A sua profissão livre é garantida desde que respeite a ordem social. O islão não recebe reconhecimento, nem financiamento por parte do Estado", escreve G. Kepel, um outro pesquisador do problema²⁴. O islão ocupou o seu lugar ao lado do catolicismo, protestantismo e judaísmo na qualidade de uma das religiões professadas pelos cidadãos franceses.



Os problemas de integração dos muçulmanos na sociedade francesa estão longe da solução. Uma prova disso são, por exemplo, as desordens que eclodem de vez em quando nos subúrbios povoados por imigrantes. Mas no presente caso trata-se de sintomas externos, enquanto que as dificuldades da integração estão encerradas num nível mais baixo.

“Embora alguns muçulmanos franceses possam continuar a tecer considerações sobre um Estado muçulmano transnacional, eles vivem no espaço político da França, – escreve, por exemplo, o estudioso do islamismo J.R. Bowen. – Com efeito, muitos muçulmanos na França avaliam a sua vida social como algo subordinado basicamente a normas francesas, enquanto que outros, cujo número é indubitavelmente muito menor, podem considerar que apenas as regras islâmicas é que determinam a sua vida. Para os que se encontram no meio, para os que consideram igualmente relevantes as leis islâmicas e francesas por reputá-las igualmente legais, a vida é um tanto mais complicada”²⁵.

Pode-se mencionar como exemplo as questões de casamento e de divórcio. As leis francesas estabelecem a prioridade do casamento laico e a sua separação total dos ritos religiosos, exigindo que o casal contraia o matrimónio na prefeitura; os casamentos oficiados por personalidades religiosas não têm nenhuma força legal e se se realizam antes do registo do casamento pelo respectivo órgão estatal são tecnicamente ilegais.

A política de multiculturalismo, levada a cabo na Grã-Bretanha, subentende a coexistência pacífica no território do país de pessoas oriundas de diversos países – portadoras de diversas culturas e religiões. Ao mesmo tempo na sociedade britânica cresce a preocupação de que o efeito colateral desta política seja a erosão de valores britânicos tradicionais. Os críticos do multiculturalismo afirmam que a concepção de “numerosas culturas” que existia na Grã-Bretanha a partir dos anos de 1960, não tem mais valor prático, mas apenas contribui para o crescente afastamento de grupos étnicos e culturais um do outro. No informe do Instituto Real Unido de Pesquisas de Defesa, preparado em 2008 pelo



professor da Escola Londrina de Economia G. Prins e pelo antigo líder dos conservadores na Câmara dos Lordes R. Gascoyne-Cecil, Marques de Salisbury, manifesta-se preocupação de que a erosão da identidade nacional e a perda da fé nos seus valores civilizacionais tornam a Bretanha uma presa fácil para os terroristas.

Esta preocupação está relacionada estreitamente ao problema de integração de imigrantes na sociedade britânica. Os autores do informe submeteram a duras críticas a ideologia de multiculturalismo, promovida pelas autoridades. Na sua opinião esta ideologia “desorienta as comunidades imigratórias e mina as posições dos que tentam lutar internamente contra o extremismo. O informe estabelece, em particular, que o “Reino Unido faz com que o encarem como um alvo fácil; é uma sociedade pós-cristã cindida, em que crescem divergências a respeito da sua própria história, missões e valores nacionais e identidade política; a cisão aprofunda-se devido à recusa insistente de alguns grupos da população de integrar-se na sociedade britânica”²⁶.

Na opinião dos autores do informe a sociedade deve conscientizar claramente em que consistem os seus valores básicos e os imigrantes devem adotar estes valores como seus, o que, como é natural, não os priva do direito de preservar a sua religião. Esta preocupação é compartilhada por muitos britânicos. Aliás, mesmo no Partido Trabalhista foram manifestadas dúvidas a respeito da eficiência da política de multiculturalismo. Um fator que contribuiu bastante para isso foram os atos de terror perpetrados em Londres e conspirações terroristas desvendadas, de que participavam cidadãos britânicos de profissão muçulmana. Mas isso não impediu que em 2016 o muçulmano de origem paquistanesa Sadiq Khan, político do Partido Trabalhista, fosse eleito prefeito de Londres. Este político posicionou-se da seguinte maneira: “Sou londrino. Sou europeu. Sou britânico. Sou inglês. Sou muçulmano. Sou asiático. Sou paquistanês”.

Os políticos mais eminentes da Alemanha também constataram o fracasso das tentativas de construir na República Federal da Alemanha uma sociedade multicultural. Pode-se apontar, em particular, que a chanceler da Alemanha A. Merkel, ao



intervir em outubro de 2010 na conferência da organização juvenil da União Democrata-Cristã, declarou abertamente que o modelo multicultural tinha fracassado. O premiê da Baviera H. Seehofer, líder da União Social Cristã, que tinha apresentado anteriormente exigências de restringir a imigração dos oriundos da Turquia e dos países do Próximo Oriente para a Alemanha, falou quase simultaneamente com a chanceler do fracasso deste modelo. O político afirmou que o “multiculturalismo está morto”.

É evidente, todavia, que não se pode falar somente dos aspectos negativos do papel e da influência das diásporas muçulmanas. Pelo contrário, pode-se considerar este fenômeno como uma chance proporcionada à Europa e aos muçulmanos que vivem neste continente.

Os muçulmanos europeus podem servir, num certo aspecto, na qualidade de ponte que liga e aproxima o Leste e o Oeste, a Europa e o mundo muçulmano, embora na realidade esta harmonia esteja ainda bem longe. Contudo a situação existente oferece numerosas possibilidades para a interação de pessoas pertencentes a diversas culturas. Neste plano para a Europa poderia ser interessante o exemplo da Federação Russa, um país multinacional e multiconfessional, em que o islão é a segunda maior, quanto à extensão, religião tradicional. Por outro lado, para a Rússia pode ser útil o estudo da experiência europeia, especialmente à luz de processos migratórios que se verificam nos últimos anos no país.

Os cristãos, muçulmanos, judeus, representantes de outras confissões, os agnósticos e os ateus, em poucas palavras todos os homens que habitam a Europa, têm e terão que viver, independentemente se isso agrada ou não a alguém, na vizinhança um do outro, e terão que enfrentar o problema de busca de vias do diálogo intercivilizacional e intercultural. Esta vizinhança exige de todos a compreensão, tolerância, respeito mútuo e, o que também é importante em vista do que foi dito acima, a capacidade de defender os seus valores.

A vizinhança de pessoas que representam diversas culturas, religiões e civilizações constitui não somente uma fonte de



irritação mútua, de repulsa e de fobias. Constitui, ao mesmo tempo, uma oportunidade de conhecer melhor um a outro, de estabelecer o diálogo e a interação. É pouco provável que a repulsa mútua de europeus “autóctones” e dos seus novos vizinhos – migrantes beneficie alguém, mas ela pode instalar uma “bomba-relógio” para futuras gerações. Certamente, o avanço de cada uma destas comunidades ao encontro da outra deve ser bilateral. R. Pauly destacou com toda a razão que a “integração das comunidades muçulmanas no contexto da Europa Ocidental, totalmente unida, requer esforços conjuntos tanto da parte dos muçulmanos, como da parte dos seus vizinhos nos países-membros da União Europeia, que professam na sua maioria o cristianismo”²⁷.

1. *Roy O.* Globalised Islam: the search for a new Ummah. London, 2004. P. 101.
2. In Europa leben gegenwärtig knapp 53 Millionen Muslime. Zentralinstitut Islam-Archiv stellt neue Europastatistik vor. 08.05.2007 // <http://islam.de/8368.php> (accessed: 23.05.2016).
3. *Nachmani A.* Europe and Its Muslim Minorities: Aspects of Conflict, Attempts at Accord. Brighton, 2010. P. 15.
4. *Roy O.* Op. cit. P. 100–101.
5. *Jenkins Ph.* Demographics, Religion, and the Future of Europe // *Orbis: A Journal of World Affairs*. Vol. 50. № 3. Summer 2006. P. 533.
6. Der Islam gehört zu Deutschland, der Islamismus nicht // <http://www.pro-medienmagazin.de/politik/detailansicht/aktuell/der-islam-gehört-zu-deutschland-der-islamismus-nicht-90922/> (accessed: 24.05.2016).
7. O publicista alemão nega aos muçulmanos a capacidade de europeizar-se. 13.10.2010 // <http://lenta.ru/news/2010/10/13/giordano/> (accessed: 24.05.2016).
8. *Pauly R.J.* Islam in Europe: integration or marginalization? Aldershot, 2004. P. 7.
9. *Sarrazin T.* Alemanha: autoliquidação. M., 2012. P. 350.
10. Von Storch: Islam nicht mit Grundgesetz vereinbar // *Frankfurter Allgemeine*. 17.04.2016.



11. What Do Europeans Think About Muslim Immigration? // <https://www.chathamhouse.org/expert/comment/what-do-europeans-think-about-muslim-immigration> (accessed: 07.02.2017).
12. Muslim Europe or Euro-Islam: politics, culture, and citizenship in the age / Ed. by Nezar AlSayyad, Manuel Castells. Plymouth, 2002. P. 19.
13. *Tibi B.* Islam between culture and politics. Houndmills, 2001. P. 208.
14. *Roy O.* Op. cit. P. 103.
15. *Nachmani A.* Op. cit. P. 13.
16. *Pauly R.J.* Op. cit. P. 146.
17. *Ibidem.*
18. Muslim Europe or Euro-Islam... P. 38.
19. *Tibi B.* Muslim migrants in Europe: Between Euro-Islam and Ghettoization // Muslim Europe or Euro-Islam: politics, culture, and citizenship in the age. Plymouth, 2002. P. 41.
20. *Tibi B.* Islam between culture and politics... P. 204–205.
21. *Kepel G.* The War for the Muslim Minds. Cambridge, 2004. P. 241–242.
22. Ver mais detalhadamente.: *Yasblavski A.E.* Jihadistas da Europa no Próximo Oriente: ameaça evidente e oculta // Economia Mundial e Relações Internacionais. 2015. Nº 10. P. 18–29.
23. *Roy O.* Op. cit. P. 102.
24. *Kepel G.* Op. cit. P. 244.
25. *Bowen J.R.* Can Islam be French? Pluralism and pragmatism in a secularist state. Princeton & Oxford, 2010. P. 15, 157.
26. Peritos: política de multiculturalismo destrói a Bretanha. 15.02.2008 // http://news.bbc.co.uk/hi/russian/uk/newsid_7247000/7247841.stm (accessed: 24.05.2016).
27. *Pauly R.J.* Op. cit. P. 146.

Palavras-chaves: Europa, EU, União Europeia, islão, muçulmanos, migração, imigrantes, refugiados, multiculturalismo, integração, extremismo, islamismo, xenofobia.



REVOLUCÕES DE 1917 NA RÚSSIA E O SISTEMA VERSALHIANO – WASHINGTONIANO: CONTRADIÇÕES E ALTERNATIVAS

AS consequências da Grande Revolução Russa são enormes e imensas. A Revolução de fevereiro de 1917 debilitou catastroficamente as posições internacionais da Rússia e a Revolução de outubro de 1917 deslocou radicalmente o vetor da sua política externa, colocando-a fora do quadro das coligações que se enfrentaram na Primeira Guerra Mundial. O jubileu centenário dos eventos que mudaram o desenrolar não somente da história pátria, mas também da história mundial, dá motivo para pensar mais uma vez na sua influência sobre a formação e o ulterior destino da ordem internacional de pós-guerra, conhecida como Sistema Versalhiano- Washingtoniano.

É sabido que até 1917 as potências que integravam a “Entente” já tinham delineado mediante uma série de acordos secretos os contornos da estrutura mundial que pretendiam criar

**ANDREI
SIDOROV**



Livre-docente do departamento de relações internacionais e de política externa da Rússia do Instituto Estatal de Moscou de Relações Internacionais – Universidade do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, mestre em história, livre-docente

asidorov333@yandex.ru



depois da derrocada da Quádrupla Aliança (ou Potências Centrais). Os aliados ocidentais viram-se forçados a admitir no quadro deste contorno que na Europa de pós-guerra a influência e o poderio do Império Russo iriam crescer. Os acordos previam, em particular, a entrega à Rússia de Constantinopla e da zona de estreitos, das terras polacas que faziam parte da Alemanha e da Áustria-Hungria, assim como da Galícia e dos territórios armênios que se encontravam sob o poder da Turquia. Este plano, traçado em linhas gerais, refletia o interesse vital dos aliados na Rússia que tinha assumido o maior fardo da guerra. Contudo, da mesma maneira que mais tarde, na época da Segunda Guerra Mundial, nas relações entre os aliados existia uma grande tensão oculta séria, que iria desembocar logo depois do desaparecimento do inimigo comum. O ministro do interior P.N. Durnovo tinha apontado, em particular, esta circunstância no seu famoso informe a Nicolau II (fevereiro de 1914), em que se dizia que “mesmo a vitória sobre a Alemanha agoura perspectivas altamente desfavoráveis para a Rússia”¹.

As potências ocidentais consideravam que o melhor desfecho da guerra seria não somente a vitória sobre o bloco alemão, mas também o impedimento do reforço geopolítico do gigante russo. Não é de admirar que eles tivessem saudado calorosamente a Revolução de Fevereiro de 1917 e reconhecido imediatamente o Governo Provisório. Os aliados esperavam que a “República Democrática Russa”, debilitada seriamente (mas não mortalmente) pela revolução, seria forçada a renunciar a aquisições territoriais planejadas. Além disso, a derrocada da monarquia e a ascensão ao poder em Petrogrado (atualmente, Petersburgo) de forças liberais de esquerda poderia, em sua opinião, criar uma nova plataforma de ideologia e de valores para a colaboração com a Rússia mediante a sua “integração civilizada” no mundo ocidental e nas condições impostas pelo Ocidente.

Parecia que os primeiros passos do Governo Provisório na política externa justificavam na íntegra estas esperanças. Em março de 1917 ele anunciou que concordava com a separação do Reino da



Polônia mesmo no caso da vitória da “Entente” e a sua disposição de reconhecer a independência da Polônia nos seus limites étnicos. Este “adiantamento” foi não somente um ato sem precedentes em si próprio, mas também uma mudança radical da paisagem geopolítica da Europa Central. Em maio de 1917 o Governo Provisório (o único de todos os governos das potências beligerantes) recusou-se a lutar até a vitória na guerra e aceitou o lema demagógico de “paz sem anexações e contribuições”, apresentado anteriormente pelo Soviete de Petrógrafo, isto é, concordou, apesar de todos os sacrifícios feitos, contentar-se com um “empate combativo”. Todavia os demais membros da “Entente” não pretendiam absolutamente renunciar a anexações territoriais, nem a contribuições de guerra ou reparações (o que será confirmado mais tarde nas cláusulas de Tratados de Paz de 1919 – 1920).

Já na primavera de 1917 o modelo inicial da regularização de pós-guerra foi “enterrado”. A satisfação com esta decisão era especialmente patente em Londres: o aliado temporário e, ao mesmo tempo, antigo rival geopolítico, que tinha dado a maior contribuição para a futura vitória da “Entente”, estava pronto a contentar-se com o mínimo. Por outro lado, o ingresso dos EUA na guerra iria compensar, aparentemente, a crise na Rússia e a desintegração, já iniciada, do seu exército. A esta altura os recursos da Alemanha e dos seus satélites já estavam quase esgotadas – o tempo favorecia firmemente a “Entente”. Faltava uma coisa “insignificante”: fazer com que os liberais russos, que tinham feito concessões tão generosas à “Entente”, mantivessem em suas mãos o poder em Petrogrado.

Foram os bolcheviques imprognosticáveis que baralharam em outubro de 1917 todas as cartas dos estrategistas da aliança. A “Roda Vermelha” foi rodando adiante e os “fevereiristas” tornaram-se em poucos meses malogrados políticos. De acordo com uma observação de L.D. Trotski “a Revolução de Fevereiro era apenas involucro, dentro do qual se ocultava o núcleo da Revolução de Outubro”². O “partido de um tipo novo”, que apresentava um



programa de reorganização civilizada não somente da Rússia, mas do mundo inteiro, tinha açambarcado o poder nas ruínas do império que se desmoronava.

Cumpra assinalar que alguns dos primeiros atos do Poder Soviético na política internacional não contradiziam absolutamente os interesses da "Entente". O Decreto da Paz confirmava o princípio de "paz sem anexações e contribuições de guerra" (tratando-se da Rússia), vantajoso para esta aliança, e a Mensagem de Lenin e Stalin a todos os trabalhadores muçulmanos da Rússia e do Leste ressaltava com o máximo de clareza que "Constantinopla devia ficar nas mãos de muçulmanos" e não passar para a Rússia. A renúncia à diplomacia secreta, que constava no Decreto da Paz, figurava também nos "14 pontos" do presidente dos EUA W. Wilson. Os aliados viram com bons olhos também a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia que anunciava praticamente a dissolução do império multinacional e o direito de cada um dos seus povos à "autodeterminação livre, incluindo a separação e a formação de um Estado autônomo".

Mas tudo mudou quando os bolcheviques entabularam conversações separadas com a Quádrupla Aliança. Em março de 1918 a Rússia Soviética saiu da guerra tendo concluído em Brest um tratado de paz altamente penoso com esta aliança. "O nosso país, observou por este motivo V.V. Putin, perdeu esta guerra à parte que tinha sido vencida. Uma situação única na história da humanidade! Perdemos a guerra à Alemanha que tinha perdido a guerra! Na realidade, capitulamos ante a Alemanha e algum tempo depois ela própria capitulou ante a "Entente". Este é um resultado da traição nacional da então direção do país.... Territórios enormes, interesses enormes foram entreguesem prol dos interesses partidários de um só grupo que queria estabilizar a sua posição no poder"³.

No plano internacional o tratado de paz, assinado em Brest, constatou a eliminação do Império Russo e perda temporária pelo país não somente do status de grande potência, mas também em parte da sua soberania, estabelecendo de-facto a sua vassalagem



em relação à Alemanha de kaiser. Ao mesmo tempo, a Paz de Brest tornou-se o caso raro em que o “modo subjuntivo” na história virou uma realidade tendo demonstrado de uma maneira clara o que seria com a Europa e o mundo caso a Alemanha e os seus aliados vencessem.

É hábito criticar severamente o Tratado de Paz de Versalhes, que a “Entente” firmou com a Alemanha vencida um ano depois da assinatura do Tratado de Brest, devido ao seu caráter injusto e repressivo. Esta tradição foi iniciada ainda por Lenin que tinha qualificado o Tratado de Versalhes como “uma paz de rapina, sem precedentes, que reduz dezenas de milhões de pessoas, incluindo as mais civilizadas, à posição de escravos. Este tratado não é paz, mas, sim, condições impostas por um bandido com faca na mão a uma vítima indefesa”⁴. Todavia, não deixemos de levar em consideração que o Tratado de Paz de Brest era muito mais rapinante e repressivo do que o Tratado de Versalhes. Por exemplo, a Rússia perdia território em que vivia um terço da sua população de antes da guerra (a Alemanha perdia 12% da população), foi-lhe proibido ter exército (a Alemanha pôde ter o chamado “Reichswehr”, exército de 100 mil homens, e alguns tipos de armamentos). Os alemães que tinham desencadeado a Primeira Guerra Mundial não eram certamente suas “vítimas indefesas”: as cláusulas do Tratado de Brest evidenciam que eles preparavam, no caso da sua vitória, uma sina muito mais humilhante e grave ao adversário vencido.

O Tratado de Paz assinado em Brest tornou evidente para os aliados, aliás, já ex-aliados, que os alemães não lhes dariam quartel e mobilizou-os para resistência decisiva à ofensiva alemã na primavera de 1918. Na etapa final da guerra eles conseguiram vencer sem a ajuda da Rússia (o que seria absolutamente impossível em 1914 – 1916). Este êxito comprovava a “grande reserva de resistência da “Entente” que tinha alcançado os seus objetivos mesmo em estado incompleto, sem o seu “jogador” principal. Os EUA, que tinham entrado na guerra, substituíram esta perda apenas parcialmente, pois as tropas americanas



começaram a chegar em massa para a França apenas na primavera de 1918, isto é, vieram “no fim da missa”, e não desempenharam um papel decisivo nos combates na frente de batalha ocidental. A Alemanha, esgotada ao extremo, capitulou devido ao colapso interno (Revolução de Novembro – germana da revolução russa de Fevereiro). Naquele momento no território da Alemanha não havia nenhum soldado estrangeiro.

As premissas decisivas para a derrota militar da Quádrupla Aliança formaram-se ainda em 1914 – 1916. W. Churchill apontou que em princípios de 1917 “o regime czarista.....já tinha ganho a guerra para a Rússia” (vamos acrescentar da nossa parte – e para os aliados também)⁵.

“O desespero e a traição, ressaltava Churchill, raptaram o poder precisamente no momento em que o trabalho já tinha sido concluído....Já não havia pela frente ações difíceis. Conter sem grandes esforços as forças já enfraquecidas do inimigo, esperar – era isso que a Rússia devia fazer para colher os frutos da vitória comum”⁶.

Pode-se supor que se os “fevereiristas” conseguissem hipoteticamente manter-se no poder, a Rússia de Kerenski participaria da conferência de paz de pós-guerra no papel de “vencida no campo de vencedores”, da mesma maneira que a Itália que tinha obtido graças a sua participação da “Entente” vantagens menores do que se ela permanecesse neutra. Mas os bolcheviques, que tinham tomado o poder, colocaram a Rússia fora dos limites das coligações confrontantes tornando-a uma “terceira força”, hostil a todo o mundo capitalista.

“Vitória de Pirro” da Entente e regularização de pós-guerra. Vícios do “mundo sem a Rússia”

Depois da conclusão da Primeira Guerra Mundial muitos achavam que os abalos sofridos tinham sido tão grandes que algo semelhante jamais se repetiria. Contudo, a guerra tinha gerado



novas contrações agudas. O “êxodo” da Rússia do campo de vencedores mudava radicalmente a correlação de forças na Europa. A perda da Rússia desvalorizava em grande parte a vitória dos países-membros da “Entente”, mas na euforia de 1919 eles ainda não conscientizavam isso. A França foi afetada mais de todos – sofreu uma perda irrecobrável, pois tinha perdido o seu aliado principal e inapreciável. No caso de um conflito com a Alemanha ela não podia mais contar com o socorro militar defendente do leste. Tanto a Polônia, como os países-membros da “Entente” pequena, não podiam criar um segundo front de pleno valor. Além disso, a Rússia perdeu a fronteira comum com a Alemanha, pois entre os dois países surgiu uma faixa de pequenos Estados-limítrofes. A França tentou compensar o agravamento dramático da sua situação geopolítica adotando uma atitude ao máximo rígida em relação à regularização do problema da Alemanha. Em vista da ausência do aliado, personificado pela Rússia, o único meio de garantir firmemente a sua segurança era a partição da Alemanha, o que deparava resistência decisiva por parte da Grã-Bretanha e dos EUA. Em resultado disso as contradições franco-alemãs viraram uma “quadratura do círculo”, um antagonismo insuperável e insolúvel. O Tratado de Paz de Versalhes decepcionou os franceses com a sua “brandura”. “Isso não é paz, é um armistício com prazo de vinte anos”, - apontou profeticamente em 1919 o marechal F. Foch.

O Tratado de Paz de Versalhes era interpretado logo desde início tanto por vencedores, como por vencidos, como algo intermediário e não definitivo, como um compromisso temporário fracassado. Era demasiadamente brando para eliminar os alemães e demasiadamente severo para apenas puni-los. Este tratado exasperou e humilhou os alemães conservando, ao mesmo tempo, a unidade da Alemanha a nível estatal e o potencial necessário para a sua “reanimação” rápida, o que ela aproveitou bem em breve.

A situação geopolítica da Alemanha vencida melhorou paradoxalmente devido à revolução russa. Agora ela fazia no leste fronteira com jovens Estados fracos, criados recentemente, que



como que estavam predestinados a se tornar mais tarde os seus satélites. Em setembro de 1919 Churchill escreveu com inquietação: "Dentro de uns cinco anos, ou, inclusive, mesmo antes, ficará claro que os frutos das nossas vitórias... estão perdidos. A Liga das Nações vai virar um espantalho impotente e a Alemanha irá tornar-se mais poderosa do que jamais antes. ...Teremos que deixar o campo de combate humilhados e vencidos"⁷. Com efeito, logo que se soube que os vencedores não estavam prontos a impedir a revisão do Tratado de Versalhes por meio da força, a transformação da Alemanha em potência mais forte da Europa e a desmontagem do sistema de pós-guerra irão tornar-se uma mera questão de tempo.

Por outro lado, a Rússia, pela primeira vez desde meados do século XVII, não participava da criação da nova ordem europeia, no quadro do qual ela tinha sofrido importantes perdas (separação da Polônia, Finlândia, Estados bálticos, Bessarábia). A colocação do Estado Soviético fora "dos parênteses" do Sistema Versalhiano-Washingtoniano transformava este último numa estrutura instável e efêmera. A experiência das duas décadas do período entreguerras demonstrou mais uma vez que a criação de um sistema vivido de segurança internacional "sem a Rússia e contra a Rússia" era impossível em seu próprio princípio. Um dos primeiros a conscientizar isso foram os EUA que renunciaram à filiação na sua "obra", a Liga das Nações, e retiraram-se novamente para o isolacionismo. A revolução russa impediu a formação do consenso globalista em Washington. Além disso, a Liga das Nações não podia tornar-se instrumento político capaz de assegurar aos EUA o controle eficiente sobre a Europa (isto é, desempenhar o papel que depois da Segunda Guerra Mundial passou a desempenhar a NATO) e os republicanos, que tinham assumido o poder em 1920, não quiseram responder pela ordem mundial que não pressupunha a liderança americana. Em resultado disso, as potências-vencedoras não conseguiram criar o equilíbrio político que tornasse impossível a repetição da catástrofe mundial.



Revolução mundial, Comintern e política externa da União Soviética

A Revolução de Outubro de 1917 resultou na viragem radical na política externa da Rússia subordinando-a à ideologia comunista. Os bolcheviques encaravam a sua ascensão ao poder como um evento de âmbito não somente nacional, mas, inclusive, internacional. Acreditavam que estavam armados com o conhecimento das leis históricas fundamentais e interpretavam isso como sua supremacia indiscutível sobre os Estados burgueses. A base da sua doutrina de política externa era a previsão da revolução mundial que devia ocorrer em breve “germinando” da guerra mundial. Os bolcheviques estavam convencidos de que a transição da humanidade para o comunismo resultará não somente na atrofiação do Estado na qualidade de instituição e na transformação da natureza humana (“educação de um homem novo”), mas também na alteração da natureza das relações internacionais: esperava-se que elas deixassem de existir em forma de um sistema de Estados soberanos. A doutrina da revolução mundial representava, no essencial, um projeto globalista de criação de um superestado único – “República Mundial dos Sovietes”⁸.

Lenin e os seus correligionários não supunham que o período de coexistência da Rússia Soviética com o mundo capitalista pudesse prolongar-se por décadas a fio. Consideravam (e neste caso a história confirmou a sua justeza) que a vitória do socialismo na Rússia não seria definitiva enquanto nos demais Estados fosse conservado o regime capitalista. “A nossa vitória, ressaltava Lenin, será uma vitória sólida somente quando a nossa causa vencer o mundo inteiro”⁹. Para os bolcheviques a revolução mundial não era um conceito abstrato, mas uma necessidade prática premente, uma premissa obrigatória da sua sobrevivência política e da manutenção por eles do poder na Rússia.

A III Internacional, criada em 1919, foi concebida na qualidade de um partido comunista mundial destinado a levar a cabo à



escala mundial a causa iniciada pelos bolcheviques na Rússia. Os documentos programáticos da Internacional refutavam a possibilidade de passagem pacífica para o socialismo, afirmando que a transição devia ser efetuada somente por meio de guerras civis. A base da ideologia e da estrutura organizacional da Comintern (Internacional Comunista) era o princípio de internacionalismo, de acordo com o qual os comunistas do mundo inteiro, incluindo a Rússia, deviam colocar os interesses da revolução mundial acima dos interesses dos seus Estados. “Não é socialista aquele que não sacrifica a sua Pátria em prol do triunfo da revolução social”¹⁰ proclamava Lenin. “Os interesses do socialismo, os interesses do socialismo mundial, escreveu ele, estão acima dos interesses nacionais, acima dos interesses dos Estados”¹¹. À Rússia soviética foi reservado o papel de inspirador e organizador do processo revolucionário mundial. “O proletariado mundial, ressaltava-se no Manifesto do II Congresso da Comintern, não embainhará a espada enquanto a Rússia Soviética não se incorporar na qualidade de um elo na Federação de Republicas Soviéticas do mundo inteiro”¹². A atividade da Comintern tornou-se um dos principais obstáculos na via de regularização das relações do Estado Soviético com o mundo capitalista.

Ideologia e pragmatismo na política externa soviética na década de 1920

Inicialmente os bolcheviques consideravam a diplomacia tradicional como algo sem importância supondo que ela estava prestes a se tornar desnecessária. “No inverno de 1917 – 1918 predominava a opinião, recordava o eminente economista soviético Iu. Larin (Lurie), de que ou logo nos próximos meses (alguns diziam: semanas) iria ocorrer a revolução operária na Europa, ou nós simplesmente deixaríamos de existir”¹³. Em 1919 o presidente do Comité Executivo da Comintern G.E. Zinoviev prognosticava com um ar de presunção: “Dentro de um ano a



Europa esquecerá da luta pelo comunismo, pois toda a Europa será comunista; a seguir vai começar a luta pelo comunismo na América, provavelmente, na Ásia e em outros continentes”¹⁴.

Em 1920, no decurso da luta contra a Polônia, os bolcheviques empreenderam uma tentativa malograda de estimular os processos revolucionários na Europa pela força das armas (ofensiva do Exército Vermelho contra Varsóvia). Esta tentativa resultou em fracasso. Moscou teve que reconhecer que a revolução europeia se adia. Ao intervir em 1921 no III Congresso da Comintern Trotski declarou: “Somente agora podemos ver e sentir como estamos longe do nosso objetivo final, da conquista do poder à escala mundial... Em 1919 dizíamos a si próprios que esta é uma questão de alguns meses, agora dizemos que, provavelmente, esta é uma questão de vários anos”¹⁵.

A República Soviética teve que edificar o socialismo sozinha e o “cerco capitalista hostile tornou-se”, de acordo com a conhecida sentença de Stalin, “o principal fato que determinava a situação internacional da URSS”. As esperanças dos bolcheviques de que o proletariado europeu viesse para ajuda-los não se justificaram. Ao mesmo tempo não se justificou o seu outro prognóstico – as potências que integravam a “Entente” não os impediram de fixar-se no poder. Em fins de 1920 Lenin constatava: “A nossa...existência na rede de Estados capitalistas foi conquistada”¹⁶.

Nesta situação a direção do partido reconheceu a necessidade de coexistência pacífica de dois modelos socioeconômicos e civilizacionais concorrentes. Como se sabe, o termo “coexistência” foi posto em uso somente em meados da década de 1950 (Lenin deixou escapar certa vez o termo “coabitação pacífica”), mas o próprio fenômeno surgiu logo depois do estabelecimento dos bolcheviques no poder. Eles encaravam a coexistência pacífica como um lance tático e não como estratégia. A coexistência não podia eliminar o antagonismo ideológico irreconciliável entre o comunismo e o capitalismo. Esta circunstância condicionou a duplicidade da



política externa de Moscou, o que se refletiu, em particular, nos atritos interdepartamentais entre a Comintern, que “respondia” pela revolução mundial, e o Commissariado do Povo para Relações Exteriores, cuja função consistia em concretizar os interesses da União Soviética na qualidade de um Estado “comum”. Um exemplo que evidencia o caráter destes atritos é a seguinte observação de M.M. Litvinov: “O fortalecimento do Partido Comunista da Alemanha alegra a Comintern, mas dificulta o trabalho do Commissariado do Povo para Relações Exteriores”¹⁷. Ao mesmo tempo G.V. Chicherin afirmou reiteradas vezes que o “Governo Soviético não responde de maneira alguma pela Comintern – uma organização internacional autônoma”. Numa outra ocasião ele observou: “Não se pode tirar do fato da presença da III Internacional em Moscou conclusões mais significativas do que do fato da presença da II Internacional em Bruxelas do rei Leopoldo”¹⁸. Aliás é pouco provável que estas sentenças pudessem ludibriar alguém.

A mais importante consequência das revoluções de 1917 foi o surgimento no mapa-múndi da União Soviética – Estado de um tipo novo, um Estado supranacional e ideocrático. De acordo com uma observação profunda do filósofo e historiador russo G.P. Fedotov, a natureza do sistema estatal soviético caracterizava-se pelo “esquecimento místico do nome Rússia”. “Todos sabem, escreveu ele, que as quatro letras, URSS, que o encobrem, não contêm nem alusão ao seu nome, que esta formação estatal é imaginável em qualquer parte do mundo, quer seja o Leste da Ásia ou a América do Sul”¹⁹. Os russos perderam no quadro da URSS o status do povo que forma o Estado. A ideologia comunista passou a ser a principal fonte da legitimidade da União Soviética e da sua política. Um matiz ideológico era inerente à política externa da URSS até os últimos anos da sua existência, embora na prática o seu conteúdo não se reduzisse a ideologia pura, mas incluísse também o pragmatismo geopolítico (em diversas proporções e correlações em diversas etapas da história).



Na década de 1920 a URSS, que tinha considerado o seu alvo principal o apoio ao processo revolucionário mundial, apostava na destruição do Sistema Versalhiano-Washingtoniano. Estes anos foram período de florescimento da Comintern e da difusão da ideologia comunista na Europa e no mundo. Ao mesmo tempo o Estado Soviético via-se forçado a fazer no palco mundial algo que o partido não faria. Já em princípios da década de 1920 a direção do país começou a manobrar, sem renunciar ao seu “sonho” revolucionário”, com vista a restabelecer as relações comerciais com o mundo capitalista. “O Bureau Político aprovou oficialmente a difusão por nós da ideia da nossa metamorfose, fez lembrar em agosto de 1922 Chicherin na sua mensagem a Lenin. -... O conceito de metamorfose do Poder Soviético....contribuiu muitíssimo para a consolidação da nossa situação política...Agora este conceito é o principal estímulo de afluxo de capitais e de diversos....empréstimos para o nosso país”²⁰. “A eliminação deste conceito é prematura, advertia o Comissário do Povo na sua mensagem a Lenin, pois um passo destes equivaleria a arrancar repentina e grosseiramente o nosso adorno que infunde esperanças ao capital”²¹.

A conferência de Genova de 1922 tornou-se primeira experiência de estabelecimento da cooperação econômica entre a Rússia Soviética e o Ocidente. A experiência resultou em fracasso: não se conseguiu chegar ao compromisso sobre a devolução das dívidas contraídas antes da revolução. Pelo contrário, no decurso da conferência deu-se aquilo que as potências – vencedoras procuravam impedir – a aproximação entre a Alemanha e a Rússia Soviética que tinham firmado o Tratado de Rapallo sobre a normalização de relações. Delinearam-se contornos de uma aliança altamente perigosa e hostil para o sistema versalhiano.

O pano de fundo da política interna da década de 1920 foi a luta encarniçada na época da chamada Política Econômica Nova, NEP, entre Trotski e Stalin, que personificavam duas “versões” do comunismo soviético: o internacionalismo globalista e o nacional-bolchevismo. A oposição, chefiada por Trotski e Zinoviev,



agourava uma nova intervenção e considerava que a edificação do socialismo no país era impossível sem o apoio do proletariado europeu vitorioso e que o Poder Soviético seria condenado neste caso à degeneração burguesa. Os opositoristas consideravam que a política externa revolucionária era não somente uma missão histórica do Estado Soviético, mas também a principal garantia da sua sobrevivência. Os adversários de Stalin, os pregadores do "globalismo" na sua encarnação comunista, estavam prontos a derramar a Rússia para "beneficiar" a humanidade realizando o seu "objetivo final – a conquista do poder à escala mundial".

Por outro lado, Stalin adotava uma atitude mais realista em relação a perspectivas da revolução mundial. Ainda em fins de 1917 ele declarou no processo de uma polémica com os "comunistas esquerdistas": "No Ocidente não existe movimento revolucionário; não existem fatos, existem apenas potencialidades e não podemos levar em consideração as potencialidades"²². Em 1924 Stalin apresentou a sua tese conhecida sobre a "possibilidade da vitória do socialismo num só país, tomado em separado", que muitos bolcheviques-leninistas interpretaram como uma heresia perigosa e oportunismo. Stalin demonstrava que a União Soviética que possuía recursos naturais e humanos enormes era autossuficiente e perfeitamente capaz de se desenvolver sozinha, nas condições de isolamento do mundo capitalista. Este tese ideológica, que veio a ser a contribuição de Stalin para o marxismo-leninismo, "virava às avessas" a correlação dos interesses do Estado Soviético e da Revolução Mundial: de acordo com a sua concepção, um comunista-internacionalista de verdade era aquele que colocava os interesses da URSS acima dos interesses da sua Pátria, visto que depois da formação da URSS precisamente os interesses deste país é que se tornavam interesses da revolução mundial. Por outras palavras, não era a URSS que devia fazer sacrifícios no altar da revolução mundial. Pelo contrário, o movimento comunista internacional e a Comintern deviam ser postos ao serviço da URSS, deviam tornar-se instrumentos da sua política externa.



No limiar das décadas de 1920 e 1930 a direção stalinista deu início à correção da política externa a fim de fazer com que a “trégua de paz” fosse duradoura ao máximo. Foi dado início à revalorização dos valores: reconhecia-se que a prioridade principal era a segurança do país, enquanto que a luta pela revolução mundial passou a recuar para o segundo plano e foi rejeitada da esfera de objetivos primordiais para a esfera de objetivos de longo prazo. O pesquisador russo M.B. Smolin apontou que “Stalin foi o primeiro dos guias soviéticos a quem faltou a fé maximalista original dos comunistas na revolução mundial de que viviam Lenin, Trotski e outros primeiros bolcheviques. Ele apreciava demais o poder num determinado país à parte para pô-lo em risco, de acordo com o ditado <antes um pássaro na mão, que dois pássaros da revolução mundial voando>. Aliás, não renunciava à doutrina como tal”²³.

Década de 1930: tragédia de oportunidades perdidas

A agressão japonesa na Manchúria (1931) e a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha (1933) marcaram o início da profunda crise da ordem mundial. O desmoronamento do Sistema Versalhiano-Washingtoniano na forma em que este processo se realizava na década de 1930, isto é, em resultado da agressão de Estados fascistas e não por causa do desenvolvimento de processos revolucionários, como esperavam em Moscou, representava uma ameaça enorme para a segurança da União Soviética.

A direção stalinista encarava com toda a seriedade a “nazificação” da Alemanha. Em 1933 os dirigentes soviéticos leram com atenção o livro “Mein Kampf” que tinha sido traduzido com o máximo de urgência para o russo pelo antigo dirigente da Comintern G.E. Zinoviev que se encontrava então no exílio na região de Kustanai²⁴. Ao contrário dos Estados fascistas, na década de 1930 a União Soviética não pretendia absolutamente destruir a ordem de pós-guerra, mas passou, inclusive, para as posições do



seu defensor e garante manifestando a disposição de colaborar com os Estados ocidentais numa base antifascista. Em 1934 a União Soviética ingressou na Liga das Nações, de que tinham saído um ano antes a Alemanha e o Japão. O VII Congresso da Comintern (1935) proclamou que a tarefa principal dos comunistas era a luta contra o fascismo. A “Revolução Mundial” foi relegada para um futuro nebuloso e vago. A URSS e a Comintern posicionavam-se como adversários intransigentes do fascismo, enquanto que os partidos liberais e conservadores da Europa admitiam a possibilidade de um compromisso com Hitler.

Já em 1933 – 1934 a União Soviética promoveu conversações com vários Estados europeus sobre a criação de uma coligação anti-hitleriana que deveria ser camuflada como um “sistema de segurança coletiva” e formalizada mediante a assinatura de um Pacto Oriental. Ao explicar em março de 1935 ao ministro britânico A. Eden a essência desta iniciativa, Stalin disse: “Os alemães são um povo grande e corajoso. Nunca esquecemos isso. Não se podia manter este povo por muito tempo nos grilhões do Tratado de Versalhes.... Não somos participantes de Versalhes e por isso podemos formar conceito sobre Versalhes com mais liberdade do que os que tinham participado da sua criação..... No entanto, as formas e as circunstâncias desta libertação do Tratado de Versalhes têm um aspecto tal que podem provocar uma inquietação séria da nossa parte e para prevenir a possibilidade de quaisquer complicações desagradáveis é preciso agora um seguro. Este seguro é o Pacto Oriental de Ajuda Mútua”²⁵. Este projeto geopolítico não foi levado a cabo devido à posição negativa da Grã-Bretanha, Polônia e dos países bálticos, mas os tratados de ajuda mútua, firmados pela URSS em maio de 1935 com a França e a Checoslováquia, substituíram o pacto e poderiam servir na qualidade de germes da coligação. Uma prova da seriedade das intenções da União Soviética são a elaboração por sua iniciativa da Convenção de Definição da Agressão, que compensava a ausência desta definição no Estatuto da Liga das Nações, a normalização das



relações com os EUA (1933) e com a China (1932), assim como o estabelecimento de relações diplomáticas com vários países da Europa Oriental (a chamada “segunda faixa de reconhecimentos”).

A transição da União Soviética para as posições de defensor da ordem de pós-guerra abria possibilidades aos Estados ocidentais de levar a cabo uma política que fosse alternativa à política de pacificação, mas estas possibilidades foram desconsideradas. “Se as democracias oferecessem uma resistência decisiva a Hitler nas etapas iniciais da sua gestão, observa H. Kissinger, os historiadores iriam discutir até hoje se Hitler foi um nacionalista não compreendido ou um alienado com mania de domínio mundial”²⁶. Porém a Grã-Bretanha e a França preferiram entrar em acordo com o Terceiro Reich fechando olhos para o processo intenso do seu rearmamento. Foi perdida a chance de neutralizar o regime nazista logo nas primeiras etapas da sua gestão e o desenrolar de acontecimentos seguiu o pior dos roteiros. O ponto culminante da pacificação foi a ignominiosa conferência de Munique (setembro de 1938) que concluiu a destruição do Sistema Versalhiano.

Moscou via claramente toda a viciosidade da estratégia anglo – francesa. O comissário do povo para relações exteriores M.M. Litvinov definiu no seu diário não publicado esta estratégia como “toda uma cadeia de erros e atos de cegueira política”, apontando que “a política da Inglaterra em 1933 – 1939 era profundamente errônea mesmo sob o ponto de vista dos seus próprios interesses egoístas”²⁷. O comissário do povo anotou, em particular, no seu diário “uma conversa curiosa com A. Eden que se deu em 1937 e teve um caráter quase profético”. “Eden perguntou-me: <O que será a seguir, em sua opinião? > <O que será? – respondi. – Posso dar uma resposta exata à sua pergunta. Será o seguinte: em vista da fraqueza e indecisão da política da Inglaterra, França e EUA, Hitler vai açambarcar e subordinar, afinal, toda a Europa – a França, Bélgica, Holanda, Escandinávia, etc. Irão sobrar da Europa apenas dois países – vocês e nós. Então Hitler procurará fazer aliança temporária com um de nós e derrotar o outro para



estrangular a seguir o seu aliado provisório – se, é claro, nós não o anteciparmos e não nos unirmos contra ele>”²⁸. Foi igualmente profunda e exata a sua análise da política da França que também era “profundamente errônea, mesmo sob o ponto de vista dos seus próprios interesses. A política francesa sofria de dois vícios básicos. Em primeiro lugar, a França ia nas águas da Inglaterra... E a Inglaterra implicava a França em todos os seus erros. Em segundo lugar, todo o regime da Terceira República estava carcomido pela podridão interna, o que se manifestava, entre outras coisas, na troca caleidoscópica dos governos. Certamente, nestas circunstâncias para a França era difícil de levar a cabo uma política externa única e coerente”²⁹. A política da França na época de pré-guerra era indecisa, covarde e conduzia-a diretamente para a ruína, concluía o comissário do povo. - O ano de 1940 trouxe à França punição por todos os seus pecados”³⁰.

Na década de 1930, ao par de contradições ideológicas e geopolíticas, revelaram-se claramente as contradições civilizacionais entre a Rússia no seu aspecto soviético e o Ocidente em seu conjunto. A russofobia ensandecida do regime nazista foi estudada minuciosamente pela historiografia nacional. O anticomunismo do “führer” era superestrutura e camuflagem da sua russofobia e eslavofobia. “A minha missão, desde que eu consiga isso, dizia Hitler já durante a guerra, consiste em eliminar os eslavos.... Os eslavos representam uma questão biológica e não ideológica... Futuramente na Europa devem existir duas raças: a germânica e a latina”³¹. Ao mesmo tempo, a russofobia, embora em formas ocultas e não tão brutais, estava presente, ao par do anticomunismo, também na política da Grã-Bretanha e da França. Elas recusavam-se a reconhecer que a URSS tinha legítimos interesses de segurança e consideravam o país incapaz de firmar acordos (embora não declarassem isso abertamente). E, pelo contrário, Hitler era considerado por elas “uma pessoa sensata”, “em cuja palavra se podia confiar” e com que, ao contrário de Stalin “se podia lidar” (declaração do primeiro-ministro britânico



N. Chamberlain). O embaixador britânico em Berlin N. Henderson qualificava o nazismo como “uma grande experiência social”³². Muita coisa perdoava-se a Hitler devido à sua russofobia e antisovietismo, o que relaxou sensivelmente as suspeitas da elite ocidental a respeito dos objetivos que ele tinha em vista. Para a elite ocidental o nazismo era um mal menor do que o bolchevismo.

Já na Conferência de Locarno de 1925 revelou-se claramente a intenção da Grã-Bretanha de edificar o sistema de segurança europeia “sem a Rússia e, provavelmente, contra a Rússia” (definição dada pelo ministro do exterior da Grã-Bretanha O. Chamberlain). Na segunda metade da década de 1930 a aspiração da Grã-Bretanha de isolar a URSS garantiu condições internacionais ao máximo confortáveis para o restabelecimento acelerado do poderio alemão sob a gestão dos nazistas. O mais importante fator que permitiu na década de 1930 à Alemanha nazista livrar-se sem efusão de sangue e sem dificuldades das “peias de Versalhes” e tornar-se novamente em 1939 o Estado mais poderoso da Europa Ocidental não foi a ideologia comunista e a União Soviética, mas a estratégia anglo-francesa de pacificação. Nesta época a política externa soviética não somente renunciou ao antigo “revolucionarismo” utópico, mas também superava imensamente a política dos Estados ocidentais tanto na sua percepção e análise veraz da realidade, como no plano moral.

Em 1939, depois da ruptura por Hitler com o acordo de Munique, a URSS empreendeu mais uma tentativa de criar uma coligação anti-hitleriana tendo proposto à França e a Grã-Bretanha firmar um acordo de ajuda mútua. Mas as conversações trilaterais de verão e outono de 1939 ficaram num beco sem saída. Os Estados ocidentais concordavam em aceitar a ajuda militar soviética, mas não queriam assumir nenhum compromisso recíproco. A Polônia, que encarava o vizinho oriental como um mal maior do que o Terceiro Reich, não permitia que o Exército Vermelho passasse através do seu território. “Com os alemães corremos o



risco de perder a nossa liberdade, com os russos vamos perder a nossa alma”, declarou o comandante em chefe do exército polaco E. Rydz-Śmigły³³. Depois de esgotar todas as possibilidades de chegar ao acordo com os ingleses, franceses e polacos, a URSS, vendo-se no isolamento perigoso, pôs-se à parte e assinou com a Alemanha o Tratado de Não Agressão deixando os Estados ocidentais a sós com Hitler.

Na primeira metade do século XX os processos de globalização atingiram um nível novo. A guerra de 1914 – 1918 foi a primeira guerra mundial na história, o Sistema Versalhiano – Washingtoniano, a primeira ordem internacional global na história e a Liga das Nações, a primeira organização universal destinada a manter a paz e a segurança. Nos seus aspectos internacionais as revoluções de 1917 foram uma reação de defesa por parte da Rússia que na época de gestão dos bolcheviques isolou-se do Ocidente por uma barreira, que foi chamada mais tarde “cortina de ferro”. Os bolcheviques-leninistas apresentaram o seu projeto globalista alternativo que se encarnou na doutrina da revolução mundial e na atividade da Comintern. A cisão ideológica do mundo em dois campos, assim como a cisão do Ocidente coletivo em vencedores, vencidos e os EUA, que se fecharam no seu isolacionismo, tornaram a ordem de pós-guerra frágil e efêmera. Sem ajuda da Rússia o Ocidente não conseguiu resolver sozinho a crise mundial. Em fins da década de 1930 o Terceiro Reich e os seus satélites tentaram “globalizar” a Europa e o mundo na base de princípios de misantropia e a tragédia da guerra mundial repetiu-se numa escala ainda mais horrorosa.

Em nossa opinião, a influência das revoluções de 1917 na Rússia sobre a política internacional no período entreguerras não é unívoca. A confrontação entre o Estado Soviético e o mundo capitalista em 1917 – 1933 foi um dos principais fatores que minavam o Sistema Versalhiano – Washingtoniano. Ao mesmo tempo, depois da ascensão dos nazistas ao poder, o papel de defensor mais coerente deste sistema foi desempenhado



paradoxalmente pela União Soviética, um país ideologicamente hostil a ele, e não pelos Estados ocidentais – os seus arquitetos e garantes. A evolução da política externa de Moscou realizava-se paralelamente a mudanças no regime político e na ideologia soviética, cuja essência a diplomacia britânica definiu mais tarde como “processo de substituição das ideias da revolução mundial pelo patriotismo soviético”³⁴. Durante os vinte anos do período entreguerras dava-se a desideologização gradual da estratégia da URSS na política externa. Os interesses da segurança da União Soviética e da garantia da sua vitória na futura guerra mundial, em que este país iria desempenhar um papel decisivo, passaram a ser pedra angular da sua política externa.

1. Luz e sombras da Grande Guerra. Primeira Guerra Mundial em documentos da época. – M., 2014. – P. 69 – 70
2. Trotski L.D. História da Revolução Russa. – V.1. // <http://www.magister.msk.ru/library/trotsky/trot1007.htm>.
3. <http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/15781>
4. Lenin V.I. Obras completas. – V. 41. – páginas 353 – 354.
5. Churchill W. Crise Mundial. – M., 1998. – Página 376.
6. Ibid. – Páginas 376 – 377.
7. Citado por Pipes R. Rússia na época de bolcheviques: Tradução do inglês. – M., 1997. – Página 87.
8. Lenin V.I. Obras Completas. – V.37. – Páginas 290 – 291.
9. Citação por Vatlin A.Iu. Comintern: dez primeiros anos: Esboços históricos. – M., 1993. P. 34.
10. Lenin V.I. Obras Completas. – Volume 37. – Página 54.
11. Lenin V.I. Obras completas. – Volume 36. – Páginas 341 – 342.
12. Citação por: Zagladin N.V. História de êxitos e fracassos da diplomacia soviética. – M., 1990. – P. 54.
13. Chichkin V.A. Formação da política externa da Rússia pós-revolucionária (1917 – 1930) e o mundo capitalista: desde o “ocidentalismo”



- revolucionário até o “nacional-bolchevismo”: Bosquejo histórico. – SPb, 2002. – Página 57.
14. Nekrich M., Geller A. Utopia no poder. História da União Soviética desde 1917 até o dia de hoje. – M., 1991. – P. 117 – 118.
15. Citação por McDermott K., Agnew J. Comintern. História do comunismo internacional desde Lenin até Stalin: tradução do inglês. M., 2000. P. 44.
16. Lenin V.I. Obras Completas. – Volume 42. – Página 22.
17. Bureau Político do CC do Partido Comunista da Rússia (dos bolcheviques) – Partido Comunista da União Soviética (dos bolcheviques) e a Europa. Resoluções da “pasta especial”. 1923 – 1939 / Conselho de Redação: G. Adibekov e outros. – M., 2001. – Página 13.
18. Karr E.H. – História da Rússia Soviética: Volume: Em 14 volumes.: Tradução do inglês. – Volume 7. Socialismo num só país. 1924 – 1926. Volume 3, Parte 1. – M., 1989. – Página 22.
19. Fedotov G.P. Existirá a Rússia? //Boletim de R.S.H.D. № 1 – 2. – Paris, 1929// http://www.odinblago.ru/filosofiya/fedotov/fedotov_g_budet_li_sushes
20. Arquivo Estatal Russo da História Sócio-Política. – Fundo 5. – Inventário 1. – Dossiê 2058. – Páginas 11 – 12.
21. Ibid
22. Comintern e ideia da revolução mundial: Documentos/Compilador Ia.S. Drabkin e outros. – M., 1998. Página 18.
23. Centenário da grande catástrofe russa de 1917. – M.: Instituto Russo de Pesquisas Estratégicas, Editora FIV, 2017. – Página 184.
24. A tradução foi editada com uma tiragem pequena “para uso funcional”. Na biblioteca pessoal de Stalin ficou um exemplar deste livro com suas notas, feitas à mão (Arquivo Estatal Russo de História Social e Política. – Fundo 78. Inventário – 8. Dossiê – 140). Ver também: “Khavkin B.L. Da edição científica alemã do livro “Mein Kampf” // História nova e moderna. – 2016. - № 4. – Página 108.



25. Ano de 1941. – Em dois volumes/Compilador L.E. Rechin e outros. – M., 1998. – Volume 2. – Página 520.
26. H.Kissinger. Diplomacia: Tradução do inglês. – M., 1997. – Páginas 263 – 264.
27. Arquivo da Política Externa da Federação Russa. – Fundo 03. – Inventário 176. – Dossiê 2. – Folha 92.
28. Ibid. – Folha 99.
29. Ibid. – Folhas 100 – 101.
30. Ibid. – Folhas 103 – 104.
31. Citação por: Zalesski K.A. Raízes russófobas do nacional-socialismo e a política de genocídio//Papel da ideia patriótico-espiritual na Vitória na Grande Guerra Patriótica de 1941 – 1945. – M., 2015. – Página 46.
32. Ivanov A.G. Agressores e pacificadores: Hitler, Mussolini e diplomacia britânica. – M., 1993. – Página 93.
33. Fest I. Hitler: Biografia. – Em três volumes. – Volume 3. – Perm, 1993. – Página 161.
34. Rumo à Grande Vitória: URSS na guerra aos olhos de contemporâneos ocidentais: documentos e materiais./Redação de A.V. Torkunov. Autores – compiladores – V.O. Pechatnov, M.M. Narinski, I.E. Magadeev. M., 2015. Página 490.

Palavras-chaves: revolução, Rússia, ano de 1917, política externa, ideologia comunista, regularização de pós-guerra, período entreguerras, Sistema Versalhiano – Washingtoniano.

REDATOR-CHEFE

Armen OGANECIAN

**REDATOR RESPONSÁVEL E
COMPILADOR DA EDIÇÃO**

Evguenia PIADISHEVA,
Mestre em história

Consultores:

Evgueni Ocipov, mestre em história

Aleksandr Orlov, mestre em história

Pogos Akopov, Embaixador
Extraordinário e Plenipotenciário

Vladimir Petrovski, doutor
em ciências políticas

Viktor Vaciliev, doutor em história

Lev Klepatski, mestre em história

Ivan Popov, mestre em História

Arte, maquete, paginação

Irina Znatnova

Edição em português

Tradução para o português

© Sociedade Anônima de Capital
Aberto “Grupo Editorial “Progress”

Diretor geral:

Sarkis Oganian

Chefe da redação:

Margarita Tarverdova

Tradutor:

Konstantin Asryantz

Redator:

Elena Gladkih

Operador de computador:

Alekssei Uvarov

Revista político-científica “Vida Internacional”.

Os materiais publicados na revista “Vida Internacional” não refletem
obrigatoriamente o ponto de vista da redação.

Instituidor: Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa e Entidade Federal
Orçamentaria de Estado Redação da revista “Vida Internacional”.

Endereço: 105064, Moscou, travessa Gorokhovski 14. Telefone: 8(499) 265-37-81;
Fax: 8(499) 265-37-71; E-mail: journal@interaffairs.ru

Editor: Entidade Federal Orçamentaria de Estado Redação da revista “Vida Internacional”.

Endereço: 105064, Moscou, travessa Gorokhovski 14. Telefone: 8(499) 265-37-81;
Fax: 8(499) 265-37-71; E-mail: journal@interaffairs.ru

Impresso na tipografia da Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada
“Indústrias Gráficas de Krasnogorsk”

Federação Russa, Moscou, 107140, travessa Pervi Krasnosselski, 3, escritório 17
tender@krpol.com, http://krpol.com

Telefone: 8(495)374-98-90

Tiragem: 500. Preço corrente.

Data de lançamento: 30.12.2017.

© Redação da revista “Vida Internacional”. 2017.

Digest 2016

INTERNATIONALES LEBEN

Probleme der Auswärtspolitik, der Diplomatie und der nationalen Sicherheit

Глобализация

Н.А.Симония, А.В.Торкунов

**структурный кризис
и мировое лидерство
мифы и реальность**

2013

Библиотека «Международной жизни»

文摘 2016

国际生活

俄罗斯新闻外交政策、外交和国家安全

Digest 2016

الاحداث السياسية الدولية

قضايا السياسة الخارجية، والدبلوماسية، والأمن القومي

Special Issue

INTERNATIONAL AFFAIRS
МЕЖДУНАРОДНАЯ ЖИЗНЬ

BRICS RUSSIA UFA 2015

BRICS 2010
KATYNSK 2009

BRICS
New Delhi 2008

BRICS
Fortaleza - Brasil 2014

Digest 2017

LA VIE INTERNATIONALE

Politique étrangère, diplomatie, sécurité nationale

Tricentenaire de la visite de Pierre le Grand en France

Декабрь 2016

МЕЖДУНАРОДНАЯ ЖИЗНЬ

Проблемы внешней политики, дипломатии, национальной безопасности

С Новым, 2017 годом!

Российское направление: Б.Обама оставляет после себя прозябу руины
Сергей Рыков
Заместитель министра иностранных дел России

О наследии Пан Ги Муна и глобальных проблемах
Виталий Чуркин
Постоянный представитель России при ООН

25 лет СНГ: мы обречены быть вместе
Сергей Лебедев
Председатель Исполнительного комитета - исполнительный секретарь СНГ

Братислава-2016
«Россия и Европа: актуальные проблемы современной международной журналистики»

Москва, Издается с марта 1922 г.

Special Issue 2010

INTERNATIONAL AFFAIRS

RUSSIA - ASEAN

www.INTERAFFAIRS.ru

VOLUME 59 NUMBER 2, 2013

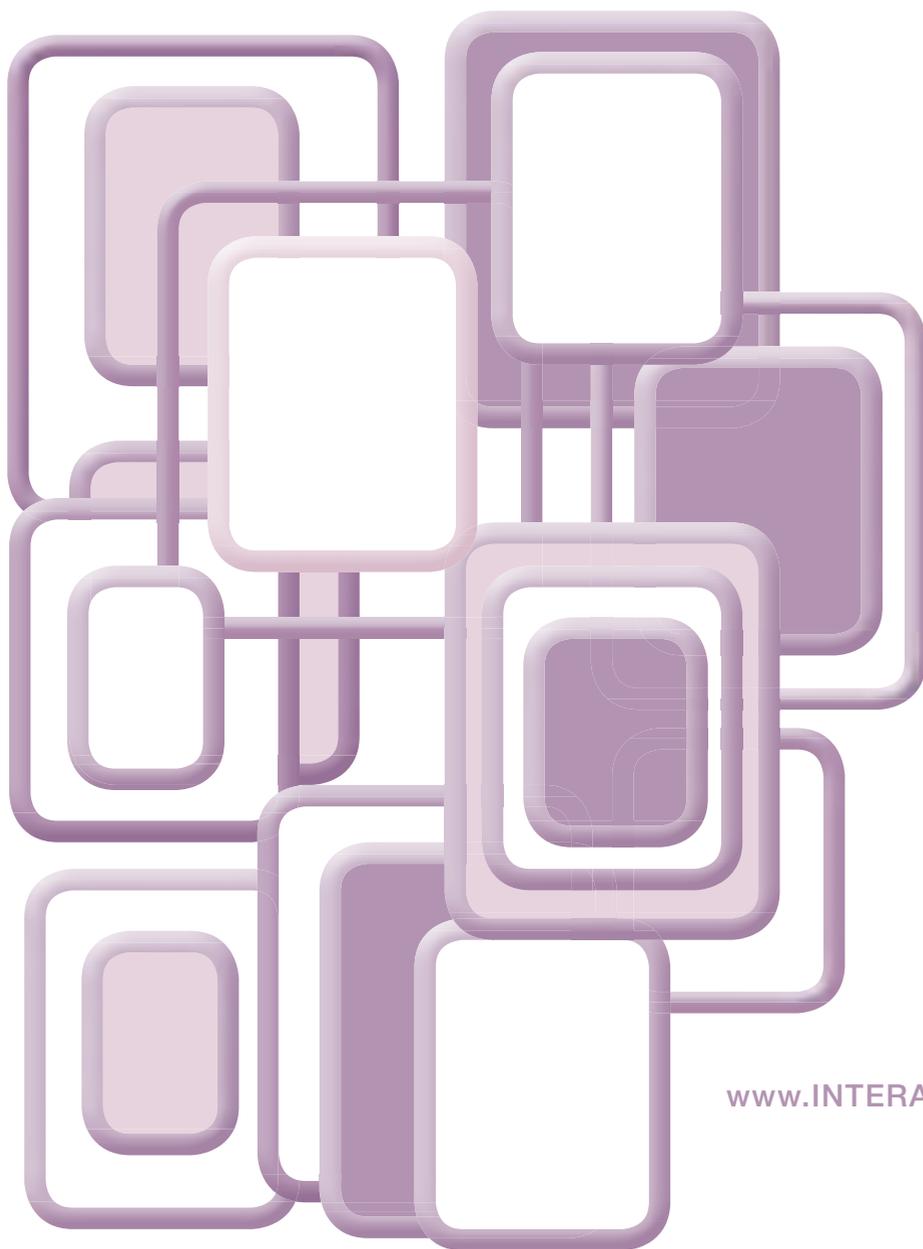
International Affairs

A Russian Journal of World Politics, Diplomacy and International Relations

In This Issue

Press Conference of Sergey Lavrov
On the New Security Architecture in Asia-Pacific
Russian Muslims and the "Arab Spring"
Eurasian Vector of Development
Citizen Voting Rights in the 2012 U.S. Election
The Little World War in South America
Stalingrad, an Imperative of History

east view



www.INTERAFFAIRS.ru